

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

THIAGO CESAR RIBEIRO

A TAXA DE LUCRO NA AMÉRICA DO SUL (1950-2014)

Porto Alegre

2021

THIAGO CESAR RIBEIRO

A TAXA DE LUCRO NA AMÉRICA DO SUL (1950-2014)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Ribeiro, Thiago Cesar
A Taxa de Lucro na América do Sul (1950-2014) /
Thiago Cesar Ribeiro. -- 2021.
131 f.
Orientador: Alessandro Donadio Miebach.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2021.

1. Taxa de lucro. 2. Reprodução do capital. 3.
Acumulação de capital. 4. Economia da América do Sul.
5. Lei da queda tendencial da taxa de lucro. I.
Miebach, Alessandro Donadio, orient. II. Título.

THIAGO CESAR RIBEIRO

A TAXA DE LUCRO NA AMÉRICA DO SUL (1950-2014)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti

PUC-RS

Prof. Dr. Henrique Morrone

UFRGS

Prof. Dr. Leonel Toshio Clemente

UFRGS

Acumulai, acumulai! Eis Moisés e os profetas!

(Karl Marx)

RESUMO

A taxa de lucro é entendida neste trabalho como a variável central do processo de reprodução de capital. É realizada uma revisão teórica sobre o papel da lucratividade no desenvolvimento capitalista e sua tendência de queda expressa na lei da queda tendencial da taxa de lucro. Utiliza-se uma *proxy* para estimar a taxa de lucro e a decompor em seus dois componentes (tecnológico e distributivo), assim como também são estimados outros indicadores da reprodução do capital. Essas estimações são realizadas para cinco países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru), selecionados de acordo com os tamanhos das economias e os dados disponíveis. A dinâmica da lucratividade e da reprodução do capital entre 1950 e 2014 é analisada para cada país individualmente, assim como em conjunto. Foi encontrada uma tendência de longo prazo de queda da taxa de lucro nas economias analisadas, com exceção do Chile, que apresenta um comportamento *sui generis*. A média da lucratividade dos países também apresenta uma tendência de queda, puxada pela diminuição da relação produto-capital, que reflete mudanças tecnológicas. Esses resultados confirmam a vigência da lei da queda tendencial da taxa de lucro no grupo de países analisados.

Palavras-chave: Taxa de lucro. Reprodução do capital. Acumulação de capital. Economia da América do Sul. Lei da queda tendencial da taxa de lucro.

ABSTRACT

The rate of profit is understood in this work as the central variable of the capital reproduction process. A theoretical review is carried out on the role of profitability in capitalist development and its downward trend expressed in the law of the tendency of the rate of profit to fall. A proxy is used to estimate the profit rate and break it down into its two components (technological and distributive), as well other indicators of capital reproduction are also estimated. These estimates are made for five countries in South America (Argentina, Brazil, Chile, Colombia and Peru), selected according to the sizes of the economies and the available data. The dynamics of profitability and capital reproduction between 1950 and 2014 are analyzed for each country individually, as well as together. There was a long-term tendency for the rate of profit to fall in the economies analyzed, with the exception of Chile, which has a *sui generis* behavior. The average profitability of countries also shows a downward trend, driven by the drop in the product-capital ratio, which reflects technological changes. These results confirm the validity of law of the tendency of the rate of profit to fall in the group of countries analyzed.

Keywords: Rate of profit. Capital reproduction. Capital accumulation. South American economy. Law of the tendency of the rate of profit to fall.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Ciclo do Capital.....	14
Gráfico 1 – Taxa de Lucro na Argentina (1950-2014).....	44
Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do PIB da Argentina a preços constantes (1951-2014).....	46
Gráfico 3 – Relação Produto-Capital na Argentina (1950-2014).....	47
Gráfico 4 – Participação dos Lucros na Renda Argentina (1950-2014).....	48
Gráfico 5 – Produtividade Líquida do Trabalho na Argentina (1950-2014).....	49
Gráfico 6 – Taxa de Acumulação na Argentina (1950-2014).....	50
Gráfico 7 – Taxa de Investimento na Argentina (1970-2014).....	51
Gráfico 8 – Relação Capital-Trabalho na Argentina (1950-2014).....	53
Gráfico 9 – Taxa de Lucro no Brasil (1950-2014).....	57
Gráfico 10 – Taxa de Crescimento do PIB do Brasil a preços constantes (1951-2014).....	58
Gráfico 11 – Relação Produto-Capital no Brasil (1950-2014).....	60
Gráfico 12 – Participação dos Lucros na Renda Brasileira (1950-2014).....	61
Gráfico 13 – Produtividade Líquida do Trabalho no Brasil (1950-2014).....	62
Gráfico 14 – Taxa de Acumulação no Brasil (1950-2014).....	63
Gráfico 15 – Taxa de Investimento no Brasil (1970-2014).....	64
Gráfico 16 – Relação Capital-Trabalho no Brasil (1950-2014).....	65
Gráfico 17 – Taxa de Lucro no Chile (1951-2014).....	69
Gráfico 18 – Taxa de Crescimento do PIB do Chile a preços constantes (1952-2014).....	70
Gráfico 19 – Relação Produto-Capital no Chile (1951-2014).....	73
Gráfico 20 – Participação dos Lucros na Renda Chilena (1951-2014).....	74
Gráfico 21 – Produtividade Líquida do Trabalho no Chile (1951-2014).....	75
Gráfico 22 – Taxa de Acumulação no Chile (1951-2014).....	76
Gráfico 23 – Taxa de Investimento no Chile (1970-2014).....	77
Gráfico 24 – Relação Capital-Trabalho no Chile (1951-2014).....	78
Gráfico 25 – Taxa de Lucro na Colômbia (1950-2014).....	83
Gráfico 26 – Taxa de Crescimento do PIB da Colômbia a preços constantes (1951-2014).....	84
Gráfico 27 – Relação Produto-Capital na Colômbia (1950-2014).....	86
Gráfico 28 – Participação dos Lucros na Renda Colombiana (1950-2014).....	87
Gráfico 29 – Produtividade Líquida do Trabalho na Colômbia (1950-2014).....	88
Gráfico 30 – Taxa de Acumulação na Colômbia (1950-2014).....	89
Gráfico 31 – Taxa de Investimento na Colômbia (1950-2014).....	89
Gráfico 32 – Relação Capital-Trabalho na Colômbia (1950-2014).....	90
Gráfico 33 – Taxa de Lucro no Peru (1950-2014).....	93
Gráfico 34 – Taxa de Crescimento do PIB do Peru a preços constantes (1951-2014).....	94
Gráfico 35 – Relação Produto-Capital no Peru (1950-2014).....	96
Gráfico 36 – Participação dos Lucros na Renda Peruana (1950-2014).....	97
Gráfico 37 – Produtividade Líquida do Trabalho no Peru (1950-2014).....	98
Gráfico 38 – Taxa de Acumulação no Peru (1950-2014).....	99
Gráfico 39 – Taxa de Investimento no Peru (1970-2014).....	100
Gráfico 40 – Relação Capital-Trabalho no Peru (1950-2014).....	101
Gráfico 41 – Taxa de Lucro dos Países Selecionados da América do Sul (1950-2014).....	105
Gráfico 42 – Taxa de Lucro Média dos Países Selecionados da América do Sul (1950-2014).....	105

Gráfico 43 – Participação dos Lucros nos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014).....	111
Gráfico 44 – Participação dos Lucros Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014).....	112
Gráfico 45 – Relação Produto-Capital dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014).....	113
Gráfico 46 – Relação Produto-Capital Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014).....	113
Gráfico 47 – Produtividade Líquida do Trabalho Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014).....	114
Gráfico 48 – Relação Capital-Trabalho Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014).....	115
Gráfico 49 – Taxa de Lucro e Taxa de Acumulação dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014).....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Argentina	43
Tabela 2 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Argentina.....	45
Tabela 3 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Brasil.....	56
Tabela 4 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Brasil	59
Tabela 5 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Chile.....	68
Tabela 6 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Chile	71
Tabela 7 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Colômbia	82
Tabela 8 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Colômbia.....	85
Tabela 9 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Peru.....	92
Tabela 10 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Peru	95
Tabela 11 –Taxas Médias de Crescimento do PIB dos Países Selecionados da América do Sul	109

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A TAXA DE LUCRO.....	13
2.1	REPRODUÇÃO DO CAPITAL	14
2.2	FORMAÇÃO DA TAXA GERAL DE LUCRO	16
2.3	TEORIA DAS CRISES E A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO.....	22
3	ESTIMANDO A TAXA DE LUCRO E OUTROS INDICADORES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL	29
3.1	UMA <i>PROXY</i> DA TAXA DE LUCRO.....	30
3.2	OUTROS INDICADORES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL	34
3.3	DADOS UTILIZADOS	36
3.3.1	A Problemática dos Rendimentos Mistos.....	38
4	A TAXA DE LUCRO NA AMÉRICA DO SUL	41
4.1	A DINÂMICA DA LUCRATIVIDADE NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL	42
4.2.1	Argentina.....	42
4.2.2	Brasil.....	55
4.2.3	Chile.....	67
4.2.4	Colômbia.....	81
4.2.5	Peru.....	91
4.2	A LUCRATIVIDADE NO CONJUNTO DOS PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA DO SUL	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

A taxa de lucro está presente nas análises de grande parte das escolas do pensamento econômico, entretanto não há consenso sobre sua relevância no processo de desenvolvimento capitalista. Se nos economistas clássicos – especialmente Smith, Ricardo e Mill – os investimentos eram determinados fundamentalmente pela taxa de lucro, identificando uma tendência de longo prazo de queda da mesma, na escola neoclássica tal importância foi abandonada. Na tradição de observar a superfície e ocultar o essencial, os autores neoclássicos substituíram a taxa de lucro pela taxa de juros, que se transformou na variável central de suas análises. Em Keynes a taxa de lucro ganha novamente importância, desta vez através do conceito de eficiência marginal do capital, a taxa de lucro esperada para os novos investimentos. Os keynesianos, em sua maioria, se afastaram dessa retomada da importância da lucratividade e reafirmaram a primazia da taxa de juros.

São principalmente os marxistas, conforme as formulações de Marx, que persistem na importância da taxa de lucro no processo de reprodução do capital. Na tradição marxista a taxa de lucro é uma categoria fundamental para a análise do modo de produção capitalista, entendido como um sistema inerentemente instável e expansível, regulado em última instância pela lucratividade, que marca o ritmo da acumulação. O comportamento da taxa de lucro constitui-se como o principal fator determinante da taxa de acumulação, e conseqüentemente, das taxas de crescimento das economias. “A taxa de lucro é a força motriz na produção capitalista, na qual só se produz aquilo que se pode produzir com lucro e na medida em que se possa produzi-lo com lucro” (MARX, 2017, p. 298). Como objetivo da produção capitalista, o lucro é o excedente proveniente da produção que determina a reprodução ampliada. O investimento é o lucro reinserido na produção e nesse sentido a lucratividade é que determina a massa disponível a ser reinvestida. Por outro lado, as decisões de investimento por parte do capitalista são guiadas pela taxa de lucro esperada (futura), levando em consideração a taxa de lucro presente, que forma suas expectativas.

A discussão da taxa de lucro em Marx ganha ainda mais importância na polêmica lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTL), síntese de diversos aspectos contraditórios do processo de reprodução do capital, se fazendo presente no cerne da teoria marxista. Essa lei se configura como a “mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas. Do ponto de vista histórico, é a lei mais importante” (MARX, 2011, p. 626). A LQTTL pode ser resumida como: a competição obriga os capitalistas a reduzirem seus custos, que o fazem elevando a produtividade do trabalho, diminuindo

relativamente a quantidade de trabalho vivo (força de trabalho) em relação ao trabalho morto (meios de produção), reduzindo os preços das mercadorias individuais, cuja consequência indesejada é a queda da taxa geral de lucro, que se efetua como uma tendência da acumulação capitalista.

O capitalismo está em processo constante de transformação e adaptação, sem o qual se tornaria insustentável, embora mantenha aquilo que está na essência do modo de produção, suas características estruturantes. Ocorrem transformações produtivas e tecnológicas, diferentes divisões internacionais do trabalho se estabelecem, distintos ramos e setores se tornam o eixo dinâmico da acumulação de capital, entre diversas outras mudanças. Durante o período estudado (1950-2014) o capitalismo passou por profundas transformações, nas quais diversas abordagens se dedicaram a analisar. O que parece existir em comum entre essas diferentes perspectivas é que alguma coisa mudou qualitativamente, sendo normalmente considerada a crise econômica do início da década de 1970 como o marco entre duas distintas fases do capitalismo mundial. Se na América do Sul dominavam as políticas desenvolvimentistas e o processo conhecido como industrialização por substituição de importações (PSI) até as décadas de 70 ou 80 (variando em cada país), a partir desse período se estabeleceu na região o que ficou conhecido como neoliberalismo, que veio acompanhado com a redução das taxas de crescimento das economias.

Deste modo, o objetivo deste trabalho é estudar o comportamento da taxa de lucro em países selecionados da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru), através de estimações próprias, tendo em vista que a análise da lucratividade, e de demais indicadores da reprodução do capital relacionados, contribuem fundamentalmente na explicação das transformações estruturais das economias e da evolução das taxas de crescimento. Além das análises das distintas experiências nacionais, realiza-se uma interpretação comum para o conjunto da região a partir do comportamento da taxa de lucro e dos demais indicadores estimados.

Apesar da maior parte dos autores marxistas considerarem a taxa de lucro como variável central para o entendimento da dinâmica do modo de produção capitalista, são poucos que se propõem de fato a estimá-la. Em relação às outras escolas do pensamento econômico tal procedimento é ainda mais inusual. Desta forma, existem poucos trabalhos que buscam estimar a taxa de lucro das economias da América do Sul, sendo que os existentes são em sua grande maioria relativos à economia brasileira, embora também exista uma quantidade significativa de trabalhos para a Argentina e o Chile. Assim, o trabalho se justifica tanto pela importância da estimativa da lucratividade para esses países, quanto pelo certo ineditismo do estudo,

especialmente no que se refere as análises realizadas para as economias da Colômbia e do Peru, assim como aquela referente ao conjunto dos países selecionados.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, consistindo o primeiro na presente introdução. O segundo capítulo realiza uma revisão teórica sobre o papel da taxa de lucro na economia capitalista, tendo como referência principal Marx e demais autores marxistas. Destaca-se a lei da queda tendencial da taxa de lucro. No terceiro capítulo discute-se a estimação da taxa de lucro e seus componentes, apresentando a metodologia de estimação, a *proxy* e os dados utilizados. Também se apresentam outros indicadores da reprodução do capital. É no quarto capítulo que se realiza a apresentação e a análise dos resultados encontrados, tanto aqueles comuns para a totalidade da região quanto para os países individualmente. Por fim, no quinto capítulo se apresentam as considerações finais do trabalho e as perspectivas da temática como projeto de pesquisa.

2 A TAXA DE LUCRO

No Livro I de *O Capital* Marx se debruça sobre o processo de produção capitalista, investigação que é complementada pelo estudo do processo de circulação desenvolvido no Livro II. No Livro III Marx desenvolve sua análise do capitalismo a partir das suas formas de manifestações aparentes, da maneira em que o movimento do capital se apresenta na superfície da sociedade burguesa. Ali o autor expõe o movimento real do capital, considerado como um todo, em menor nível de abstração do que nos livros anteriores, em suas determinações mais concretas e visíveis aos agentes da produção.

O Livro III trata do processo efetivo de produção, se aproximando da realidade visível da sociedade capitalista, dos seus fenômenos¹. Assim como o preço da força de trabalho aparece sob a forma transformada de salário, o mais-valor aparece na forma transformada de lucro, sua forma mistificada. É justamente o lucro, mais especificamente a taxa de lucro, a categoria central da análise presente no Livro III. Embora o essencial da investigação relativo ao funcionamento da produção capitalista seja o mais-valor e a taxa de mais-valor, essas não se manifestam diretamente e não podem ser diretamente observadas e mensuradas em sua totalidade. Porém, a essência (a taxa de mais-valor) se manifesta no fenômeno (a taxa de lucro), ainda que de modo parcial, sendo a variável que rege o comportamento dos capitalistas – guiando seus investimentos – e que pode ser diretamente analisada². Assim, o fenômeno observável da taxa de lucro se torna uma categoria imprescindível para o entendimento do funcionamento do modo de produção capitalista, na medida em que o lucro é o objetivo da produção capitalista.

¹ “O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.” (KOSIK, 1995, p. 15).

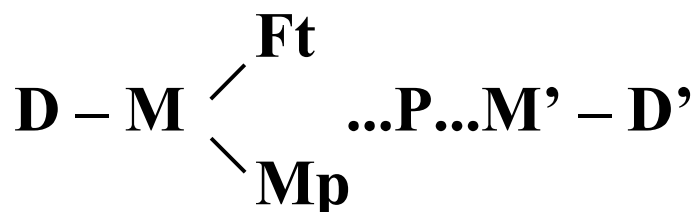
² “No entanto, a taxa de lucro é desde o início distinta da taxa de mais-valor, o que aparece, num primeiro momento, apenas como outra forma de cálculo; mas, como a taxa de lucro pode aumentar ou diminuir quando a taxa de mais-valor é constante e vice-versa, e como, do ponto de vista prático, apenas a taxa de lucro interessa ao capitalista, isso também obscurece e mistifica por completo, desde o início, a verdadeira origem do mais-valor. No entanto, há aí apenas uma diferença de grandeza entre taxa de mais-valor e taxa de lucro, e não entre o próprio mais-valor e o lucro. Como na taxa de lucro o mais-valor é calculado sobre o capital total e é referido a ele como sua medida, o próprio mais-valor aparece como algo que surge do capital total, como se emanasse por igual de todas as suas partes, de modo que a diferença orgânica entre capital constante e capital variável encontra-se apagada no conceito de lucro; portanto, de fato, nessa figura metamorfoseada como lucro, o próprio mais-valor negou sua origem, perdeu seu caráter, tornou-se irreconhecível.” (MARX, 2017, p. 201).

2.1 REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Não poderíamos avançar diretamente para a discussão da taxa de lucro e das formas aparentes da produção capitalista sem realizar antes uma breve síntese do funcionamento da acumulação capitalista, ou em sentido mais amplo, da reprodução do capital³. Antes de discutirmos a distribuição do mais-valor entre os capitalistas, veremos como esse mais-valor é produzido, em um nível maior de abstração.

A produção de capital é um processo cíclico⁴, que percorre periodicamente os mesmos estágios em um constante fluxo de renovação. Todo processo social de produção é também um processo de reprodução, cujo objetivo é a valorização do capital. Durante seu ciclo o capital assume três formas distintas, capital monetário, capital-mercadoria e capital produtivo, assim como percorre três estágios, sendo a unidade do processo de produção e de duas fases do processo de circulação. Essas formas que o capital assume e abandona ao longo de seu percurso não são tipos autônomos de capital, mas formas funcionais do capital industrial⁵, constituindo um movimento contínuo e paralelo. Cada forma funcional apresenta seu próprio ciclo, mas o ciclo do capital industrial é a unidade dos três ciclos. Assumindo a perspectiva do ciclo do capital monetário⁶, o ciclo do capital pode ser apresentado conforme a Figura 1.

Figura 1 – O Ciclo do Capital



Fonte: Elaboração própria.

³ “Atualmente, tende-se incorretamente a substituir o conceito de reprodução do capital, que engloba o conjunto do ciclo do capital, pelo de acumulação, que é muito mais restrito e não compreende sequer integralmente a fase de produção [...]” (MARINI, 2012, p. 18). A reprodução do capital engloba todo o ciclo do capital, enquanto a acumulação abrange somente a última parte do ciclo, a transformação do mais-valor em capital.

⁴ “O capital, como valor que valoriza a si mesmo, não encerra apenas relações de classes, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso, ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel.” (MARX, 2014, p. 184).

⁵ “[...] industrial, aqui, no sentido de que abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista.” (MARX, 2014, p. 131).

⁶ “O ciclo do capital monetário é, assim, a forma de manifestação mais unilateral e, por isso, a mais palpável e mais característica do ciclo do capital industrial, cuja finalidade e motivo propulsor – a valorização do valor, o ato de fazer dinheiro e a acumulação – apresentam-se aqui numa forma evidente (comprar para vender mais caro).” (MARX, 2014, p. 138).

Onde:

D = dinheiro

M = mercadoria

Ft = força de trabalho

Mp = meios de produção

P = produção

M' = mercadoria aumentada pelo mais-valor

D' = dinheiro aumento pelo mais-valor

... = o processo de circulação foi interrompido

No ciclo do capital é possível identificar três estágios. Na primeira fase de circulação (D-M) é onde o capitalista compra no mercado de mercadorias meios de produção e força de trabalho no mercado de trabalho, convertendo seu dinheiro em mercadorias. Transformado o capital monetário em capital produtivo, esse capital não pode mais circular e necessita ser consumido produtivamente. É nessa fase do capital produtivo (...P...) que ocorre o processo de valorização do capital, a criação de um mais-valor. A transformação do valor em capital, valor que se valoriza, é realizada pela força de trabalho, a única mercadoria que tem a capacidade de criar um novo valor. Finalizada essa fase, a mercadoria já valorizada se torna capital-mercadoria e precisa ser vendida (realizada) no mercado para voltar a forma de dinheiro (M'-D'). Ao fim, o capital se realiza como valor na mesma forma em que iniciou o ciclo, mas agora valorizado, pronto para ser novamente investido e seu ciclo reiniciado.

Quando a integralidade do mais-valor gerado no processo produtivo é consumido de forma improdutivo pelo capitalista (como renda), numa simples repetição do processo de produção na mesma escala (sem acumulação), se está diante da reprodução simples. Quando parte do mais-valor é reinserido no processo produtivo, reconvertido em capital, é que ocorre a reprodução ampliada, a acumulação propriamente dita. É justamente essa porção do mais-valor, aquela reinvestida, que determina a taxa de acumulação, e consequentemente, a taxa de crescimento da economia. Assim fica exposta a importância da taxa de mais-valor – e a sua forma de manifestação como taxa de lucro – no processo de desenvolvimento capitalista.

É na concorrência capitalista, no processo de circulação, que se determina a divisão do mais-valor, a grandeza do excedente que será realizado por cada capitalista. Se vende a mercadoria abaixo ou acima de seu valor, altera-se a distribuição do mais-valor, sem alterar a sua grandeza original. Desse modo se obscurece a origem do lucro, aparecendo como se surgido na circulação, como um excedente sobre o preço de venda das mercadorias. Porém, sua verdadeira origem se encontra no processo direto de produção e somente se realiza na

circulação⁷. Na seção seguinte apresenta-se de que maneira, através da concorrência, o lucro a que se faz referência se transforma em uma taxa geral de lucro média.

2.2 FORMAÇÃO DA TAXA GERAL DE LUCRO

Discutir a taxa de lucro significa também discutir como se formam os preços na concorrência capitalista. Este é um tema mais árduo do que a tautologia das curvas de oferta e demanda da economia neoclássica parecem demonstrar⁸. O problema da transformação dos valores em preços de produção é alvo de um extenso debate, tanto entre os próprios marxistas, quanto com autores de outras escolas do pensamento econômico. Levando em consideração que somente esta temática poderia render um trabalho, esta dissertação se atém a obra de Marx (especialmente o Livro III de *O Capital*) e alguns de seus interpretes, sem a intenção de esgotar o assunto.

Iniciando com a análise da mercadoria, cujo valor-mercadoria M é formado por $c + v + m$, respectivamente capital constante (valor dos meios de produção), capital variável (valor da força de trabalho) e mais-valor. Enquanto o mais-valor é um excedente não pago produzido pela força de trabalho, as outras duas partes constituintes do valor da mercadoria formam o preço de custo (p) da mercadoria, pois repõem aquilo que a mercadoria custa ao próprio capitalista. Pelo menos é assim que as coisas se manifestam para o capitalista, porque o mais-valor não lhe custa nada, justamente por custar trabalho não pago ao trabalhador. Desta forma, a fórmula do valor-mercadoria $M = c + v + m$ se converte em $M = p + m =$ preço de custo + mais-valor. Embora o custo real da mercadoria seja medido pelo dispêndio de trabalho, englobando o mais-valor produzido, o preço de custo capitalista da mercadoria é medido pelo dispêndio de capital, $p = M - m$, que é repostado.

Ainda que a força de trabalho seja a mercadoria especial que atue como criadora de valor, sendo a real responsável pela valorização do capital, não é assim que o processo se expressa para o detentor do capital. O mais-valor parece derivar tanto da parte constante quanto da parte variável do capital, do capital total adiantado. Ambas as partes aparecem como custos indistintos ao capitalista, como componentes do custo de produção. A fórmula $M = c + v + m =$

⁷ “O resultado que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade.” (MARX, 2011, p. 53).

⁸ “Ora, esta tautologia se revela quando se faz a seguinte pergunta: em cada mercado, a oferta e a demanda fixam um preço e uma quantidade, mas porque se tratam justamente desse preço e dessa quantidade – e não outro preço e outra quantidade qualquer? A resposta do economista que só sabe ciência positiva é dizer que este preço e esta quantidade são determinados pela demanda e pela oferta. Ou seja, ele argumenta – se isto pode ser chamado de argumento – em círculos.” (PRADO, 2010, p. 2).

$p + m$ se transforma em $M = p + l = \text{preço de custo} + \text{lucro}$. Essa igualdade entre o lucro e o mais-valor somente ocorre se a mercadoria for vendida pelo seu valor. Um leitor de Marx que interrompa sua leitura no Livro I provavelmente terá a impressão de que as mercadorias são sempre vendidas por seus valores, dado que nesse livro Marx apresenta sua análise em alto nível de abstração. Esse é um dos seus pressupostos, que vão sendo abandonados conforme o autor avança na investigação e na exposição⁹. No entanto, na realidade da concorrência capitalista isso raramente ocorre, pois o capitalista pode vender a mercadoria abaixo de seu valor (ou acima) e mesmo assim ter lucro.

O preço de custo representa o limite mínimo do preço de venda da mercadoria, que embora possa ser rompido momentaneamente (especialmente nas crises), sem repor o capital adiantado em sua totalidade, sua continuidade implicaria o desaparecimento desse valor-capital. A crítica de Marx ao modo de produção capitalista não é uma crítica moral como fizeram alguns dos primeiros socialistas (utópicos), a uma suposta ganância exacerbada dos capitalistas. Os capitalistas acumulam capital e no processo exploram os trabalhadores porque assim necessitam para reproduzirem seu capital e se reproduzirem como capitalistas. Se não acumularem em escala ampliada, eventualmente desaparecem como capitalistas.

Taxa de lucro e taxa de mais-valor são duas medições distintas da mesma grandeza, sendo o lucro a forma de manifestação do mais-valor. Embora a forma de mais-valor como lucro seja um fenômeno superficial, para o capitalista individual a lucratividade é o determinante, pois representa seu excedente em relação ao capital total investido. Para o detentor do capital é indiferente a proporção adiantada entre capital constante e capital variável, pois ambas as partes são fundamentais para a reprodução de seu capital. Sem adiantar capital constante não consegue explorar a força de trabalho e sem o capital variável não pode valorizar o capital constante. Deste modo, a forma lucro apaga a relação direta entre capital e trabalho. Ao ocultar a origem do excedente, mistifica-se o processo de valorização de capital.

⁹ Apesar disso, Marx já no Livro I adverte, em mais de uma ocasião, que os preços médios não coincidem diretamente com os valores. Tal ideia não encontra correspondência no pensamento de Marx, apesar de ser nela que Böhm-Bawerk baseia sua crítica à teoria marxista do valor (CARCANHOLO, 2013, p. 33-44). “A grandeza do valor da mercadoria expressa, portanto, uma relação necessária – e imanente ao seu processo constitutivo – com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca entre uma mercadoria e uma mercadoria-dinheiro existente fora dela. Nessa relação, porém, é igualmente possível que se expresse a grandeza de valor da mercadoria, como o mais ou o menos pelo qual ela é vendável sob dadas circunstâncias. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza do valor, reside, portanto, na própria forma-preço. [...] Mas a forma-preço permite não apenas a possibilidade de uma incongruência significativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza do valor e sua própria expressão monetária, mas pode abrigar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixe absolutamente de ser expressão do valor, embora o dinheiro não seja mais do que a forma de valor das mercadorias.” (MARX, 2013, p.176).

Assim, se a taxa de mais-valor é mais-valor/capital variável, m/v , a taxa de lucro se expressa, no mundo dos fenômenos aparentes, em relação ao capital total¹⁰, através da fórmula:

$$l' = \frac{m}{c+v} = \frac{m}{C} \quad (1)$$

Onde:

l' = taxa de lucro definida por Marx
 m = mais-valor
 c = capital constante
 v = capital variável
 C = capital total

Dividindo em (1) o numerador e o denominador pelo capital variável, chega-se a taxa de lucro marxiana como uma função da taxa de mais-valor e da composição orgânica do capital¹¹ (COC):

$$l' = \frac{\frac{m}{v}}{\left[\frac{c}{v}+1\right]} = \frac{\frac{m}{v}}{\text{COC}+1} \quad (2)$$

Onde:

$\frac{m}{v}$ = taxa de mais-valor
 $\frac{c}{v}$ = composição orgânica do capital = COC

Os capitalistas não produzem por produzir, não o fazem objetivando a produção de valores de uso, visando a satisfação das necessidades humanas, mas produzem para acumular, para valorizar seu capital em escala ampliada. Em decorrência da lógica de autovalorização do capital o capitalista busca permanentemente aumentar suas taxas de mais-valor e lucro, a fim de ampliar sua acumulação, por meio do mais-valor absoluto e relativo. A produção de mais-valor absoluto é obtida pela intensificação e extensão da jornada de trabalho, processo que contém tanto limitações objetivas (a resistência física e mental dos trabalhadores) quanto decorrentes da ação política dos trabalhadores, como a regulamentação (e também redução) da jornada de trabalho. Desse modo, a forma dominante de aumento da taxa de mais-valor se dá através do mais-valor relativo, a elevação da força produtiva do trabalho, que ocorre principalmente pela mecanização (MALDONADO FILHO, 1990, p. 3; SHAIKH, 2006, p. 344).

Para aumentar a força produtiva do trabalho o capitalista individual, o capital personificado, precisa revolucionar continuamente as condições de produção, de modo que o

¹⁰ “A taxa de mais-valor medida sobre o capital variável chama-se taxa de mais-valor; a taxa de mais-valor medida sobre o capital total chama-se taxa de lucro.” (MARX, 2017, p. 68).

¹¹ “A composição orgânica do capital depende, em cada momento, de dois fatores: primeiro, da relação técnica entre a força de trabalho empregada e a massa dos meios de produção empregados; segundo, do preço desses meios de produção.” (MARX, 2017, p. 189).

tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria seja reduzido, e uma quantidade menor de trabalho seja capaz de produzir uma quantidade maior de valores de uso. Essa revolução das condições técnicas e sociais do processo de trabalho ocorre por meio da introdução de maquinarias, novos métodos de trabalho e novas tecnologias em geral. A interpretação de Marx sobre o funcionamento do progresso técnico no capitalismo, como poupador de trabalho vivo, está intimamente relacionada com o comportamento da taxa de lucro no tempo, como será visto mais adiante.

As distintas composições orgânicas dos capitais (COC) entre os diferentes ramos de produção, ou seja, a desigualdade da participação relativa do capital variável no capital total adiantado, tem como consequência o fato de que capitais da mesma grandeza mobilizam quantidades diferentes de trabalho, produzindo diferentes massas (e taxas) de mais-valor. Caso as mercadorias fossem vendidas por seus valores, isso significaria que capitais da mesma grandeza teriam taxas de lucro distintas, conforme a composição orgânica dos capitais de cada indústria. No entanto, na realidade da concorrência capitalista, não é assim que se formam os preços e nem poderia ser.

A assimetria da duração do ciclo de capital entre as distintas esferas de produção também é fonte de desigualdade das taxas de lucro, na medida em que “as taxas de lucro são inversamente proporcionais ao tempo de rotação” (MARX, 2017, p. 186) do capital. Para aumentar sua taxa de lucro, o capital busca impor um ritmo crescente na produção e circulação de mercadorias.

A concorrência intercapitalista acaba produzindo uma tendência de equalização das taxas de lucro entre os diferentes ramos de produção. A base para essa equalização¹² é o preço de custo ($c+v$), onde desaparece a distinção, para o capitalista, entre capital variável e capital constante. Ao preço de custo é adicionado uma taxa de lucro média, cuja soma resulta no preço de produção, uma forma transfigurada do valor. Deste modo, quando os capitalistas realizam suas mercadorias, repõem o capital adiantado (preço de custo), mas não resgatam o mais-valor/lucro produzido na sua própria esfera de produção, mas somente aquele mais-valor/lucro correspondente ao seu capital adiantado em relação ao capital social total¹³. Ou seja, há uma divergência entre a produção e a apropriação do mais-valor entre os capitais.

¹² “‘Ausgleichung’ no original, que poderia também ser traduzido por ‘nivelção’ ou ‘compensação’, no sentido de um balanço, de uma operação pela qual diferenças são compensadas e dívidas mútuas, canceladas, como no procedimento bancário corrente, em que haveres e deveres registrados pela contabilidade se cancelam uns aos outros e se obtém assim o valor real resultante.” (GRESPLAN, 2011, p. 13).

¹³ “No que diz respeito ao lucro, os diversos capitalistas se comportam aqui como meros acionistas de uma sociedade por ações, na qual os dividendos se repartem igualmente por 100, de modo que se distinguem entre si

Desta forma, a taxa geral de lucro é determinada pela composição orgânica dos capitais nas distintas esferas de produção (cada qual com uma “taxa de lucro”, caso os preços correspondessem aos valores) e pela respectiva distribuição do capital social entre essas esferas, ou seja, pela parcela relativa do capital social total investido em cada esfera de produção. Assim, o lucro de cada esfera produtiva não é determinado pela criação de valor no interior da própria esfera, mas se dá através da equalização das taxas de lucro em uma taxa de lucro média¹⁴. A transformação dos valores em preço de produção mistifica ainda mais a origem do lucro.

A taxa de lucro tende a ser a mesma em todas as esferas de produção, correspondente àquela relativa à composição orgânica média dos capitais. Todos os capitais, independentemente de sua composição ou do mais-valor gerado internamente, tendem a equalizar sua taxa do lucro em torno de uma taxa média, correspondente ao capital médio (e sua composição) da sociedade¹⁵. A dificuldade para entender como ocorre essa equalização da taxa de lucro reside no fato de que as mercadorias não se trocam simplesmente como mercadorias, mas como produto de capitais, requerendo uma participação proporcional da grandeza do capital na massa total de mais-valor produzida.

A busca dos capitalistas por uma taxa de lucro maior, realizada normalmente pela elevação da produtividade do trabalho, força seus concorrentes do mesmo ramo de produção, através da força coercitiva da concorrência, a perseguirem a mesma elevação da lucratividade. Se a taxa de lucro é maior em determinado ramo, os capitais de outros ramos se desviarão para esse ramo na busca por um lucro extraordinário¹⁶, equalizando as taxas de lucro. A equalização se efetuará mais rapidamente quanto mais móvel for o capital e mais facilmente a força de trabalho possa se deslocar entre as distintas esferas da produção.

Essa taxa geral de lucro só existe como um atrator, no sentido de que tal equalização é um processo permanente. É nela que os capitalistas individuais se referenciam e buscam se afastar, através do barateamento das mercadorias, que por sua vez se realiza com a introdução de métodos de produção aperfeiçoados. É a concorrência dos capitais nas variadas esferas que

apenas pela grandeza do capital investido por cada um no empreendimento total, pelo número de ações que cada um possui.” (MARX, 2017, p. 193).

¹⁴ “Em geral, é apenas de uma maneira muito intrincada e aproximada, como uma média de perpétuas oscilações que não se devem jamais fixar, que a lei geral se impõe como tendência dominante em toda a produção capitalista.” (MARX, 2017, p. 196).

¹⁵ “Que alguns capitais, em determinadas esferas da produção, possam não ser submetidos, por quaisquer razões, ao processo de equalização é algo que não afeta em nada os termos do problema.” (ibid., p. 208).

¹⁶ “Mas o capital é retirado de uma esfera com taxa de lucro menor e lançada em outra, que gera lucros maiores. Mediante essa constante emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme em uma delas sua taxa de lucro diminua e, em outra, aumente, o capital engendra uma relação entre oferta e demanda de tal natureza que o lucro médio nas diversas esferas de produção torna-se o mesmo e, por conseguinte, os valores se transformam em preço de produção.” (ibid., p. 231).

fixa o preço de produção e equaliza a taxa de lucro. O preço de produção é o centro de gravitação dos preços de mercado, regulado conforme as especificidades de cada esfera da produção.

Maldonado Filho (1990) faz uma análise da dinâmica da concorrência em Marx, entendendo-a tanto como um mecanismo de equalização, quanto como uma força geradora de desequilíbrios. É com base nesse artigo, além do próprio Marx, que será realizada a exposição seguinte. Para que a concorrência efetivamente produza a tendência de equalização das taxas de lucro, a mobilidade do capital (e também da força de trabalho) não pode ser extremamente limitada. É na forma monetária que o capital melhor pode ser transferido para outra esfera de produção, já que grande parte do capital produtivo se constitui de capital fixo e necessita de muitas rotações para ser depreciado. Conforme Shaikh (2016, p. 66), não se trata tanto de entrada ou saída de capitais, mas sim de aceleração ou desaceleração do fluxo de capitais para cada setor produtivo

Outro aspecto destacado por Maldonado Filho (1990) é o tempo necessário entre a realização do investimento e a elevação da oferta das mercadorias, que produz o ajustamento da taxa de lucro¹⁷. Como o tempo de ajuste varia entre as esferas de produção, além de outros fatores, as taxas de lucro não são efetivamente uniformes, mas estão em constante processo dinâmico de ajustamento intersetorial.

Para Marx, o processo de equalização não implica na existência de um processo suave de convergência das taxas de lucro setoriais em direção a taxa média, mas apenas que aquelas taxas de lucro que sejam substancialmente elevadas ou reduzidas serão puxadas ('atraídas') em direção a taxa geral de lucro (i.e., o centro de gravidade de rentabilidade). Mesmo para aquelas indústrias cujas taxas de lucro estejam em uma 'posição de equilíbrio' (i.e., que as suas taxas de lucro de longo prazo não sejam significativamente diferentes da taxa média) espera-se que as taxas efetivas de lucro estejam oscilando ('gravitando') em torno do nível médio. (MALDONADO FILHO, 1990, p. 11).

A equalização das taxas de lucro é um fenômeno intersetorial, não ocorrendo internamente aos setores da produção, dado as diferentes composições orgânicas dos capitais entre as empresas. Internamente ao ramo de produção, o que tende a se equalizar são os preços. Os capitais com uma maior (menor) COC em relação à média da sociedade se apropriam de uma porção maior (menor) do valor, dado que produzem uma mercadoria com um valor individual inferior (superior) ao valor de mercado, o preço em que se espera que as mercadorias sejam vendidas. O valor de mercado é um valor regulador, que varia conforme as condições de

¹⁷ “Em outras palavras os diferenciais de rentabilidade causam a transferência de capital que, por sua vez, varia o nível de oferta das indústrias, esta variação de oferta, por outro lado, afeta os níveis de preço e, por conseguinte, taxas de lucro.” (MALDONADO FILHO, 1990, p. 9).

reprodução das mercadorias. São criadas assim hierarquias de taxas de lucro entre as empresas, que permanecem, dado que não existem mecanismos que hegemonizem as técnicas de produção¹⁸.

É entorno desse valor regulador, o valor de mercado, que flutuam os preços de mercado, atuando como um centro de gravidade. Os desvios dos preços de mercado em relação ao valor de mercado ocorrem pela relação entre a oferta e a demanda¹⁹. Com excesso de oferta (ou escassez de demanda) – dado as necessidades sociais e o nível de concorrência existente – os preços de mercado tendem a cair a um nível inferior ao valor de mercado e uma escassez de oferta (ou excesso de demanda) faz com que os preços que as mercadorias são efetivamente vendidas sejam superiores ao valor de mercado. Por outro lado, é o valor de mercado que regula a relação entre oferta e demanda, na medida em que “não é a proporção entre a oferta e a demanda que explica o valor de mercado, mas, ao contrário, é ele que explica as flutuações da oferta e da demanda” (MARX, 2017, p. 227). O resultado social do processo de equalização da lucratividade se expressa em uma tendência de queda da taxa de lucro, conforme apresenta-se na seção seguinte.

2.3 TEORIA DAS CRISES E A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

A crise é uma problemática vastamente discutida pelos marxistas e diversas são as interpretações que foram realizadas e ainda persistem. Em geral os autores se debruçaram n’*O Capital* de Karl Marx atrás da “causa principal” que leva o capitalismo a entrar periodicamente em crise. Cada interpretação deu maior ênfase a determinada passagem da obra de Marx, resultando em várias teorias das crises. Esta forma de encarar a questão acabou por transformar as distintas formas de manifestação das crises em suas causas determinantes.

¹⁸ “A coexistência de uma multiplicidade de técnicas de produção se constitui em uma característica importante de todas as indústrias. Essa coexistência se deve a diversos fatores, cabendo mencionar os dois mais importantes: (i) o fato dos capitais individuais (firmas) não serem do mesmo tamanho, o que implica que o mesmo método de produção não pode, em geral, ser empregado por todas as firmas e (ii) a existência do capital fixo que está atrelado com a antiga técnica de produção.” (MALDONADO FILHO, 1990, p. 8).

¹⁹ “Quando a oferta e a demanda coincidem, elas deixam de atuar, e precisamente por isso as mercadorias são vendidas por seu valor de mercado. Quando duas forças iguais atuam na mesma medida em sentidos opostos, elas se anulam reciprocamente, não exercem nenhum efeito externo, e os fenômenos que produzem sob essas condições têm de ser explicados por causas alheias à intervenção dessas duas forças. Quando se anulam mutuamente, não influem no valor de mercado e, com mais razão ainda, não nos ajudam a compreender por que o valor de mercado se expressa justamente nessa soma de dinheiro, e não em outra. Evidentemente, as leis internas efetivas da produção capitalista não podem ser explicadas pelo efeito recíproco da oferta e da demanda (abstraindo de uma análise mais profunda dessas duas forças motrizes sociais, que não cabe aqui), porquanto essas leis só aparecem realizadas em toda a sua pureza no momento em que oferta e demanda cessam de atuar, isto é, quando coincidem.” (MARX, 2017, p. 224).

Carcanholo (1996), que é crítico a essa explicação causal, identifica quatro principais vertentes no debate marxista sobre a causa da crise econômica: 1) aqueles que relacionam a crise com a queda da taxa de lucro, normalmente baseada na discussão acerca da lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTL), mas há também aqueles que rejeitam a lei e mesmo assim entendem as crises como provocadas pela queda da lucratividade (teorias do *profit-squeeze*); 2) a versão subconsumista, explicada pela tendência do capitalismo de produzir mais do que a capacidade de consumo da sociedade, provocando problemas de realização ao não se realizar todo valor ofertado, interrompendo o processo de acumulação e causando a crise; 3) a teoria da desproporcionalidade, que rejeita a versão subconsumista pela possibilidade do sistema capitalista de se reproduzir indefinidamente em escala ampliada, desde que se mantenha as proporções entre os departamentos de produção (produtores de meio de produção e meios de consumo). No entanto, a anarquia da produção capitalista não permite a manutenção desse equilíbrio, o que levaria as crises; 4) e pôr fim a teoria da superacumulação de capital, bem menos difundida que as anteriores, onde a acumulação ao crescer em um ritmo mais elevado que o crescimento da força de trabalho e dos meios de produção adicionais chegaria em uma situação de superacumulação de capital, que causaria as crises²⁰.

Para Benoit e Antunes (2016) todas essas tentativas de encontrar uma explicação coerente e sistemática das crises fracassaram “pelo fato de que nenhum autor, até agora, se propôs a expor o conceito de crise a partir da própria dialética expositiva de *O Capital*, ou seja, a partir de seu método de exposição” (BENOIT; ANTUNES, p. 24, 2016). A argumentação de diversos autores é a que Marx não desenvolveu uma teoria sistemática e completa sobre a crise. Rosdolsky (2001) sustenta essa visão analisando os planos de elaboração de *O Capital*, na medida em que Marx suprimiu o livro que seria dedicado ao mercado mundial e as crises ao longo de seu estudo. No entanto, ao longo de sua pesquisa, Marx superou a estrutura original pensada e englobou a problemática da crise no próprio estudo do capital. Deste modo, Benoit e Antunes (2016) defendem a existência de uma teoria da crise econômica capitalista em Marx:

Contudo, esta teoria não está depositada empiricamente, aqui ou ali, em nenhum texto específico ou passagem canônica de *O Capital*, nem numa soma aritmética de passagens. Esta teoria está, sim, desenvolvida em todo o percurso dialético-expositivo de *O Capital*, aparecendo e começando a se desenvolver logo nas primeiras páginas do Livro Primeiro e se encerrando nas últimas páginas do Livro Terceiro. (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 31).

²⁰ Esta é apenas uma das possíveis divisões das distintas interpretações, deixando diversas interpretações de fora, inclusive porque muito se teorizou sobre o tema desde a publicação do trabalho. Cipolla (2018) apresenta uma interessante genealogia das teorias marxistas da crise e propõe outra classificação.

Não havia necessidade de um livro específico para as crises porque o estudo do capital realizado por Marx está em todo *O Capital* intrinsecamente relacionado ao estudo da crise, pois o primeiro não pode ser desenvolvido sem o segundo. A análise da reprodução do capital é também a análise das suas contradições. Desta maneira, uma análise dialética do conceito de crise deve ser realizada simultaneamente com a análise do conceito de capital. Se nos dois primeiros livros de *O Capital* a análise do movimento do capital é feita em um maior nível de abstração, de modo mais puro, excluída a dinâmica da concorrência e outras determinações, o mesmo ocorre com o conceito de crise, onde as contradições aparecem de maneira potencial, abstrata e formal.

A própria mercadoria possui em sua constituição o germe da crise, pois é a unidade de dois contrários, valor e valor de uso, e essa existência contraditória já implica a possibilidade da crise. Essa contradição origina a possibilidade de o produtor não conseguir encontrar um consumidor para sua mercadoria, resultando na cisão entre produção e realização. A não possibilidade de conversão da mercadoria em dinheiro torna a crise uma possibilidade. Essa possibilidade é reforçada pelo desenvolvimento da função do dinheiro como meio de pagamento, que permite a separação temporal entre o momento da venda e o momento da realização²¹, que se torna mais factível conforme se desenvolve o sistema de crédito.

O desenvolvimento das forças produtivas faz com que a mesma quantidade de trabalho produza uma quantidade de mercadorias cada vez maior, sem elevar na mesma escala a capacidade total de consumo dado o crescimento contínuo do mais-valor relativo. Ao mesmo tempo que se cria uma quantidade crescente de mercadorias e consumidores, se criam barreiras que impedem o consumo e dessa cisão aparece novamente a possibilidade da crise, reforçada pela anarquia da produção capitalista, que organiza a produção sem adequar com as necessidades de consumo da sociedade e das necessidades da reprodução do capital, gerando desproporções entre os departamentos de produção. No ciclo do capital industrial a possibilidade da crise surge “da possibilidade de uma forma funcional não se converter na forma seguinte com a mesma regularidade e velocidade habituais” (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 100), tornando possível a superprodução de mercadorias.

A crise foi apresentada até aqui como uma possibilidade abstrata, como ela aparece nos Livros I e II d’*O Capital* e progressivamente vai se tornando mais concreta conforme Marx

²¹ “A possibilidade de uma crise geral por falta de meios de pagamento surge porque com a insolvência do primeiro devedor, toda a cadeia de obrigações recíprocas firmadas entre a multidão dos diversos vendedores e compradores pode ser bruscamente rompida. A crise se torna uma possibilidade ainda, porque a realização habitual de determinada massa de valor depende de uma velocidade igualmente habitual e regular da circulação do meio circulante.” (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 68).

avança na exposição. É no Livro III que essas abstrações e possibilidades se tornam realidade, pois ali se analisa a multiplicidade concreta e contraditória do capital social. É na LQTTL que a crise se expressa de forma mais concreta e determinada, não podendo ser confundida como causadora da crise, mas como sua forma de manifestação, a forma mais visível das contradições da sociedade capitalista. A crise, que aparecia anteriormente como uma possibilidade, é convertida pela LQTTL em realidade.

Consideramos, portanto, que a lei da queda tendencial da taxa de lucro tanto reúne numa única e mesma forma aparente todas as diferentes formas parciais e abstratas da crise, quanto reúne, também numa única e mesma lei, todas as diferentes leis e contradições parciais e abstratas expostas nos Livros Primeiro e Segundo. Por este aspecto dialético, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é tanto a forma mais sintética de todo o processo analítico anterior, quanto a forma mais concreta de manifestação da crise [...] (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 38).

A lei da queda tendencial da taxa de lucro é uma das formulações mais conhecidas de Marx, assim como é um dos pontos de maior controvérsia da sua teoria²². Apresentada na terceira seção do Livro III de *O Capital*, é síntese de diversos aspectos contraditórios do processo de acumulação capitalista. Tendo como pressuposto o desenvolvimento teórico presente nos dois livros anteriores de *O Capital*, a lei tendencial se firma como consequência necessária de tal desenvolvimento e se faz presente no cerne da teoria marxista.

Marx não foi o primeiro autor a observar a tendência à queda da taxa de lucro. Tal formulação estava presente nas análises dos economistas clássicos Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill²³. Em Smith a queda ocorre pela concorrência crescente dos capitais que acompanha a crescente acumulação e em Ricardo (que confunde taxa de lucro com taxa de mais-valor relativo), assim como em Mill, a taxa de lucro cai pela fertilidade decrescente da agricultura e a elevação contínua da taxa da renda da terra (MARX, 1983, p. 868-870). Marx rejeita essas explicações e na sua tradição de crítica à economia política clássica, procura derivar tal tendência a partir da própria lógica da acumulação de capital.

A LQTTL está diretamente ligada a maneira como Marx interpreta o progresso técnico no capitalismo, como poupador de trabalho vivo e consumidor de capital. O desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, a elevação da produtividade do trabalho, faz

²² O debate entorno da LQTTL é amplo, sendo o teorema de Okishio (1961) a crítica mais difundida. Para uma sistematização do debate e uma resposta as críticas à LQTTL de uma perspectiva marxista ver Carcanholo (2000) e Augusto (2005).

²³ “Ainda que, de acordo com o que foi exposto até aqui, essa lei pareça muito simples, toda a economia política não conseguiu descobri-la até o momento atual, como veremos numa seção posterior. Ela vislumbrou o fenômeno e suplicou-se em contraditórias tentativas de interpretá-la. Porém, dada a grande importância que possui para a produção capitalista, pode-se dizer que essa lei constitui o mistério de toda a economia política desde Adam Smith e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas tentativas de lhe dar uma solução” (MARX, 2017, p. 251).

com que o mesmo número de trabalhadores ponha em um movimento um volume crescente de capital constante. A elevação da produtividade do trabalho é acompanhada da queda do que os economistas chamam de “produtividade do capital”, melhor denominada de relação produto-capital, já que o capital não produz valor, apenas transfere valor já produzido, e conseqüentemente não tem produtividade. “A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho” (MARX, 2017, p. 251).

O aumento relativo do capital constante em relação ao capital variável, ou seja, a elevação da composição orgânica do capital, tem como consequência a queda da taxa geral de lucro (média), inclusive aumentando o grau de exploração da força de trabalho. Como a massa de trabalho vivo empregado decresce em relação ao trabalho objetivado (trabalho morto, meios de produção) posto em movimento, a parte desse trabalho vivo que não é pago aos trabalhadores, o mais-valor, também decresce em relação ao capital total. Como a taxa de lucro é essa proporção entre a massa de mais-valor e o capital total empregado, a mesma tem que decrescer.

As mesmas causas que levam à queda da taxa de lucro determinam também uma acumulação acelerada do capital e da massa absoluta de lucro, assim como da massa de trabalho posta em movimento. A queda do capital variável ocorre de maneira **relativa** ao montante de capital constante posto em movimento, onde cada vez menos trabalho vivo mobiliza uma quantidade maior de meios de produção. Assim, o progresso técnico eleva o número de mercadorias produzidas ao mesmo tempo em que diminui o trabalho vivo contido em cada mercadoria, tendo como consequência a queda de seu preço individual.

A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, na medida em que a concentração de capital que a acompanha eleva a composição orgânica do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera a concentração e a centralização do capital, e o resultante é que a taxa de acumulação diminuiu juntamente com a taxa de lucro, pois a taxa de acumulação depende da taxa de lucro obtida. O que o capitalista reinveste na produção, retirado seu próprio consumo, são justamente os lucros obtidos. Como o objetivo dos capitalistas é valorizar seu capital, lucrar, uma queda da taxa de lucro – e conseqüentemente da lucratividade esperada dos novos investimentos – eventualmente desencoraja a realização de novos investimentos. A queda do nível de investimento, por sua vez, impacta negativamente as taxas de emprego e de crescimento da economia (WEISSKOPF, 1979, p. 341). A importância da taxa de lucro se torna novamente evidente no processo de reprodução do capital através da relação taxa de lucro » taxa de lucro esperada » nível de investimento » taxa de crescimento/nível de emprego.

Os capitalistas individuais introduzem novos métodos de produção mais mecanizados visando a elevação da taxa de lucro, mas acabam reduzindo sua taxa de lucro e os preços das mercadorias produzidas. Essa aparente contradição é explicada na diferença entre a esfera individual e a esfera social de produção. O capitalista “inovador”, que emprega o método de produção aperfeiçoado, buscando o barateamento das mercadorias, se apropria de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção. Desse modo, esse capitalista consegue vender a sua mercadoria a um preço inferior ao seu valor social, mas superior ao seu valor individual, conquistando maior mercado e um mais-valor (lucro) adicional. Esse comportamento força seus concorrentes, através da lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção. Com a universalização desse novo modo de produção, desaparece esse lucro extraordinário, assim como apaga-se a diferença entre o valor individual das mercadorias barateadas e seu valor social.

A queda da taxa de lucro “torna mais lenta a formação de novos capitais independentes e, assim, aparece como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua” (MARX, 2017, p. 282). A crise é um fenômeno endógeno e funcional ao capitalismo, fazendo parte do próprio movimento do capital e sendo elemento necessário para a continuidade do processo de valorização. É um momento de solução parcial das contradições da reprodução capitalista, ao desencadear um processo de desvalorização e destruição de capitais e assim recriar as condições para a retomada da acumulação. Toda crise tem determinantes gerais, derivadas das leis do movimento do capital, e determinantes históricos, específicos das características da fase histórica em que o capitalismo se encontra (FILGUEIRAS, 2010). Deste modo, a destruição e a desvalorização de capitais é o que permite ao capitalismo retomar o nível da lucratividade e assim reestabelecer as condições para a reprodução do capital.

A lei da queda da taxa de lucro tem um caráter de tendência, dado que a realidade é constituída de processos contraditórios. Existem causas contra-arrestantes que interferem na ação da lei e a anulam, total ou parcialmente. Marx apenas esboçou seis das causas mais gerais, que são: aumento do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo de seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior; e aumento do capital acionário. A tendência à queda da taxa de lucro e suas causas contra-arrestantes estão em constante oposição, embora o polo dominante seja o da de tendência à queda, pois ela faz parte da essência do modo de produção capitalista. O fundamental é que a

lei está sempre em funcionamento, mesmo quando a taxa de lucro de fato não está caindo (AUGUSTO, 2005, p. 105; SHAIKH, 2006, p. 78).

A lei da queda tendencial da taxa de lucro se relaciona com uma série de tendências de longo prazo operantes nas economias capitalistas, identificadas na interpretação marxista, que conforme Santetti, Marquetti e Morrone (2018) se configuram como: 1) aumento da produção de mercadorias; 2) elevação da relação capital-trabalho; 3) aumento da produtividade do trabalho; 4) redução da relação produto-capital (queda da “produtividade” do capital); 5) redução da taxa de lucro. Além dessas também é possível identificar: 6) aumento da massa de lucro; 7) concentração e centralização do capital. No capítulo seguinte serão apresentados indicadores que nos permitirão observar o comportamento de algumas dessas relações nos países estudados.

3 ESTIMANDO A TAXA DE LUCRO E OUTROS INDICADORES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Embora a maior parte das correntes marxistas e de seus autores considerarem a taxa de lucro como a variável central para o entendimento do funcionamento do modo de produção capitalista, poucos se propõem a de fato estimá-la²⁴. Existe certa rejeição por parte dos autores marxistas da utilização dos métodos quantitativos, associando a sua utilização à abordagem neoclássica positivista. Isso é reforçado por algumas correntes marxistas que, ao utilizarem os métodos quantitativos, desconfiguraram as categorias marxistas e caíram no individualismo metodológico, como fizeram os neomarxistas e os marxistas-analíticos. Essa não era a posição de Marx e Engels, que enxergavam grande potencial na utilização da matemática e da estatística tanto para a compreensão e exposição teórica, quanto para a identificação de padrões nos fenômenos econômicos (CLEMENTE, 2013, p. 20-24).

Desde o período de Marx e Engels foram enormes os avanços na matemática e na estatística. Porém, os dados disponibilizados pelos governos e aqueles utilizados pelos economistas em grande medida não correspondem as categorias marxistas e devem ser utilizados com cautela²⁵. Marx apontava para a limitação dos censos dos Estados nacionais da época, destacando a qualidade dos disponibilizados pelos Estados Unidos²⁶. Infelizmente isso se mantém, sendo poucos os países, com destaque para o próprio Estados Unidos, que disponibilizam os dados necessários para uma estimativa de uma perspectiva marxista. O próprio *Bureau of Economic Analysis* (BEA), agência do governo dos EUA responsável pelo fornecimento e análise dos dados da economia do país, disponibiliza algumas séries da massa de lucro da economia estadunidense. Interessante notar que ao contrário da ortodoxia econômica, que foca sua análise na taxa de juros, o BEA reconhece a grande importância dos lucros na análise do desempenho econômico do país:

Corporate profits is one of the most closely watched U.S. economic indicators. Profitability provides a summary measure of corporate financial health and thus serves as an essential indicator of economic performance. Profits are a source of

²⁴ Entre os marxistas que negam a LQTTL se destacam os da escola do “capitalismo monopolista”, tradição iniciada por Paul Baran e Paul Sweezy e associada a revista *Monthly Review*.

²⁵ Para uma crítica dessas variáveis ver, por exemplo, Shaikh e Tonak (1994).

²⁶ “Como apenas a poucos capitalistas ocorre efetuar tais cálculos sobre o próprio negócio, a estatística silencia quase absolutamente sobre a relação entre as partes constante e variável do capital social total. Apenas o censo norte-americano fornece aquilo que é possível sob as atuais condições: a soma dos salários pagos em cada ramo de negócios e dos lucros obtidos. Por mais suspeitos que esses dados possam ser, já que se baseiam apenas sobre informações fornecidas pelos próprios industriais e não posteriormente controladas, eles são, de qualquer modo, extremamente valiosos, a única coisa que dispomos sobre o assunto. Na Europa, somos demasiado ternos para confrontar nossos grandes industriais com revelações desse tipo.” (MARX, 2017, p. 103).

retained earnings, providing much of the funding for capital investments that raise productive capacity. The estimates of profits and of related measures may also be used to evaluate the effects on corporations of changes in policy or in economic conditions. (BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS, 2020).

Uma das consequências da escassez de dados é que grande parte dos trabalhos que discutem o comportamento da taxa de lucro o fazem para a economia dos Estados Unidos, embora essa não seja a única explicação. O fato de ser a maior economia do mundo e potência hegemônica, atuando em grande medida como reguladora da economia global, também explica essa preferência dos pesquisadores. Além disso, o impacto de choques exógenos provindos de outros países é muito menor se contrastarmos com as economias desenvolvidas menores e a grande vulnerabilidade externa característica das economias subdesenvolvidas, tornando seus ciclos econômicos mais “endógenos” e a taxa de lucro interna mais determinante do ritmo da acumulação.

3.1 UMA *PROXY* DA TAXA DE LUCRO

Dado a grande limitação e o caráter dos dados disponíveis, a estimação da taxa de lucro nos termos de Marx se torna extremamente difícil, se não impossível. Para contornar esse problema os autores utilizam variadas *proxies*²⁷ da taxa de lucro marxiana, buscando se aproximar dela e simplificar sua estimação. Clemente (2017) estima a taxa de lucro para a economia estadunidense utilizando diversas metodologias presentes na literatura, avaliando a qualidade das séries resultantes. O autor conclui que não existe uma *proxy* da taxa de lucro que seja empiricamente sempre melhor. Cada metodologia apresenta vantagens e desvantagens, dependendo do problema pesquisado.

No presente trabalho será utilizada a metodologia proposta inicialmente por Weisskopf (1979), em seu trabalho seminal, referência para grande parte dos autores marxistas que discutem a taxa de lucro. Buscando analisar o comportamento da taxa de lucro para a economia dos Estados Unidos, o autor identifica três versões de teoria das crises marxistas que tem como fator explicativo a queda da taxa de lucro. A primeira versão diz respeito as mudanças tecnológicas e o comportamento da composição orgânica do capital (versão que foi destacada no presente trabalho e se relaciona com a LQTTL²⁸); a segunda dá ênfase à luta de classes e a distribuição da renda entre capital e trabalho; a última versão se refere a problemas de realização das

²⁷ Uma *proxy* é uma aproximação da variável que se deseja estimar, na medida em que sua observação direta é difícil ou mesmo impossível.

²⁸ Como discutiu-se no capítulo anterior, na nossa interpretação, a LQTTL não é a “causa” da crise, mas a sua forma de manifestação mais concreta.

mercadorias. Essas três variantes podem ser desenvolvidas tanto de uma perspectiva dos ciclos de curto prazo, quanto de tendências de longo prazo (“ondas longas”). Estamos mais interessados em uma visão de longo prazo, nas tendências seculares, inclusive porque na periferia sul-americana os ciclos econômicos são em grande medida determinados externamente, refletindo o ritmo da acumulação mundial e os choques externos.

Para analisar o comportamento da taxa de lucro e sua relação com as três versões desenvolvidas na literatura, Weisskopf (1979) propõe uma *proxy* em que a taxa de lucro é razão da massa de lucro da economia e do estoque de capital:

$$r = \frac{\pi}{K} \quad (3)$$

Onde:

r = *proxy* da taxa de lucro

π = massa de lucro total

K = estoque de capital

Essa *proxy* da taxa de lucro é decomposta pelo autor em três componentes, um de caráter distributivo (participação dos lucros na renda); outro relativo à demanda da economia (taxa da capacidade utilizada); e um último relativo respectivo ao perfil tecnológico da economia (relação capacidade potencial-capital). A *proxy* é decomposta conforme:

$$r = \frac{\pi}{Y} \cdot \frac{Y}{Z} \cdot \frac{Z}{K} \quad (4)$$

Sendo:

$$Y = X - D \quad (5)$$

$$\frac{\pi}{Y} = \frac{EOL}{Y} \quad (6)$$

Onde:

Y = produto interno líquido

Z = produto interno líquido potencial

$\frac{\pi}{Y}$ = participação dos lucros (EOL) na renda

$\frac{Y}{Z}$ = taxa da capacidade utilizada

$\frac{Z}{K}$ = relação capacidade potencial-capital

X = produto interno bruto

D = depreciação

EOL = excedente operacional líquido

Cada componente nessa *proxy* está ligada à uma versão da teoria das crises que comentamos anteriormente. A variável de caráter distributivo (σ) se conecta com a versão que relaciona as crises com a força crescente dos trabalhadores. A variável relativa à demanda da economia (φ) por sua vez está ligada à variante da crise como consequência de problemas de

realização. Já a variável que diz respeito ao perfil tecnológico da economia (ζ) se relaciona com a teoria das crises como consequência da elevação da composição orgânica do capital.

A decomposição da *proxy* nos seus três componentes implica o cálculo do produto potencial, sendo uma das técnicas utilizadas para tal fim a aplicação do filtro Hodrick-Prescott (HP)²⁹, dado a inexistência de dados para a totalidade das séries históricas das taxas de utilização da capacidade instalada. No entanto, além da subjetividade da escolha do parâmetro de suavização do filtro HP, para trabalhos que analisam o médio/longo prazo do comportamento da lucratividade, o cálculo do produto potencial e a consequente separação nos seus três componentes pouco contribui com a análise e pode inclusive prejudicá-la³⁰. Tal abordagem se mostra mais adequada para análises de curto prazo (BASU, 2017), onde se enfoca na análise dos ciclos econômicos, como nos trabalhos de Izquierdo (2013), Marquetti, Hoff e Miebach (2017) e Martins e Rugitsky (2021).

Visto que no presente trabalho o enfoque é no comportamento de médio e longo prazo da lucratividade e sua relação com diferentes fases do capitalismo e de crescimento, a lucratividade será decomposta em apenas dois de seus componentes, como fazem por exemplo Duménil e Levy (1993), Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010) e Foley, Michl e Tavani (2018). Desta forma está se abstraindo das flutuações da demanda agregada³¹.

Tendo isto em vista, a lucratividade se decompõe em dois componentes, um relativo à distribuição funcional da renda, representando a distribuição do produto entre capitalistas e trabalhadores, e outro relativo ao perfil tecnológico da economia, que representa a relação produto-capital. Desta forma, a decomposição se dá como:

$$r = \frac{\pi}{Y} \cdot \frac{Y}{K} \quad (7)$$

Onde:

$$\frac{\pi}{Y} = \text{participação dos lucros na renda}$$

$$\frac{Y}{K} = \text{relação produto-capital}$$

Considerando que estamos trabalhando com uma *proxy*, ela pode não necessariamente refletir o real comportamento da taxa de lucro marxiana. Não ter o capital variável em seu

²⁹ O filtro HP é uma ferramenta matemática que extrai a tendência das séries temporais buscando remover o componente cíclico. É um método simples, frequentemente utilizado para remover as oscilações de curto prazo e “suavizar” séries macroeconômicas. A principal crítica ao filtro é pela subjetividade na escolha do parâmetro de suavização, não havendo consenso sobre seu valor.

³⁰ Especialmente se considerarmos que será utilizada a série do produto em preços correntes, o que oculta no comportamento gráfico da série histórica as flutuações cíclicas. Nesse sentido a relação produto-capital se torna uma variável muito mais interessante de se analisar do que a relação capacidade potencial-capital.

³¹ Para análises desse tipo outro elemento qualificante é que os dados sejam trimestrais, o que não é o caso dos utilizados no presente trabalho.

denominador é um dos principais problemas dessa *proxy* da taxa de lucro. Para Moseley (1985), a *proxy* proposta por Weisskopf não corresponde a taxa de lucro marxiana porque não leva em conta a distinção feita por Marx entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Weisskopf (1979, p. 343) reconhece que a sua *proxy* distorce, em certa medida, a taxa de lucro proposta por Marx. Seu argumento em defesa da transformação da taxa de lucro calculada em termos de valores para ela em preços é de que a taxa de lucro analisada deve se aproximar daquela que os capitalistas obtêm e que conseqüentemente afeta seus comportamentos, que se dá em termos de preços. Nesse sentido será utilizada essa *proxy* pelo entendimento que ela corresponde, em grande medida, à taxa de lucro da economia. Outro motivo é pela maior facilidade que ela garante para o cálculo da lucratividade de um conjunto de países, em um extenso período.

A taxa de lucro pode adquirir diferentes dimensões conforme o nível de abstração trabalhado. A *proxy* utilizada nesse trabalho faz referência a uma taxa de lucro em seu sentido mais abstrato e generalizado, que inclui o total do mais-valor produzido na economia, sem considerar a sua distribuição entre os distintos capitais e setores produtivos, e que em última instância regula o processo de acumulação de capital (MÁTEO, 2007). Ela não é a lucratividade diretamente observada pelos capitalistas, embora guarde certa relação com a mesma, inclusive porque não são subtraídos os impostos diretos, mas se aproxima da totalidade da taxa de excedente produzido e posteriormente distribuído³².

Para além da discussão acerca da *proxy* utilizada, existe na literatura uma discussão sobre a melhor metodologia de estimação da taxa de lucro, referente a mensuração do estoque de capital, se em preços correntes ou preços históricos. A mensuração em custos correntes mensura o estoque do capital nos preços em que seus elementos podem ser comprados no período corrente, enquanto a mensuração em custos históricos avalia os bens de capital nos preços em que foram comprados na época. A maior parte dos autores defende a estimação em custos correntes, como Weisskopf (1979), Duménil e Lévy (1993) e Shaikh (2016); já Kliman (2011) defende a estimação em custos históricos. Basu (2012) discute as duas metodologias utilizando dados da economia estadunidense, concluindo que nos períodos em que a taxa de inflação é estável, as duas medições se movem conjuntamente, assim como ambas no longo prazo apresentam a mesma tendência.

³² “O lucro de que falamos aqui não é mais que um nome distinto para designar o próprio mais-valor, que só se apresenta em relação com o capital total, e não em relação com o capital variável do qual emana. A queda da taxa de lucro expressa, pois, a proporção decrescente entre o próprio mais-valor e o capital total adiantado, razão pela qual é independente de toda e qualquer distribuição desse mais-valor entre diversas categorias.” (MARX, 2017, p. 252).

No entanto, o cenário inflacionário dos EUA e das economias da América do Sul é bastante diferente. Marquetti *et al* (2018) discutem quatro diferentes metodologias para a estimação da taxa de lucro no contexto da inflação brasileira, sendo elas: preços correntes, preços históricos, preços constantes e preços constantes do PIB. Os autores concluem que a estimação em preços históricos não é compatível com o cenário brasileiro de média e alta inflação, sendo a estimação em preços correntes a mais adequada. Esse panorama pode ser generalizado para o conjunto da América do Sul, com histórico de elevada inflação. Desse modo excluímos a estimação em preços históricos.

O artigo citado de Marquetti *et al* (2018) foi o único encontrado que debate a estimação em preços constantes, embora a mesma esteja presente na base de dados de Marquetti e Foley (2017). Assim como a medição em custos correntes, os movimentos da taxa de lucro em preços constantes também correspondem as fases históricas da economia brasileira. No entanto, a debilidade dessa medição é que ela não contabiliza o barateamento dos bens de capital fixo, uma importante causa contra-arrestante à queda da taxa de lucro. Isso ocorre na medida em que os preços relativos distorcem a lucratividade. Dessa forma, os autores concluem que a melhor metodologia de estimação é em custos correntes, metodologia adotada no presente trabalho, entendendo-a como a mais adequada para os nossos objetivos. Outra possibilidade permitida pela nossa base de dados é a estimação em paridade de poder de compra (PPC), descartada pelo motivo de que ao calcular os preços em termos da paridade aquisitiva, o índice de paridade distorce significativamente as séries históricas e a lucratividade resultante, não sendo adequada para os objetivos do trabalho.

3.2 OUTROS INDICADORES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A interpretação da taxa de lucro como variável central no modo de produção capitalista não significa que outros indicadores da reprodução do capital devam ser negligenciados. Pelo contrário, se faz necessário a estimação de outros indicadores para uma análise mais robusta do processo de reprodução do capital. Desta forma, serão estimadas outras variáveis que se relacionam diretamente com a lucratividade e que contribuem tanto com a análise histórica das economias quanto com a interpretação do próprio comportamento da lucratividade.

O primeiro desses indicadores é a produtividade do trabalho, a mais poderosa alavanca da acumulação capitalista³³. Como apontado anteriormente, a taxa de lucro tende a cair pela elevação da produtividade do trabalho e não por sua queda. A produtividade líquida do trabalho será aqui calculada de maneira tradicional³⁴ e agregada para o conjunto da economia, sendo a razão entre o produto interno líquido em preços constantes (Y_2) e a quantidade de horas totais trabalhadas (L). Acreditamos que o total de horas trabalhadas seja mais adequado para a medição da produtividade do que o cálculo utilizando o número de trabalhadores, também utilizado na literatura, especialmente no mercado de trabalho contemporâneo, onde cresce o trabalho intermitente, parcial e o número de horas-extras trabalhadas.

Outra variável que pode contribuir na análise, que se apresenta como uma *proxy* da composição técnica do capital, é a relação estoque de capital-trabalho³⁵. Na medida em que a hipótese da tendência da elevação da composição orgânica do capital se sustenta fundamentalmente na elevação da composição técnica do capital³⁶, ou seja, no aumento da massa dos meios de produção em relação a massa da força de trabalho, a relação capital-trabalho pode expressar esse comportamento em termos de preços (WEISSKOPF, 1979, p. 344).

Será calculada também a taxa de investimento, sendo a razão entre a formação bruta do capital fixo (FBCF) e o produto interno líquido (Y). Por fim, também estimaremos uma taxa de acumulação de capital, a razão entre o investimento (I) e o estoque de capital (K). Essas variáveis se inspiram em Weisskopf (1979), Foley, Michl e Tavani (2018), Mateo (2018) e Theodosio (2019) e se constituem como:

$$P_T = \frac{Y_2}{L} \quad (8)$$

$$\theta = \frac{K_2}{L} \quad (9)$$

³³ “Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação.” (MARX, 2013, p. 698).

³⁴ Para uma crítica marxista dessa concepção de produtividade do trabalho e apresentação de uma mensuração alternativa, que leve em conta a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, ver Shaikh e Tonak (1994, p. 131).

³⁵ A produtividade do trabalho e a relação capital-trabalho podem ser decompostas da relação produto capital, na medida em que: $\frac{Y}{K} = \frac{\frac{Y}{L}}{\frac{K}{L}}$.

³⁶ “A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital.” (MARX, 2013, p. 689).

$$g_I = \frac{FBCF}{Y} \quad (10)$$

$$g_K = \frac{I}{K} \quad (11)$$

Onde:

P_T = produtividade líquida do trabalho

Y_2 = produto interno líquido em preços constantes

θ = relação capital-trabalho

K_2 = estoque de capital em preços constantes

L = quantidade total de horas trabalhadas

g_I = taxa de investimento

FBCF = formação bruta de capital fixo

g_K = taxa de acumulação

I = investimento (FBCF + variação dos estoques)

As variáveis serão estimadas em preços correntes, com exceção do produto no cálculo da produtividade do trabalho e do estoque de capital na relação capital-trabalho, onde acreditamos ser mais apropriado suas medições em preços constantes. Como temos disponível a taxa de depreciação, optou-se pela utilização do produto líquido da economia.

3.3 DADOS UTILIZADOS

Nesta seção serão apresentados os dados utilizados para a estimação da taxa de lucro e dos demais indicadores da reprodução do capital. Com base nos dados disponíveis será avaliado a viabilidade da mensuração, selecionando assim os países e o período estudado. Para estimar a taxa de lucro através da *proxy* escolhida, dois são os componentes fundamentais, o estoque de capital e a participação dos lucros (ou salários) na renda, ambos com pouca disponibilidade.

Para os dados relativos ao estoque de capital serão utilizados aqueles disponibilizados pela Penn World Tables (PWT), em sua versão 10.0 (2021), a mais recente disponível no momento. São proporcionados pela PWT uma variedade de dados para 182 países entre 1950 e 2019, o que permite a harmonização da estimação, assim como uma possível expansão futura da análise para outros países. A PWT estima o estoque de capital dos países utilizando o Método dos Estoques Perpetuados (MEP)³⁷. O MEP é um método de estimação indireto, baseado na acumulação dos fluxos de investimentos e em parâmetros de tempo de vida e depreciação de ativos. Apesar de ser criticado pela arbitrariedade na definição desses parâmetros, é o método recomendado pela ONU (2009) e pela OCDE (2009), sendo utilizado por grande parte dos

³⁷ Para detalhes sobre o método de estimação ver Feenstra, Inklaar e Timmer (2015).

países que calculam oficialmente o estoque de capital (MARQUETTI, 2000; MARTINS, 2017).

Os dados do estoque de capital estimados pela PWT devem ser vistos com cautela, na medida em que não se trata de uma base de dados estimada com um referencial marxista. Nesse caso, a problemática se refere ao que se concebe como estoque de capital, que inclui imóveis para moradia, o que em uma análise marxista não se configura como capital (CLEMENTE, 2013, p. 25). Apesar das diferenças teóricas que em certa medida podem enviesar a estimação³⁸, essa é a melhor fonte de dados disponível para os países da América do Sul, utilizada em diversos trabalhos empíricos.

Em relação à parcela dos lucros na renda, a abordagem tradicional é considerá-la como o resíduo da parcela salarial. Para manter a coesão na estimação, os dados mais apropriados a serem utilizados seriam aqueles estimados pela própria PWT 10.0. No entanto, os dados disponibilizados pela PWT 10.0 para a parcela salarial são deficitários para os países da América do Sul até o começo da década de 1990, o que impossibilita sua utilização. Como forma de contornar esse problema, são utilizados os dados elaborados e gentilmente disponibilizados por Alarco (2017), onde o autor estima a participação salarial e do excedente bruto operacional (EBO) na renda para 15 países da América Latina entre 1950 e 2014. Para os países da América do Sul as séries estimadas pelo autor estão completas para cinco países, enquanto nos outros faltam dados relativos a primeira década. Esses cinco países são também as maiores economias da região, sendo elas Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, que representavam juntas em 2014 87,41% do PIB total da América do Sul (PWT 10.0). Acreditamos que essa seleção de países é significativamente representativa para o conjunto do subcontinente, sendo esses cinco os países selecionados para análise. O período estudado será aquele comum entre as duas bases de dados (1950-2014), cuja única debilidade é a ausência na PWT dos dados de 1950 para a economia chilena (nesse país a análise se inicia no ano posterior). Deste modo, temos todos os dados necessários para a estimação da taxa de lucro.

Cabe aqui realizar uma digressão sobre a escolha de analisar somente países da América do Sul, em vez da região mais abrangente e atualmente mais convencional, que é a América Latina. Além de limitar o escopo do trabalho em uma região menor, esse enfoque se deve ao fato de acreditarmos que exista uma unidade econômica maior entre os países sul-americanos, o que permite uma interpretação unificada mais qualificada do desenvolvimento dos países da região. Há diferenças substantivas entre esses países e aqueles que compõem a América Central,

³⁸ Essa é uma das grandes dificuldades das análises quantitativas marxistas. Na grande maioria dos casos o que podemos fazer é simplesmente aceitar que estamos trabalhando com dados aproximados aos dos que gostaríamos.

no nível e no tipo de (sub)desenvolvimento, além da própria escala de acumulação. O México por sua vez conta com especificidades marcantes relacionadas à sua estreita relação com a economia estadunidense, operando com características distintas das economias sul-americanas. Isto não significa negar a existência de uma identidade latino-americana ou mesmo que não existam interpretações realizadas neste trabalho que possam ser generalizadas para o conjunto das economias latino-americanas.

Ao invés de utilizarmos a massa de lucros como resíduo no produto da parcela salarial, os dados de Alarco (2017) também trazem os cálculos relativos ao excedente operacional bruto, onde se deduz do produto da economia tanto os salários quanto os impostos indiretos³⁹. Dado essa disponibilidade, optou-se por utilizar o EOL (EOB deduzido da depreciação) como *proxy* da parcela dos lucros na renda. O EOL não se iguala aos lucros da economia porque nos dados utilizados os rendimentos mistos estão computados no excedente operacional bruto, o que gera superestimação da parcela dos lucros. Iremos discutir brevemente essa problemática na subseção seguinte.

Enquanto a computação dos rendimentos mistos no EOB superestima a taxa de lucro, a inclusão dos imóveis residenciais no estoque de capital tem o efeito contrário, de subestimação da lucratividade. Na medida em que o EOB é um fluxo e o capital um estoque, a tendência dominante é a de subestimação da taxa de lucro. Na tendência de longo prazo o impacto dessa subestimação é diminuto, mas quando se observa as variações de curto prazo, especialmente quando a série da lucratividade pouco varia entre os períodos, esse viés se torna mais relevante. Deste modo, é preciso levar em consideração na análise essa subestimação da taxa de lucro, especialmente nos períodos em que existirem variações significativas do capital residencial.

Os demais dados utilizados no trabalho, como os do produto nacional e aqueles relacionados as variáveis apresentadas na Seção 3.2, têm como fonte única a PWT 10.0. A taxa de investimento é a única variável que não cobre todo o período estudado, dado a ausência na PWT 10.0 dos dados da FBCF para as duas primeiras décadas. Deste modo, a série da taxa de investimento se inicia em 1970.

3.3.1 A Problemática dos Rendimentos Mistos

A distribuição funcional do produto entre lucros, salários e renda ocupa um papel de destaque nos economistas clássicos, principalmente em Ricardo (1992, p. 39) que considerava

³⁹ Weisskopf (1979) também realiza tal procedimento, a diferença é que os impostos indiretos são reduzidos do produto, cujo resultado é o mesmo.

que “Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política”. Uma série de fatores fez com que os economistas ortodoxos desviassem suas análises para a distribuição pessoal da renda, como a teoria do capital humano, o desenvolvimento de ferramentas para análise da distribuição pessoal e até a questão ideológica de negar a divisão da sociedade em classes sociais. Apesar da mudança de foco, o tema da divisão funcional da renda continua sendo importante, em especial a partir da percepção da queda da parcela salarial a partir de 1980 e nos estudos sobre desigualdade (GLYN, 2012).

A divisão do produto em renda, salários e lucros da economia clássica foi substituída pela distribuição em apenas salários e lucros, dado a dificuldade de distinguir a renda dos lucros e o declínio da importância da renda da terra que acompanha o declínio da participação no produto do setor (GLYN, 2012; MIEBACH, 2017). Desta forma se simplificou a distribuição funcional da renda (entendida como identidade do produto) entre a remuneração dos trabalhadores (salários) e dos capitalistas (lucros).

Um dos principais problemas decorrentes dessa distribuição funcional é aquela referente aos rendimentos mistos, também denominados como rendimento dos autônomos. Esses rendimentos se referem a aqueles obtidos em atividades em que é difícil distinguir o que é rendimento do capital e o que é rendimento do trabalho. A alocação da totalidade desses rendimentos em uma das duas parcelas da renda sobrestima o rendimento escolhido. O procedimento mais adotado nesse caso é de incluir os rendimentos mistos na parcela dos lucros, subestimando a parcela salarial. Existem na literatura alguns procedimentos para buscar solucionar esse problema, seja distribuindo uma porção arbitrária para cada parcela ou mesmo alocar esses rendimentos mistos na mesma proporção observada no resto da economia (MIEBACH, 2017, p. 24-28).

Essa problemática acerca dos rendimentos mistos se reproduz no presente trabalho, na medida em que os dados elaborados por Alarco (2017) contabilizam os rendimentos mistos dentro do excedente operacional, utilizado como parcela dos lucros na economia. Desta forma se sobrestima a massa de lucros das economias e se distorce os resultados. Essa sobrestimação varia conforme o país e o período analisado, em especial considerando que, conforme Glyn (2012), a maior parte do rendimento misto se concentra na agricultura. Quanto maior a participação da agricultura na renda, especialmente a agricultura de subsistência, e quanto mais tarde os países passaram pelo processo de êxodo rural (na medida em que o processo de urbanização diminuiu a agricultura de subsistência), maior a sobrestimação da parcela dos lucros na renda.

Alarco (2017) justifica a inserção dos rendimentos mistos no EOB devido a inexistência dos próprios valores dessa parcela nos dados das contabilidades sociais dos países para a totalidade do período, cuja análise reduziria a abrangência das estimações. De fato, a qualidade dessas informações varia em cada país, se apresentando de forma irregular e incompleta. Apesar dessa problemática, acreditamos que a utilização dos dados estimados pelo autor se configura como a melhor alternativa disponível e é capaz de proporcionar resultados válidos e interessantes. Apontada essa limitação dos dados utilizados, permanece como um possível futuro projeto de pesquisa a estimação da distribuição funcional da renda diretamente das contabilidades nacionais, levando em consideração os rendimentos mistos, assim como a estimação do estoque de capital que desconsidere o capital residencial, procedimentos difíceis nos limites de uma dissertação. Desta forma seria possível qualificar os resultados das estimações realizadas no presente trabalho e aprimorar as interpretações delas resultantes.

4 A TAXA DE LUCRO NA AMÉRICA DO SUL

Este capítulo se dedica à apresentação das estimações realizadas, utilizando a metodologia e os dados apresentados anteriormente, assim como a análise dos resultados encontrados. Na Seção 4.1 discute-se a dinâmica da lucratividade e da reprodução do capital em cada país estudado, relacionando o comportamento das variáveis estimadas com a evolução das economias, especialmente em termos das suas transformações estruturais e das taxas de crescimento do produto. A literatura existente sobre o comportamento da lucratividade nos países também é brevemente revisada. A análise realizada é sintética, onde se destacam os elementos considerados principais para o entendimento do movimento da reprodução do capital e das alterações nas situações histórico-concretas das economias nacionais.

Nosso enfoque é nas mudanças estruturais de médio e longo prazo, ainda que não sejam ignorados os comportamentos cíclicos mais importantes. Se busca realizar uma exposição e interpretação padronizada entre os países, embora haja algumas diferenças que refletem a literatura utilizada e a partir dela o que consideramos mais importante na evolução histórica de cada país. As variáveis estimadas são apresentadas tanto no formato gráfico quanto em dois tipos de tabelas. O primeiro formato de tabela apresenta o comportamento das variáveis em termos da taxa de crescimento anual decomposta, uma medida utilizada para verificar a taxa média de (de)crescimento dos indicadores durante o período selecionado⁴⁰. O segundo tipo de tabela apresenta o valor médio das variáveis.

Na análise da evolução histórica de cada país analisado é importante levar em consideração que elas se inserem em um contexto global de grandes transformações. Essas mudanças, em especial aquelas que se realizaram no último quartel do século XX, serão em grande medida abstraídas na análise da Seção 4.1, embora não possam deixar de serem invocadas. É na Seção 4.2 onde se incorporarão essas transformações mundiais em uma interpretação geral para o conjunto dos países estudados, buscando divergências e similaridades no comportamento da lucratividade e das variáveis da acumulação, em um exercício de síntese comparativa entre os distintos processos históricos. Deste modo, se realiza uma interpretação comum para o desenvolvimento capitalista nos países selecionados da América do Sul durante o período analisado, inseridos no contexto da reprodução capitalista mundial, sem ignorar as especificidades das distintas formações econômico-sociais. A análise que engloba o conjunto

⁴⁰ A fórmula da Taxa de Crescimento Anual Decomposta é: $(Valor\ Final - Valor\ Inicial)^{\frac{1}{n}} - 1$, onde n é o número de anos. Esta medida é utilizada por Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010) e em outros trabalhos relacionados.

dos países da região pode ser realizada na medida em que esses países compartilham experiências sociais, políticas e econômicas comuns ao longo da história, como nos processos de independência do século XIX, nas experiências nacionais-desenvolvimentistas do século XX, no ciclo de ditaduras militares e na ascensão de governos de centro-esquerda na primeira década do século XXI (excetuando a Colômbia) (MIEBACH, 2016). Além disso, são todas economias subdesenvolvidas e periféricas, apesar das particularidades de cada país e das suas diferentes inserções e importâncias relativas na economia global.

De maneira geral as economias selecionadas da América do Sul passaram, durante o período analisado, por duas grandes fases históricas⁴¹: aquela em que esteve vigente o processo de industrialização por substituição de importações (PSI) e o neoliberalismo. Em cada país a dinâmica dessa grande transformação entre as fases históricas é específica, variando a forma e o período de realização das reformas liberalizantes. A periodização realizada no trabalho se baseia nessas duas grandes fases históricas. No entanto, optou-se por decompor essa periodização em mais períodos históricos, que não se constituem como grandes fases, mas que possuem características específicas que julgamos importantes destacar, de modo com que a análise possa ser qualificada. Assim, distinguiu-se o que se constitui como fase histórica (PSI e neoliberalismo) e o que consiste em um período histórico (mais específico). Deste modo, introduzimos, por exemplo, um período referente à transição entre o processo de substituição de importações e o neoliberalismo (transição que não está presente na economia chilena, dado a implementação prematura do neoliberalismo no país) e outro referente ao período de aceleração do crescimento durante o *boom* das *commodities*, que se inicia no começo do século XXI, além de outros períodos específicos que refletem as dinâmicas próprias dos países analisados.

4.1 A DINÂMICA DA LUCRATIVIDADE NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

4.1.1 Argentina

Na América do Sul a Argentina é o segundo país com mais trabalhos relativos à análise da lucratividade, atrás apenas do Brasil. O autor da maior parte dos artigos desenvolvidos é

⁴¹ Diversas abordagens buscam identificar e historicizar as distintas formas que assume o capitalismo ao longo da história. Neste trabalho optamos por não utilizar especificamente nenhuma abordagem, tratando as fases de forma mais genérica. Entre as abordagens de periodização existentes que se relacionam de alguma forma com a dinâmica da lucratividade destacamos a teoria das ondas longas, a escola francesa da regulação, a escola das estruturas sociais de acumulação e a categoria do padrão de reprodução de capital, ligada a teoria marxista da dependência. Mello Filho (2016) discute algumas dessas teorias sobre as etapas do capitalismo.

Esteban Ezequiel Maito (2013, 2014, 2015a, 2015b, 2017), constituindo um excelente referencial comparativo para nosso estudo. Além dos trabalhos de Maito, destacam-se também os trabalhos de Michelena (2009), Lanza e Aristimuño (2012), Manzanelli (2010, 2012) Agostino (2015) e Lanza (2019).

Os trabalhos de Manzanelli (2010), Lanza e Aristimuño (2012), Agostino (2015), Maito (2017) e Lanza (2019) se dedicam a analisar o comportamento mais recente da lucratividade na economia argentina, especialmente das décadas de 1990 e 2000. De modo geral, as séries resultantes apresentam um comportamento gráfico similar à da nossa estimação. Em Maito (2013, 2015a, 2015b) o autor estima a taxa de lucro para a economia da Argentina entre 1910 e 2011 e observa uma tendência de longo prazo de queda da lucratividade, que se deve à diminuição da relação produto-capital.

Na Tabela 1 estão sintetizados o comportamento das variáveis estimadas em termos da taxa de crescimento anual decomposta, que permite decompor a influência de cada componente da lucratividade em seu comportamento, assim como observar a taxa de variação das variáveis em cada período histórico. A análise proveniente da Tabela 1 precisa ser complementada com os dados disponibilizados na Tabela 2, que apresenta os valores médios dos períodos selecionados. A seleção dos períodos e subperíodos foi realizada buscando conciliar as tendências da taxa de lucro com os períodos históricos da economia.

Tabela 1 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Argentina

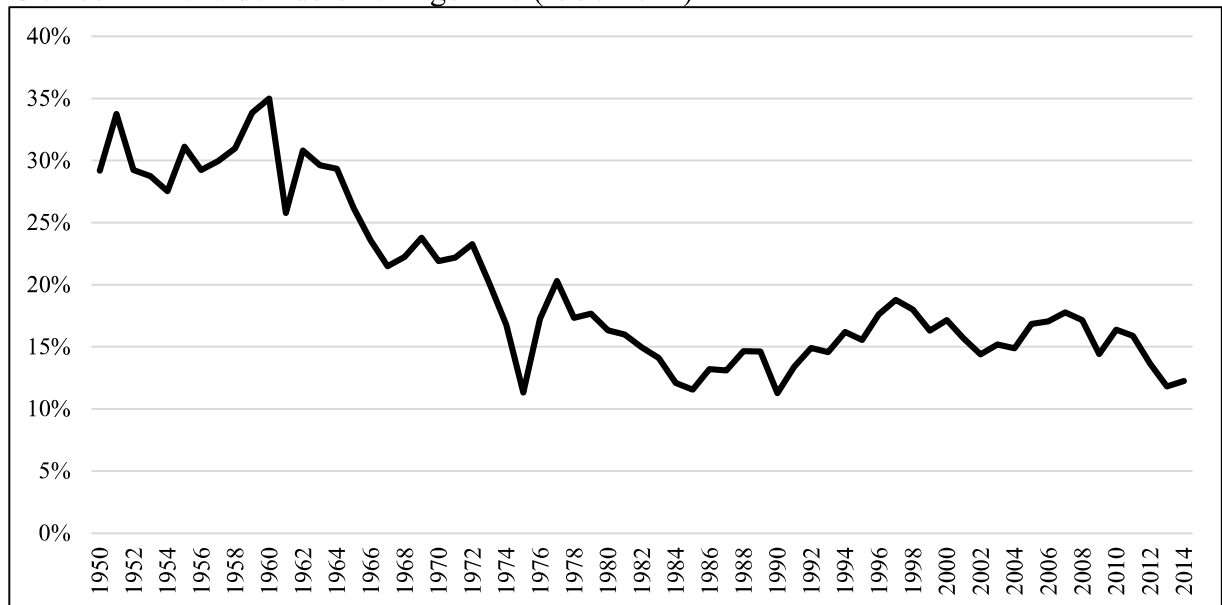
Período	X₂	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	2,56	-1,35	-0,96	-0,39	1,02	-0,82	-	1,99
1950-1990	2,08	-2,35	-2,31	-0,04	0,66	-2,78	-	2,90
1950-1975	3,34	-3,72	-2,95	-0,79	1,83	-0,83	-	4,04
1950-1954	1,75	-1,46	-1,14	-0,32	-0,40	-0,89	-	5,30
1954-1960	4,23	4,09	1,31	2,74	2,44	4,56	-	4,08
1960-1975	3,42	-7,25	-5,08	-2,29	2,19	-2,89	-	3,69
1975-1990	0,00	-0,02	-1,22	1,21	-1,25	-5,96	-4,83	1,02
1975-1980	2,25	7,59	3,17	4,28	1,04	-0,20	-3,36	3,31
1980-1990	-1,11	-3,63	-3,34	-0,29	-2,38	-8,71	-5,55	-0,11
1990-2014	3,36	0,34	1,31	-0,96	1,62	2,54	1,30	0,50
1990-2003	2,63	2,32	1,66	0,64	1,93	2,14	0,47	1,04
2003-2014	4,24	-1,95	0,90	-2,83	1,26	3,01	2,29	-0,14
2003-2007	8,73	3,99	3,43	0,54	3,22	13,26	11,43	-3,10
2007-2014	1,75	-5,19	-0,51	-4,70	0,16	-2,43	-2,60	1,59

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: X_2 = produto interno bruto em preços constantes; r = *proxy* da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

Considerando a totalidade da série histórica, é identificada uma tendência de queda da lucratividade. Entre 1950 e 2014 a taxa de lucro recuou em uma média anual de -1,35%, onde grande parte desse declínio (-0,96%) é explicada pela queda da relação produto-capital. Este resultado é compatível com a estimativa realizada por Maito (2013, 2015a, 2015b). A partir do Gráfico 1 podemos verificar que a nossa série tem um comportamento próximo ao do autor, o que qualifica a nossa estimativa. A tendência de queda da lucratividade se reverte a partir de 1985/1990, apesar de não retomar o patamar médio vigente nas décadas anteriores.

Gráfico 1 – Taxa de Lucro na Argentina (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

A Argentina se destaca na América do Sul como país que desenvolveu um grau significativo de industrialização mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, posto que no seu caso a economia exportadora constituiu um mercado interno significativo de produtos manufaturados, que incentivou o desenvolvimento industrial. Mas é a partir dos choques externos, especialmente da crise de 1929, que esse processo se acelerou e adquiriu o formato conhecido de industrialização por substituição de importações (FURTADO, 2019). Segundo Maito (2015a), esse segundo quartel do século XX foi de forte queda da taxa de lucro, saindo de 100,5% em 1925 para 35% em 1950.

A partir de 1950 podemos identificar na história da economia argentina pelo menos quatro períodos: 1) um período de vigência da industrialização por substituição de importações

(1950-1975); 2) um período de crise da economia argentina e de política econômica errática, mas com dominância de políticas liberalizantes em um primeiro momento (principalmente até a crise da dívida externa, que deslocou o foco da política econômica para a resolução dos problemas resultantes), configurando um período de transição entre as duas grandes fases históricas da economia e de encerramento do PSI (1975-1990); 3) um período de implementação das reformas neoliberais (1990-2003); 4) e um último período de crescimento econômico elevado no bojo de uma expansão global que beneficiou a exportação de *commodities*, com uma política econômica que ficou conhecida como neodesenvolvimentista, embora ainda dentro do marco do neoliberalismo (2003-2014).

Tabela 2 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Argentina

Período	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	19,80%	0,3955	49,89%	20,719	7,90%	-	71,589
1950-1990	22,23%	0,4318	51,53%	18,422	8,95%	-	61,140
1950-1975	27,03%	0,5292	50,85%	16,733	10,56%	-	46,901
1950-1954	29,69%	0,6075	48,85%	13,733	11,25%	-	30,168
1954-1960	31,10%	0,5780	53,80%	14,727	10,62%	-	37,118
1960-1975	23,96%	0,4758	49,75%	18,618	10,31%	-	56,810
1975-1990	14,73%	0,2796	52,59%	21,059	6,43%	20,62%	83,389
1975-1980	16,70%	0,3162	52,55%	22,268	8,85%	25,93%	78,586
1980-1990	13,80%	0,2641	52,34%	20,578	5,29%	17,95%	86,150
1990-2014	15,48%	0,3296	47,14%	24,381	6,00%	16,73%	89,222
1990-2003	15,64%	0,3278	47,80%	23,036	5,57%	15,18%	89,586
2003-2014	15,27%	0,3283	46,81%	25,849	6,37%	18,31%	89,366
2003-2007	16,34%	0,3064	53,31%	24,479	6,01%	18,35%	88,506
2007-2014	14,91%	0,3425	43,58%	26,765	6,71%	18,66%	89,318

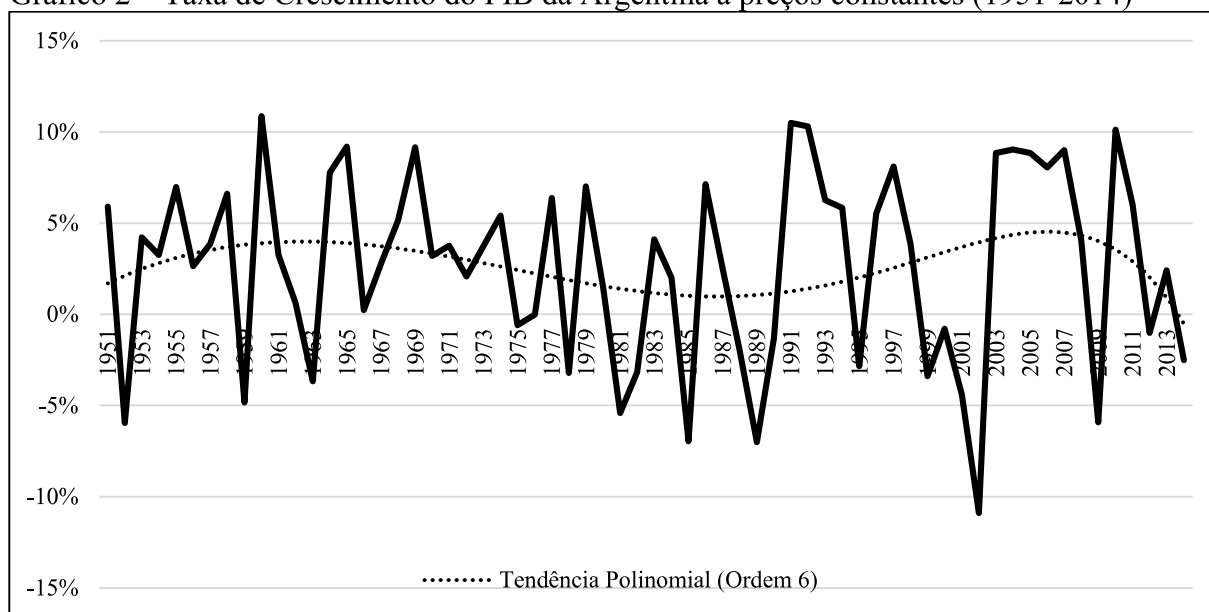
Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: r = proxy da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

O crescimento econômico da economia argentina durante o período estudado, conforme pode ser observado na Tabela 1 e no Gráfico 2, foi em média 2,56% ao ano, valor baixo quando comparado aos demais países analisados. O fraco dinamismo do crescimento argentino reflete a grande instabilidade cíclica da economia, que atravessou crises frequentes e passou por um longo período de estagnação (entre 1975 e 1990 a taxa de crescimento do PIB foi de 0%). Excluindo esse período de estagnação, período esse de transição entre as duas grandes fases históricas (PSI e neoliberalismo), o crescimento econômico entre 1950-1975 e entre 1990-2014 é na média praticamente o mesmo (3,34% e 3,36%, respectivamente). Enquanto o crescimento

econômico do período neoliberal se aproxima daquele atingido pelas demais economias estudadas, esse resultado indica o baixo desempenho da economia durante as últimas décadas de vigência do processo de substituição de importações⁴², o que aponta para um esgotamento do modelo industrializante.

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do PIB da Argentina a preços constantes (1951-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

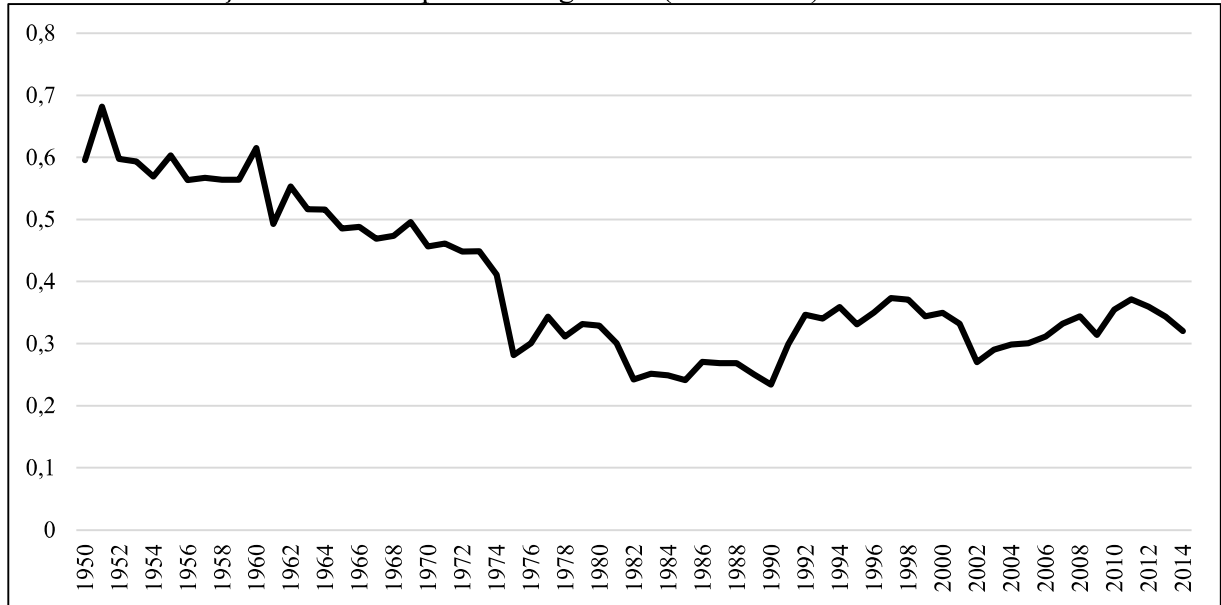
Embora vigente desde a década de 1930, foi durante os governos de Juan Domingo Perón (1946-1955) que o PSI se intensificou, em um tipo de industrialização conduzida e planejada pelo Estado. Perón sofreu um golpe de Estado em 1955, onde se iniciou um período de instabilidade política marcado por sucessivos golpes (1962, 1966 e 1976). Entre a queda de Peron e o governo desenvolvimentista⁴³ de Arturo Frondizi (1958-1962), se buscou reverter as políticas peronistas, enfraquecendo o poder sindical, as políticas de intervenção e de distribuição de renda, em benefício de uma política liberalizante (FERRER, 2004, p. 231). Enquanto a relação produto-capital se manteve relativamente estável durante o período da ditadura militar (Gráfico 3), a taxa de lucro se elevou justamente pelo aumento da participação

⁴² Entre 1950 e 1980 o Brasil cresceu em média 7,68% ao ano; entre 1950 e 1973 a Colômbia cresceu 5,10% ao ano; entre 1950 e 1975 o Peru cresceu 5,51% ao ano. Esses são os períodos em que consideramos que esteve vigente a industrialização por substituição de importações nos países. O desempenho argentino se aproxima do chileno, cuja economia cresceu entre 1951 e 1973 em média 3,55% ao ano.

⁴³ Por desenvolvimentismo entendemos: “a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.” (FONSECA, 2015, p. 40).

dos lucros na renda. Essa recuperação da lucratividade foi breve e se inseriu em uma tendência de longo prazo de declínio que persistiu até 1990.

Gráfico 3 – Relação Produto-Capital na Argentina (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

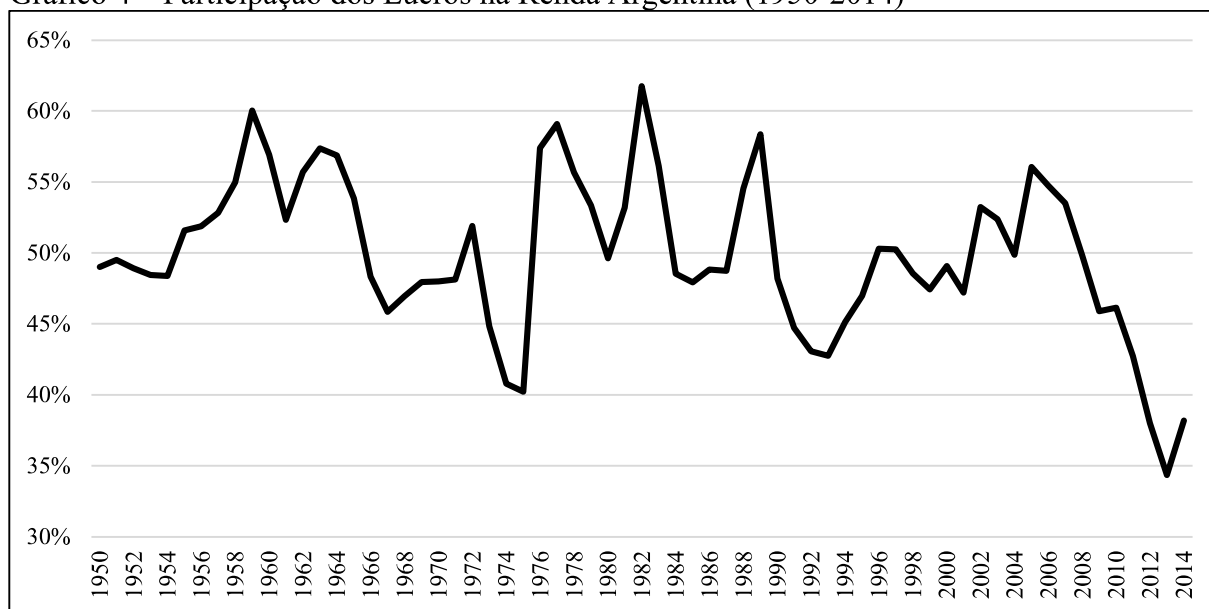
O governo de Arturo Frondizi é o grande exemplo de governo desenvolvimentista argentino, mais do que os governos de Perón, cuja preocupação principal estava na distribuição de renda. Dado que a substituição de importações tinha se concentrado nas indústrias leves, o governo de Frondizi elaborou metas para alcançar uma economia industrial integrada, muito similar ao Plano de Metas brasileiro (1956-1961). Um dos maiores êxitos do plano foi ter alcançado autonomia em relação às importações de Petróleo. O PSI teve prosseguimento até 1975, sendo um período de baixo crescimento econômico (3,34% ao ano) quando comparado ao desempenho das demais economias sul-americanas estudadas (embora ainda acima da média histórica argentina de todo o período analisado). Esse crescimento se deveu em grande parte a capacidade ociosa herdada do governo Frondizi, que permitiu a adoção de políticas fiscais e monetárias mais expansionistas. Desta forma se obteve um razoável crescimento industrial, especialmente nos setores dinâmicos (química, metalurgia e maquinaria), com papel fundamental do capital estrangeiro (MATTEI; SANTOS JUNIOR, 2009, p. 104-106; FANTINEL; LENZ, 2015).

No período em que esteve vigente o PSI (1950-1975), a taxa de lucro caiu consideravelmente no país (-3,72% ao ano), especialmente a partir de 1960, cuja explicação se encontra na queda da relação produto-capital (-2,95% ao ano). A queda da lucratividade foi

acompanhada pela queda da taxa de acumulação (-0,83% ao ano). No entanto, apesar da forte queda, a taxa de lucro se manteve em um patamar superior a todo período posterior, jamais retomando o mesmo nível de lucratividade. O que se destaca nesse período é a grande elevação da relação capital-trabalho (4,04% ao ano), que reflete a mecanização da economia, proveniente do processo de industrialização.

Perón assumiu seu terceiro governo em 1973 e segundo Fonseca (2015) não constituiu um governo desenvolvimentista. A proposta do governo foi de criar um pacto social que agradasse tanto capitalistas quanto trabalhadores, adotando uma política econômica distributiva e estabilizante. Esta política não satisfaz nenhum dos lados e o choque do petróleo de 1973 complicou ainda mais a situação do governo. A morte de Perón em 1974 pôs fim a essa tentativa de conciliação, iniciando um governo de Isabel Perón altamente instável, tanto politicamente quanto economicamente, dado a deterioração do balanço de pagamentos, o elevado déficit fiscal e a hiperinflação (MATTEI; SANTOS JUNIOR, 2009, p 107-108). A situação resultou em um novo golpe militar, que instaurou uma das ditaduras militares (1976-1982) mais sanguinárias da América do Sul⁴⁴.

Gráfico 4 – Participação dos Lucros na Renda Argentina (1950-2014)



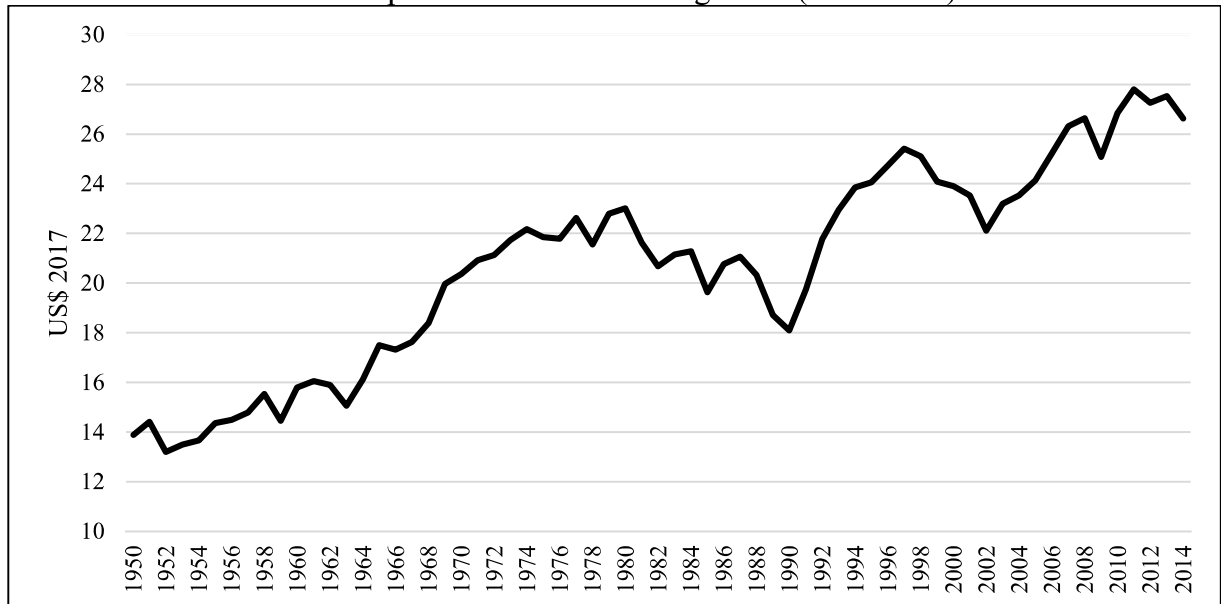
Fonte: Alarco (2017). Elaboração Própria.

Ferrari e Cunha (2008) argumentam que o período de implementação do projeto industrializante (1946-1975) não conseguiu desbancar o modelo agroexportador. A expansão

⁴⁴ O governo reconhece mais de 8 mil mortos e desaparecidos entre 1966 e 1983 (RUVTE, 2015). Esse número é contestado por diversos setores da sociedade, que apontam que o número real se aproxima de 30 mil.

industrial continuou dependente do financiamento do setor agropecuário, resultando em uma dinâmica *stop and go* de crescimento, na medida em que as exportações corriqueiramente não conseguiam gerar o volume suficiente de divisas necessárias para as importações dos bens industriais necessários, o que resultou na elevação dos déficits externos. A tendência cíclica de estrangulamento externo tinha como um dos determinantes a estrutura do mercado de trabalho, que contava com um nível salarial elevado e uma tendência ao pleno emprego, resultado da forte organização política e sindical dos trabalhadores. Essa característica do mercado de trabalho restringia a acumulação no setor industrial e instaurava um forte conflito distributivo.

Gráfico 5 – Produtividade Líquida do Trabalho na Argentina (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

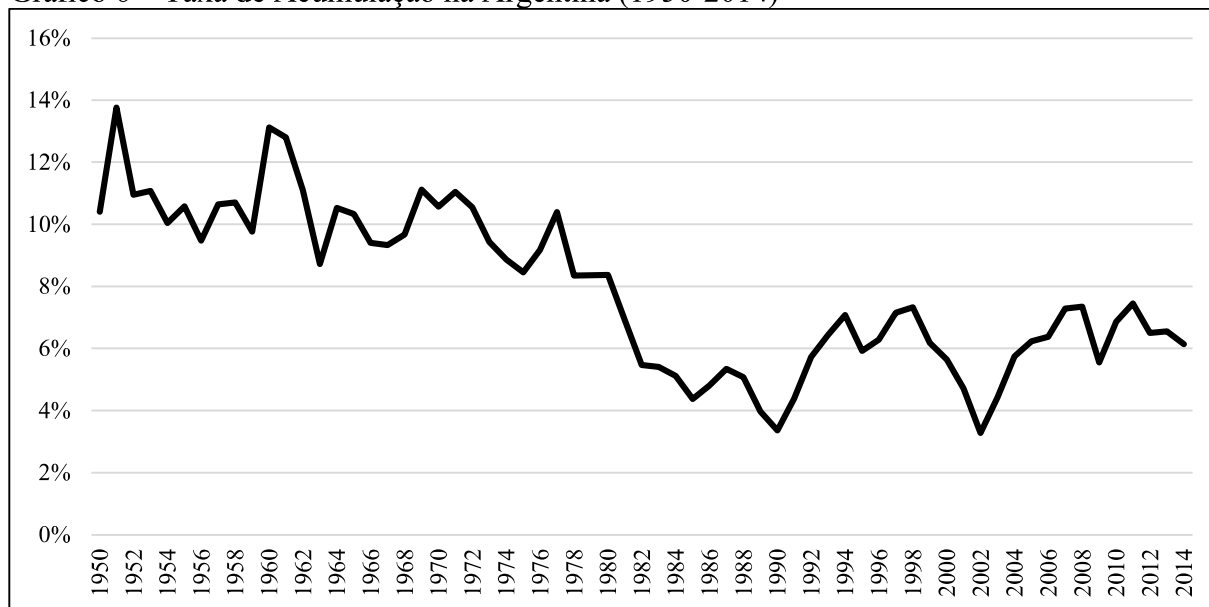
O segundo período da economia argentina (1975-1990) corresponde ao intervalo de transição entre as duas grandes fases históricas e pode ser dividido em dois subperíodos. Em um primeiro momento a ditadura militar do General Jorge Rafael Videla (1976-1981) implementou uma política econômica de austeridade fiscal, estabilidade econômica e abertura comercial⁴⁵, em um movimento de tentativa de retorno à *belle époque* do modelo primário-exportador. Os primeiros anos (1975-1980) apresentaram um crescimento econômico anual médio de 2,25%, em uma dinâmica de desaceleração, com recuperação da lucratividade (7,59%

⁴⁵ “A mudança na direção da política econômica após 1976, apesar de seu relativo sucesso em particular no decênio que precedeu o golpe de Estado, pode ser vista como uma decisão de reverter o impulso industrializante e enfraquecer os grupos sociais ligados a esse projeto num contexto de exacerbado conflito social.” (CAMARA NETO; VERNENGO, 2013, p. 117).

ao ano) após a grande queda entre 1972 e 1975. Essa elevação da taxa de lucro foi puxada principalmente pela elevação da participação dos lucros na renda (4,28% ao ano)⁴⁶.

O segundo subperíodo (1980-1990) constitui o que ficou conhecido nos países da América do Sul/América Latina como “década perdida”. O caso argentino vai além de uma década perdida, mas representa uma “década de retrocesso”. Ademais da queda do produto (-1,11% ao ano), o caráter de retrocesso do período fica óbvio quando se analisa o comportamento das demais variáveis estimadas no trabalho. Além da queda da lucratividade (-3,63% ao ano), se destaca também o comportamento negativo da produtividade do trabalho (-2,38% ao ano), uma variável que em situações “normais” tende a crescer. Nos casos chileno e colombiano, em comparação, o que é observado acerca do comportamento da produtividade do trabalho no período é uma estagnação, não a queda acentuada ocorrida na economia argentina (e também na peruana). Há também uma grande retração das taxas de investimento (-5,55% ao ano) e de acumulação (-8,71% ao ano). Assim como a lucratividade, a taxa de acumulação já vinha de uma tendência de longo prazo de queda e posteriormente não retoma o patamar das décadas anteriores.

Gráfico 6 – Taxa de Acumulação na Argentina (1950-2014)



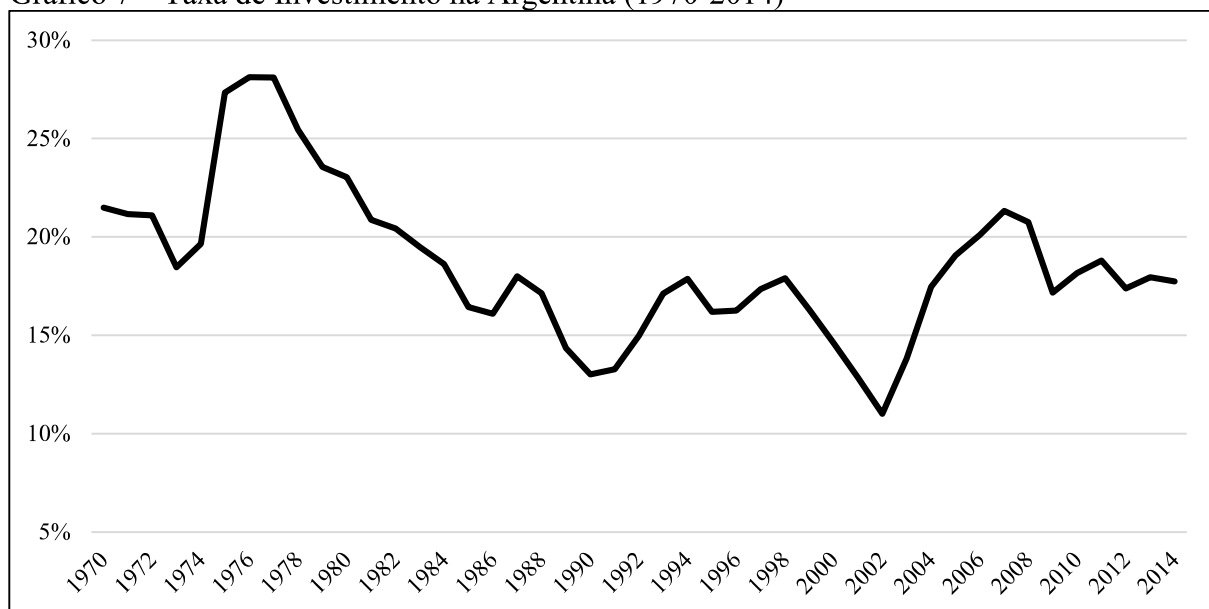
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

⁴⁶ “No obstante, estos esfuerzos de la dictadura por aumentar la rentabilidad general de los capitalistas serán vanos. El efecto distributivo comenzaría a diluirse, no sólo por la recomposición del mercado laboral, aun bajo un régimen dictatorial, sino porque los capitalistas continuaron aumentando su capital fijo en el marco de una competencia aún más exacerbada, por los bajos niveles de rentabilidad. La llegada de capital-dinero a bajas tasas de interés internacionales no haría más que aumentar esta tendencia.” (MAITO, 2013, p. 142).

É durante a ditadura militar que as reformas liberalizantes se iniciaram na Argentina, embora tenham se acelerado durante a década de 1990. Essa política de abertura iniciou um processo de desindustrialização no país, que foi intensificado na década de 1990. As crises externas também afetaram fortemente a economia argentina nas décadas de 1980 e 1990 (MATTEI; SANTOS JUNIOR, 2009, p 108-110). O crescimento desproporcional da dívida foi um fenômeno da década de 1970, em um contexto internacional de reciclagem dos petrodólares, onde a crise da dívida foi potencializada pelas políticas liberalizantes do governo Videla, que ampliou a mobilidade de capitais (e facilitou sua fuga) (CAMARA NETO; VERNENGO, 2013, p. 129).

O programa de ajuste estrutural liberalizante se impôs na Argentina pela necessidade de renegociação da dívida externa. Sintetizadas no que ficou conhecido como Consenso de Washington⁴⁷, essas reformas buscavam liberalizar a economia e integrá-la ao mercado mundial, sendo que suas realizações eram contrapartes aos programas de resgate da dívida externa. Conforme veremos, essas medidas foram adotadas em todos os países analisados, variando os anos de implementação e a intensidade das reformas.

Gráfico 7 – Taxa de Investimento na Argentina (1970-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Foi durante o governo de Carlos Menem (1989-1999) que as reformas liberalizantes atingiram seu ápice na Argentina, intensificando a política econômica adotada pelos governos

⁴⁷ A sistematização original do Consenso de Washington se encontra em Williamson (1990), embora a preconização das medidas preceda o artigo.

anteriores. O pacote econômico de estabilização monetária, conhecido como Plano Cavallo (coordenado pelo ministro da economia Domingo Cavallo)⁴⁸, foi o grande marco dessa fase e intensificou a desnacionalização da economia e o dismantelamento do setor industrial argentino. A abertura econômica e a valorização cambial resultaram em processos severos de desindustrialização e reprimarização da economia (mais profundos do que aqueles ocorridos no Brasil). Entre as reformas e as políticas econômicas adotadas se destacam a abertura do mercado interno, as privatizações, a desregulamentação dos mercados e do sistema financeiro. Essas medidas acabaram intensificando os desequilíbrios macroeconômicos, elevando o déficit no balanço de pagamentos e a dívida pública, fazendo a Argentina apresentar o pior indicador de endividamento da América Latina (com exceção da Nicarágua), que já era a região do mundo mais endividada (FERRER, 2002).

Da perspectiva da acumulação de capital, as reformas neoliberais atingiram parcialmente seus objetivos no curto prazo, elevando a taxa de lucro e a produtividade do trabalho até 1997/1998. Essa retomada da taxa de lucro aconteceu apenas de maneira restrita, jamais superando o nível de lucratividade anterior a 1973. O mesmo ocorreu com as taxas de acumulação e de investimento. Por outro lado, as condições sociais se deterioraram, elevando as taxas de desemprego, subemprego e pobreza⁴⁹. A partir de 1999 a lucratividade começou a cair, iniciando uma crise profunda da economia argentina, que colapsou em 2001. A moratória da dívida externa declarada em 23 de dezembro de 2001 decretou o fracasso tanto do plano de conversibilidade quanto das reformas neoliberais.

Com a renúncia do presidente Fernando de la Rúa (1999-2001) se abriu caminho para os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), em um contexto mais geral na América do Sul de ascensão de governos de centro-esquerda e esquerda. Durante esses governos, inseridos em um contexto internacional favorável, marcado pelo *boom* de *commodities*, a economia argentina atingiu elevadas taxas de crescimento, especialmente entre 2003 e 2007 (8,73% ao ano), onde há recuperação da lucratividade (3,99% ao ano) puxada pela elevação da relação produto-capital. Após atingirem seus menores valores

⁴⁸ Com objetivo de combater a inflação, o Plano Cavallo fixou a taxa de câmbio do austral/peso em relação ao dólar e lastreou grande parte da moeda nacional em dólar. Apesar de ter conseguido controlar a inflação, o plano teve grandes consequências econômicas e sociais.

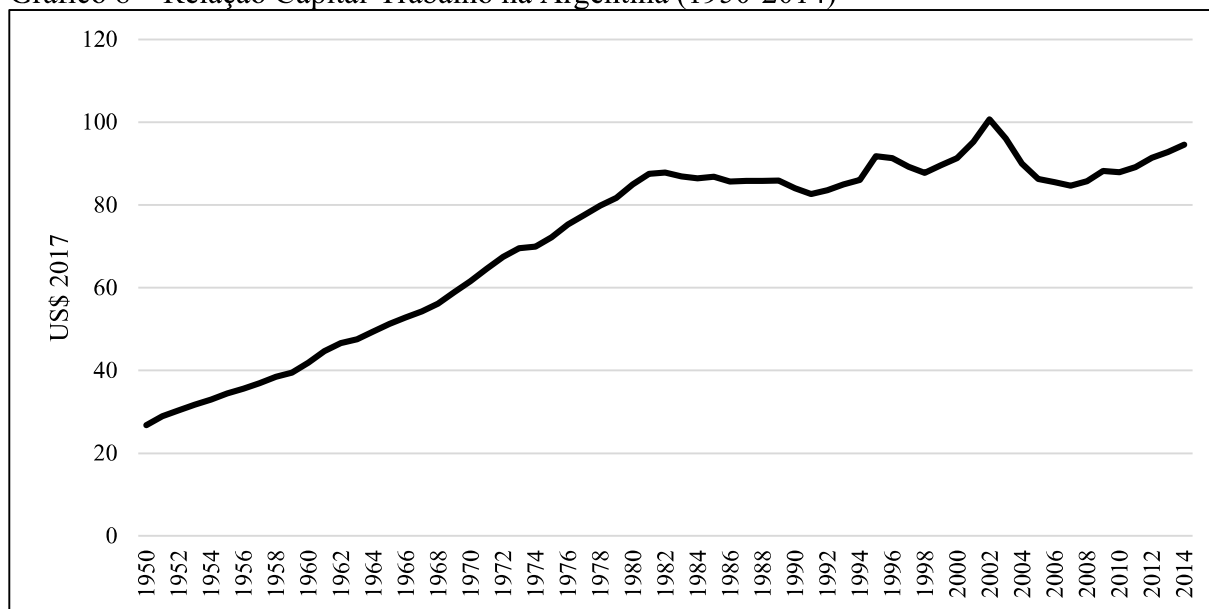
⁴⁹ “Um balanço das consequências econômicas e sociais desse período deve partir da constatação de que a Argentina passou, em pouco mais de uma década, de um país caracterizado por uma alta homogeneidade social, para um novo perfil de concentração da renda mais próximo à realidade média latino-americana. Embora esse processo já tivesse começado em 1974, com o ‘Rodrigazo’ (ver item 2), e se agravado com as políticas neoliberais aplicadas entre 1976-1981 pelo governo militar, nos anos 1990 o aprofundamento dessa tendência foi notório.” (FERRARI; CUNHA, 2008, p. 54).

em 2002, as taxas de acumulação e de investimento se elevaram substancialmente, mas em um patamar médio ainda deprimido quando comparado ao período anterior à década de oitenta.

Apesar de uma política econômica mais heterodoxa, conhecida como neodesenvolvimentista (COLOMBINI NETO, 2016), baseada em uma taxa de câmbio desvalorizada, extensão de políticas sociais e taxaço das exportações, há uma regressão da estrutura produtiva (LOUREIRO, 2019, p. 158-186). A estratégia estabelecida conteve mais elementos de continuidade em relação ao período de auge do neoliberalismo do que de ruptura. A grande diferença com o período anterior é que as reformas liberalizantes já tinham sido realizadas e cenário externo era favorável, o que permitiu maior flexibilidade para a política macroeconômica.

O elevado desempenho econômico não foi acompanhado na mesma escala pelas taxas de lucro, acumulação e de investimento, indicando que esse crescimento não teve como fonte principal a acumulação de capital interna, mas a expansão capitalista mundial, expressada principalmente pela elevação dos preços das *commodities*. O comportamento da relação capital-trabalho (Gráfico 8) no período aponta no sentido de desmecanização relativa da economia, na medida em que essa taxa recuou a uma média anual de 3,10%.

Gráfico 8 – Relação Capital-Trabalho na Argentina (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

O caráter “exógeno” desse crescimento fica perceptível quando, a partir da crise econômica mundial de 2008, o país atravessa uma forte desaceleração do crescimento (entre 2007 e 2014 a média de crescimento do PIB passa para 1,75%), que foi acompanhada pela

redução da lucratividade (-5,19% ao ano). Essa queda da taxa de lucro ocorreu em grande medida pela redução da participação dos lucros na renda (-4,70% ao ano), refletindo as políticas distributivas realizadas (em 2013 a participação dos lucros na renda atingiu o menor valor da nossa série histórica), e se refletiu na diminuição das taxas de investimento e de acumulação. A desaceleração da economia e queda da lucratividade ocorreram de maneira prematura as demais economias sul-americanas estudadas, que mantiveram parcialmente o ritmo anterior até 2011.

O bom desempenho no período que vai de 2003 até a corrente crise global iniciada em 2008 não deve ser visto como uma nova etapa, embora tenha havido um esforço de mudança, mas simplesmente como resultado do funcionamento da estratégia liberalizante posta em marcha nos anos 1970. A estratégia funciona quando os bens primários encontram crescente demanda nos mercados internacionais. Mas quando os preços das *commodities* param de subir, como diria o poeta, “só resta tocar um tango argentino.” (CAMARA NETO; VERNENGO, 2013, p. 134).

De um panorama de longo prazo as políticas neoliberais conseguiram reverter a tendência de queda da taxa de lucro apenas parcialmente, sem recuperar o nível de lucratividade do período anterior. A elevação foi tímida, sendo o grande mérito o fim da queda e sua estabilização relativa, ainda que em um baixo nível⁵⁰. Isso se deve ao componente tecnológico, que pode ser percebido tanto na relação produto-capital (Gráfico 3) quanto na relação capital-trabalho (Gráfico 8), o que confirma a tese marxiana de tendência à elevação orgânica do capital e conseqüente queda da taxa de lucro. Nos anos em que há uma maior queda da lucratividade (até o começo da década de 1980), excluída a década regressiva por suas características específicas e resultante de outras determinações, é também o período onde a relação capital-trabalho mais cresce, se verificando a relação inversa entre essa *proxy* da composição técnica do capital e a lucratividade.

Em grande medida considera-se aqui que o comportamento da taxa de lucro e das taxas de acumulação e investimento correspondem aos quatro períodos históricos identificados na economia argentina. De uma maneira geral há uma tendência de queda da taxa de lucro, que se reflete no comportamento das taxas de investimento e de acumulação no país. No entanto, a redução dessas taxas não é acompanhada pela redução das taxas de crescimento do produto, cuja média se manteve relativamente estável (excetuando o período entre 1975 e 1990). O que pode explicar esse descolamento é a especialização produtiva exportadora ocorrida na economia, que desloca, ao menos parcialmente, o centro dinâmico da acumulação para o setor exportador, em um movimento contrário àquele ocorrido durante a vigência do PSI.

⁵⁰ O mesmo resultado é encontrado na série da lucratividade estimada por Maito (2013, 2015b).

4.1.2 Brasil

Os trabalhos que estimam e analisam a taxa de lucro da economia brasileira têm crescido nos últimos anos, o que mostra um interesse crescente na temática. O principal autor dos trabalhos existentes é Adalmir Antônio Marquetti, contribuindo tanto com artigos quanto com uma base de dados, a Extended Penn World Tables (EPWT) (MARQUETTI; FOLEY, 2017). A EPWT estima a lucratividade e outras variáveis relacionadas (assim como variáveis relativas à poluição ambiental) para 164 países entre 1967 e 2014, tendo como referência principal a PWT 9.0. Nesse sentido o presente trabalho se configura como uma versão mais recente dos cálculos da lucratividade presentes na EPWT 6.0 para os países analisados, embora existam algumas diferenças metodológicas e de dados⁵¹. Além disso, Marquetti (2000) também construiu uma série do estoque de capital brasileiro, utilizando o Método dos Estoques Perpetuados, na medida que o estoque de capital não é calculado oficialmente pelo IBGE. Essa série é a principal referência utilizada por outros autores no cálculo da lucratividade⁵².

Entre os trabalhos existentes destacam-se os realizados por Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010, 2018), Marquetti e Porsse (2014), Marquetti, Hoff e Miebach (2017, 2020), Marquetti et al (2018) Bruno e Caffè (2018), Mateo (2018), Theodosio (2018) e Martins e Rugitsky (2018, 2021). Utilizaremos como referência principal nessa subseção, a fim de comparação, os artigos que foram a principal inspiração para a realização da presente dissertação, elaborados por Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010, 2018)⁵³.

Em termos de crescimento econômico podemos dividir o período analisado em dois grandes momentos mais gerais. O primeiro momento vai de 1950 até 1980, onde o crescimento por ano do PIB foi de 7,68%. Já no momento posterior, entre 1980 e 2014, a taxa de crescimento do produto interno bruto cai significativamente, para apenas 2,53% ao ano. O fenômeno de queda das taxas de crescimento não é exclusivo da economia brasileira, tendo um caráter mundial, mas entre os países analisados é no Brasil onde essa queda é mais acentuada. A consequência disso é que enquanto no primeiro momento a economia brasileira convergiu às

⁵¹ Além de utilizarmos uma versão mais recente da PWT e da maior extensão no tempo, também estimamos a taxa de lucro líquida, utilizando o PIL e não o PIB. Ademais, os dados relativos à parcela dos lucros/salários na renda provêm de uma fonte diferente, que apesar dos problemas já apontados, têm uma qualidade superior aos dos provenientes da PWT para o período anterior à 1990.

⁵² A série do estoque de capital estimada por Marquetti (2000) tem algumas vantagens em relação àquela proveniente da PWT, como excluir os imóveis residenciais na contabilidade do estoque de capital. No entanto, na medida em que é uma série somente da economia brasileira, optamos por não a utilizar no presente trabalho, para que deste modo fosse possível homogeneizar as estimações realizadas com somente uma base de dados referente ao estoque de capital.

⁵³ O artigo de 2018 é uma extensão do artigo de 2010 para um período mais recente.

economias desenvolvidas centrais, no segundo essa tendência se inverteu (AREND; FONSECA, 2012).

Prado (2017) interpreta essa queda da taxa de crescimento como uma “quase estagnação” e identifica na literatura três principais linhas de explicação para esse fenômeno histórico, o “mistério que permeia a experiência brasileira de crescimento” (BACHA; BONELLI, 2015, p. 163), denominadas como neoliberal, novo-desenvolvimentista e a marxista. O presente trabalho se alinha com a concepção marxista, em especial com aquela que identifica no comportamento da lucratividade (e sua relação com as taxas de acumulação e de investimento) a explicação para o baixo crescimento da economia brasileira nas últimas décadas.

Além da queda das taxas de crescimento, também discutiremos nessa subseção as transformações estruturais ocorridas na economia brasileira. Podemos identificar na história da economia brasileira, durante o período estudado, quatro principais períodos, correspondentes em grande medida à aqueles identificados anteriormente na economia argentina: 1) um primeiro período onde esteve vigente o processo de substituição de importações (1950-1980); 2) um período de crise do PSI e da economia brasileira, onde se encerra tal processo, se constituindo como um período de transição (1980-1990); 3) um período onde se implementam as reformas liberalizantes na economia (1990-2003); 4) e um último período de manutenção das reformas neoliberais inseridas em um cenário externo em expansão, que resultaram na elevação das taxas de crescimento (2003-2014). O desempenho das variáveis estimadas durante esses períodos e seus subperíodos podem ser observadas nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Brasil

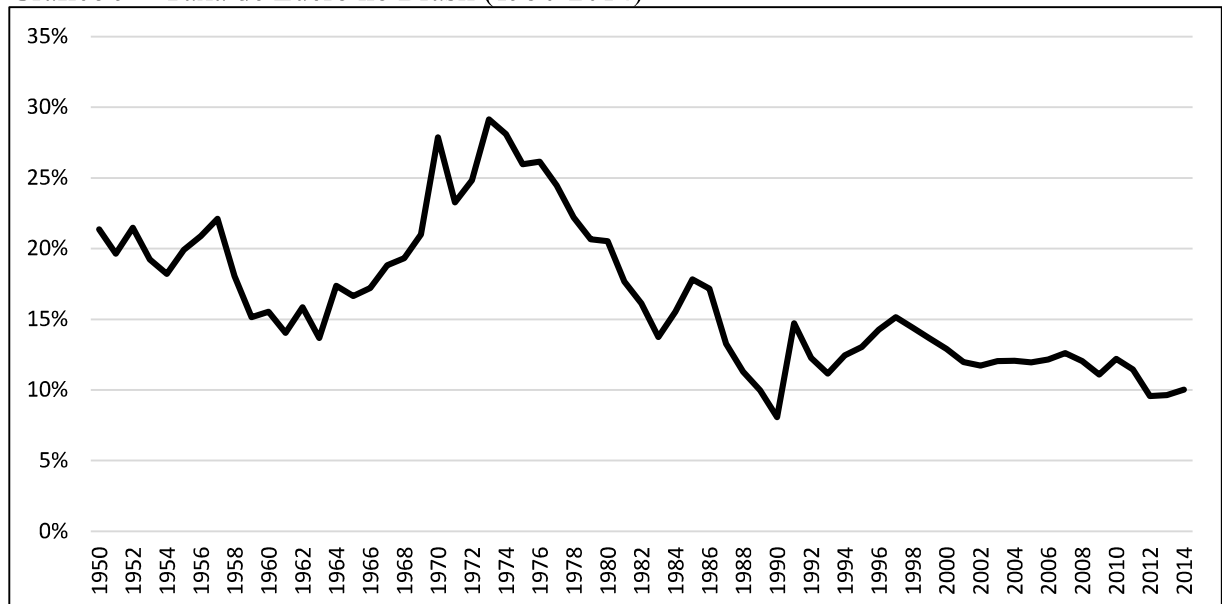
Período	X₂	r	Y/K	n/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	4,91	-1,18	-1,02	-0,15	2,35	-0,45	-	2,42
1950-1980	7,68	-0,14	-1,23	1,11	4,40	0,56	-	3,98
1950-1963	7,30	-3,37	-2,34	-1,06	3,96	-0,34	-	2,73
1963-1973	8,61	7,85	3,40	4,31	4,70	4,59	-	3,30
1973-1980	7,05	-4,89	-5,52	0,66	4,77	-3,31	3,50	7,34
1980-2014	2,53	-2,08	-0,84	-1,25	0,57	-1,33	-0,59	1,06
1980-1990	1,57	-8,88	-5,21	-3,87	-1,42	-6,93	-0,74	0,62
1990-2014	2,93	0,89	1,03	-0,14	1,42	1,10	-0,53	1,25
1990-2003	2,31	3,10	1,15	1,93	1,20	-0,20	-2,33	1,65
2003-2014	3,68	-1,65	0,90	-2,52	1,67	2,65	1,64	0,77
2003-2011	4,39	-0,61	1,96	-2,52	2,20	5,07	2,61	0,23
2011-2014	1,80	-4,36	-1,87	-2,54	0,29	-3,52	-0,89	2,21

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: X_2 = produto interno bruto em preços constantes; r = *proxy* da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2010) identificam três principais fases da taxa de lucro no Brasil. A primeira fase vai de 1953 até 1973, onde a lucratividade declinou 1,1% ao ano, embora ainda em nível relativamente elevado. A segunda fase é de forte queda, de 6,3% ao ano, e ocupa o período entre 1973 e 1989. A terceira fase corresponde ao período entre 1989 e 2003, onde a taxa de lucro se recupera parcialmente à taxa de 2,4% ao ano, embora somente retornando ao nível de taxa de lucro do começo dos anos oitenta. Essas três fases correspondem aos períodos das taxas de crescimento e aos arranjos institucionais da economia brasileira, respectivamente ao período do processo de substituição de importações (PSI), a sua crise e ruptura e ao neoliberalismo. Decompondo a taxa de lucro em termos do produto-capital e da participação dos lucros, os autores concluem que o principal determinante do comportamento da taxa de lucro, explicando sua queda, foi a relação produto-capital, uma *proxy* para as mudanças tecnológicas, compatível com a teoria de Marx. Enquanto a relação produto-capital apresentou as mesmas fases de evolução da taxa de lucro, a participação dos lucros apresentou comportamento cíclico, com uma tendência relativamente estável.

Gráfico 9 – Taxa de Lucro no Brasil (1950-2014)

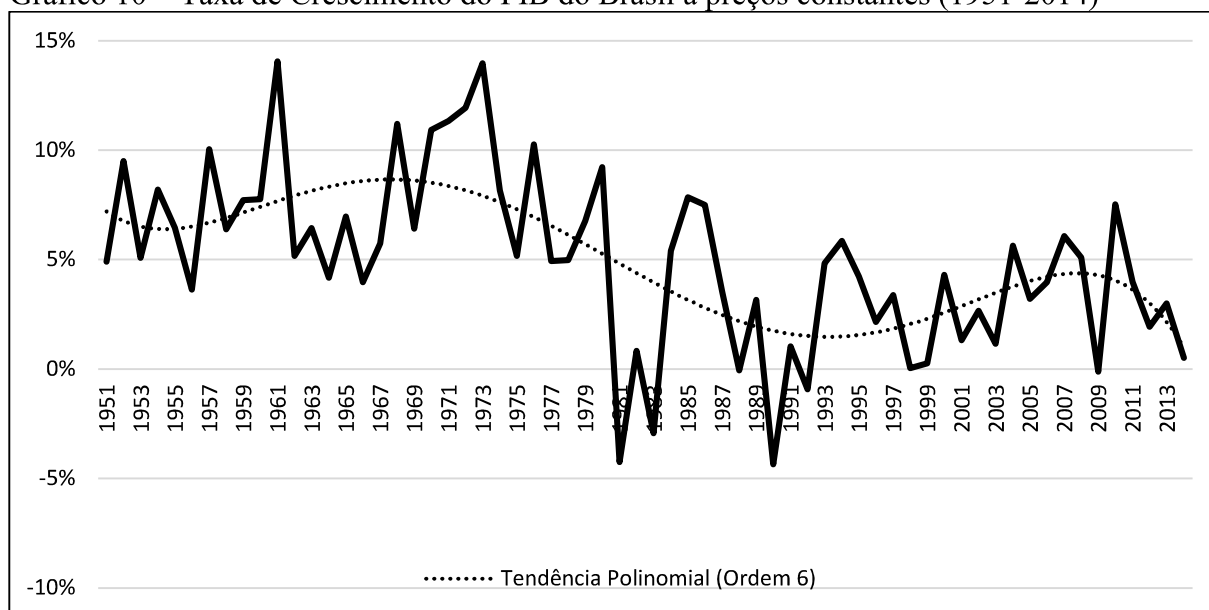


Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nas nossas estimações a lucratividade caiu no Brasil entre 1950 e 2014 a uma taxa de 1,18% ao ano, saindo de 21,37% em 1950 para 10,03% em 2014. O principal componente que explica essa queda da lucratividade é a relação produto-capital (Gráfico 11), que decresce a

uma taxa de 1,02% ao ano. Já a participação dos lucros (Gráfico 12) na renda faz um movimento de “U” invertido e após se elevar nas décadas de 1960 e 1970, inicia uma trajetória de queda que se acelera fortemente após 2003, terminando a série histórica em um valor próximo ao inicial.

Gráfico 10 – Taxa de Crescimento do PIB do Brasil a preços constantes (1951-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

A interpretação tradicional do processo de industrialização brasileiro (FURTADO, 2005) é de que, embora a indústria remonte as últimas décadas do século XX, foi na década de 1930 que o crescimento industrial se intensificou e se diversificou, iniciando efetivamente o PSI⁵⁴. De 1933 até 1955, conforme a interpretação de Mello (1991), esteve vigente um processo de industrialização restringida, onde a dinâmica da acumulação se assentava na expansão industrial, mas sem a constituição do núcleo fundamental do departamento de bens de produção. A partir do bloco de investimentos do Plano de Metas (1956-1960), com a instalação da indústria de base, é que se iniciou uma etapa de industrialização pesada (1955-1979). Se as duas primeiras décadas de industrialização por substituição de importações tiveram um caráter relativamente espontâneo, é no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) que se adotou uma estratégia industrializante explícita, continuada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) (BIELSCHOWKY; MUSSI, 2013).

Podemos identificar subperíodos distintos de comportamento da lucratividade. O primeiro subperíodo corresponde aos anos entre 1950 e 1963, onde a lucratividade decresceu

⁵⁴ Para uma síntese do debate acerca da origem e do desenvolvimento da indústria brasileira, ver Suzigan (2000).

em 3,37% ao ano. Este é um momento conturbado da história brasileira, com o suicídio do então presidente Getúlio Vargas em 1954 e o instável governo de João Goulart (1961-1964), que acabou com um golpe militar. Apesar desses elementos, esse foi um momento de crescimento econômico elevado, com uma taxa de crescimento do produto anual de 7,30%, em um contexto de industrialização substitutiva de importações acelerada. O Gráfico 10 permite observar as elevadas taxas de crescimento do produto que a economia brasileira alcançou até 1980.

Nesse primeiro subperíodo, apesar da queda, a taxa de lucro se mantém em uma média que pode ser considerada historicamente elevada (18,23%), especialmente se comparada ao período posterior a 1980. Há um declínio agudo da participação dos lucros na renda entre 1957 e 1963, o que ajuda a explicar o golpe de Estado de 1964⁵⁵, dado a intensificação da luta de classes e os ganhos econômicos dos trabalhadores.

Tabela 4 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Brasil

Período	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	16,53%	0,459	35,95%	9,885	10,05%	-	50,042
1950-1980	20,60%	0,578	35,60%	6,720	12,59%	-	29,528
1950-1963	18,23%	0,586	30,95%	4,347	11,54%	-	21,042
1963-1973	20,83%	0,574	35,89%	7,184	12,57%	-	29,445
1973-1980	24,65%	0,571	43,20%	10,412	14,67%	24,64%	44,528
1980-2014	13,03%	0,355	36,51%	12,767	7,88%	22,06%	68,400
1980-1990	14,66%	0,374	38,65%	11,433	8,73%	23,89%	58,104
1990-2014	12,11%	0,343	35,30%	13,280	7,45%	21,41%	72,600
1990-2003	12,71%	0,340	37,18%	12,323	7,08%	21,09%	70,502
2003-2014	11,41%	0,343	33,35%	14,355	7,77%	21,58%	75,205
2003-2011	11,96%	0,340	35,24%	14,011	7,51%	20,96%	73,767
2011-2014	10,18%	0,356	28,54%	15,339	8,70%	23,43%	78,608

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

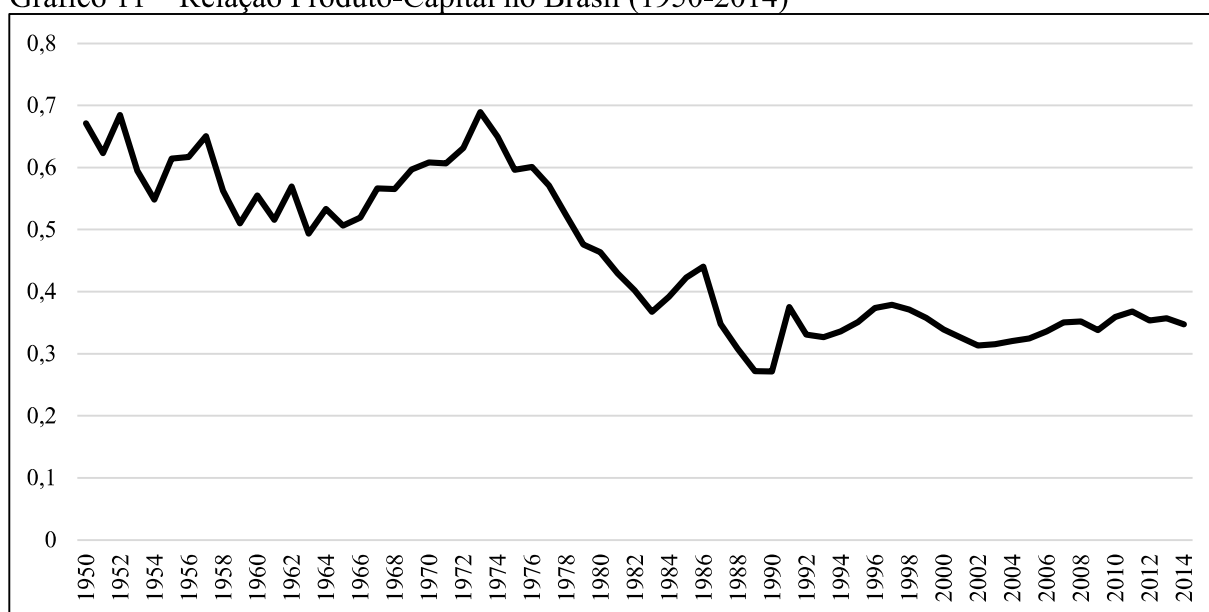
Nota: r = proxy da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

As reformas realizadas nos primeiros anos da ditadura (reforma financeira, do mercado de trabalho e tributária), associadas a repressão realizada aos sindicatos, partidos e movimentos sociais pelo regime, permitiram no período 1963-1973 uma elevação substancial da

⁵⁵ Interessante notar que os três menores valores da participação dos lucros na renda (1961-1963, 1990 e 2013) ocorrem próximos de mudanças políticas, institucionais e econômicas profundas da economia brasileira, respectivamente o golpe de 1964, o início das reformas liberalizantes em 1990 e o início do ajuste fiscal e das contrarreformas em 2015, aprofundadas após o impeachment de 2016.

participação do lucro na renda, de 27,73% para 42,28%⁵⁶. Durante esse período, que engloba a época conhecida como “Milagre Econômico” (1969-1973)⁵⁷, a taxa de lucro cresceu 7,85% ao ano, acompanhando o crescimento anual do PIB de 8,61%. A relação produto-capital também contribuiu para a elevação da lucratividade, em um contexto de intensificação das políticas de coordenação e incentivo à industrialização, que consolidaram a indústria brasileira. Do ponto de vista da acumulação de capital, o período 1963-1973 constitui-se como a melhor fase da economia brasileira durante o período estudado. A nova situação política, associada a maturação dos investimentos realizados no Plano de Metas, favoreceu os novos investimentos, o que se demonstra pela elevação taxa de acumulação (crescimento de 4,70% ao ano).

Gráfico 11 – Relação Produto-Capital no Brasil (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

A partir de 1973 as tendências das variáveis se invertem. É significativo que 1973 seja o momento da reversão e o pico da nossa série histórica da taxa de lucro, dado que é o ano em que diversos autores identificam como o momento de crise estrutural do capitalismo nos países centrais. Em um cenário de crise da economia mundial, com elevação das taxas de inflação

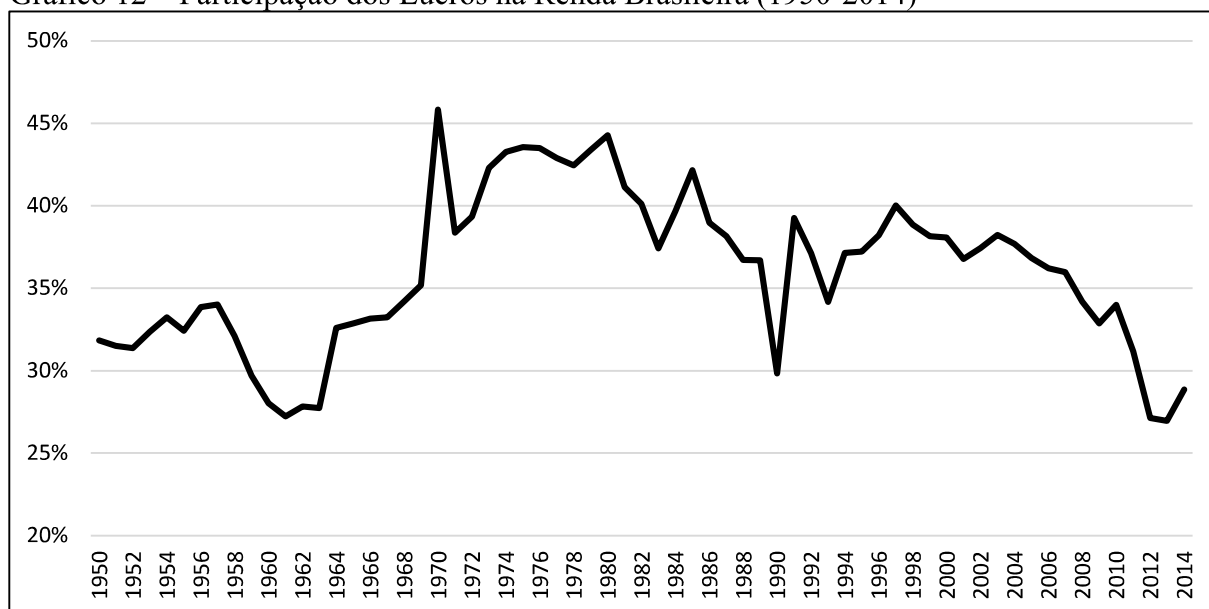
⁵⁶ “Um balanço das ações governamentais para cercear a atividade dos sindicatos mais combativos revela uma situação impressionante. Entre 1964 e 1979 ocorreram 1.202 intervenções nos sindicatos, das quais 810 só nos anos 1964-1965. [...] Em outras palavras, consumou-se uma política de Estado, consciente, articulada e contumaz, que a ferro e fogo buscou continuamente depreciar o preço da força de trabalho e, assim, incrementar a taxa de lucro dos grandes grupos econômicos da cidade e do campo, como forma de aceleração do processo de acumulação, tendo como resultado a ampliação das desigualdades e a excludência social.” (COSTA, 1997, p. 24).

⁵⁷ O período entre a edição do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em dezembro de 1968, e o final do governo de Emílio Garrastazu Médici, em março de 1974, é conhecido como de Anos de Chumbo. É o período mais repressivo da ditadura militar.

(estagflação) e indicativos de esgotamento do processo de substituição de importações (TAVARES, 1972), a ditadura militar dobrou a aposta na industrialização. Deste modo, implementou uma nova rodada de industrialização intensiva, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Para combater o déficit no balanço de pagamentos e a crise energética, o governo rejeitou a estratégia ortodoxa de ajustamento gradual da economia e se comprometeu em uma estratégia de transformação estrutural da economia.

Essa “marcha forçada” (CASTRO; SOUZA, 1985) resultou em uma taxa de crescimento anual do produto entre 1973 e 1980 de 7,05%, mas com recuo anual da lucratividade em 4,89%, puxada pela queda da relação produto-capital (-5,52% ao ano), apesar de permanecer no maior patamar médio dos períodos identificados (24,65%). O esforço industrializante também se refletiu no maior patamar médio da taxa de acumulação (14,67%). Este foi um período de grande elevação da relação capital-trabalho (7,34% ao ano), comportamento compatível com a LQTTL, que identifica uma relação inversa entre o crescimento da composição orgânica do capital (como foi apontado no capítulo anterior, a relação capital-trabalho se constitui como uma *proxy* da composição técnica do capital, sendo essa a expressão em termos de preços da COC) e a lucratividade. Assim como este foi o período de maior queda da lucratividade, também foi o de maior elevação da relação produto-capital.

Gráfico 12 – Participação dos Lucros na Renda Brasileira (1950-2014)



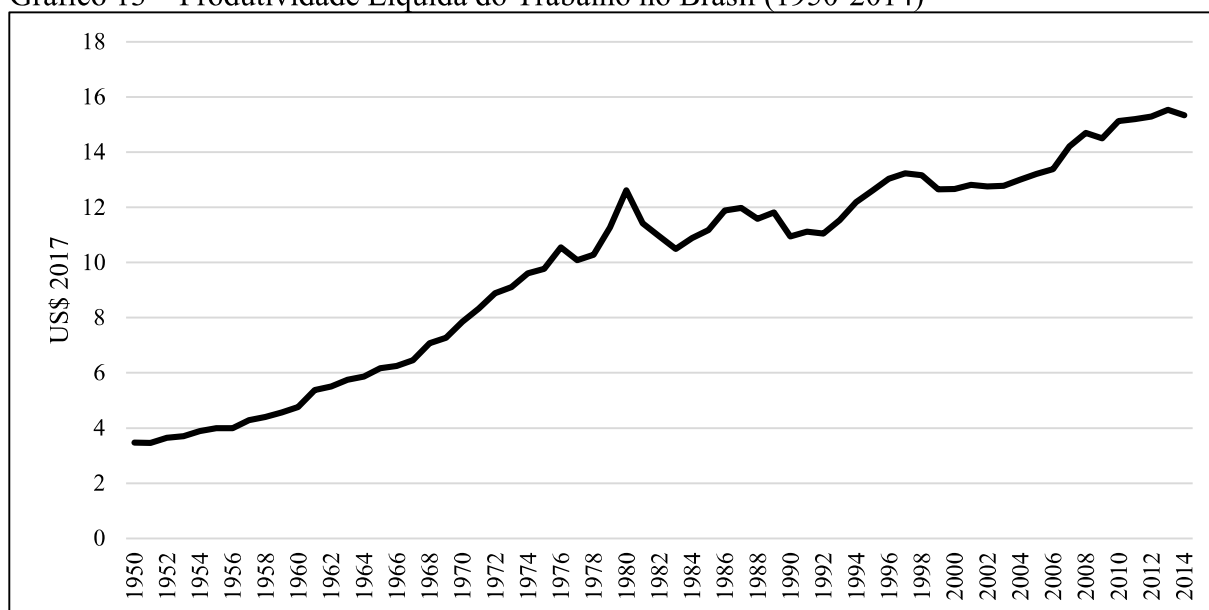
Fonte: Alarco (2017). Elaboração própria.

A partir de 1980 o PSI entrou efetivamente em crise, chegando ao seu fim durante a década. A década de 80, conhecida como “década perdida”, foi de baixo crescimento

econômico anual (1,57%) e de grande redução da taxa de lucro (-8,88% ao ano), puxada pelos seus dois componentes. Além da grande queda da taxa anual de acumulação (-6,93%), esse é o único período analisado (em relação a nossa periodização) em que a produtividade do trabalho declinou (-1,42% ao ano). O financiamento das políticas de industrialização anteriores impactou a economia durante a década de 80, que associado a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos em 1979, resultou em uma década marcada pela crise da dívida externa (assim como em demais países da América do Sul, em um processo que se retroalimenta) e pela hiperinflação.

O período de crise da década de oitenta, que inaugurou um novo patamar de crescimento econômico da economia brasileira, demonstrou a necessidade, da perspectiva da acumulação de capital, de transformações estruturais na economia, que se iniciaram na década seguinte. Deste modo, essa década se configura como um período de transição entre as duas grandes fases históricas da economia brasileira, da industrialização por substituição de importações (1950-1980) para o neoliberalismo (1990-2014)⁵⁸.

Gráfico 13 – Produtividade Líquida do Trabalho no Brasil (1950-2014)



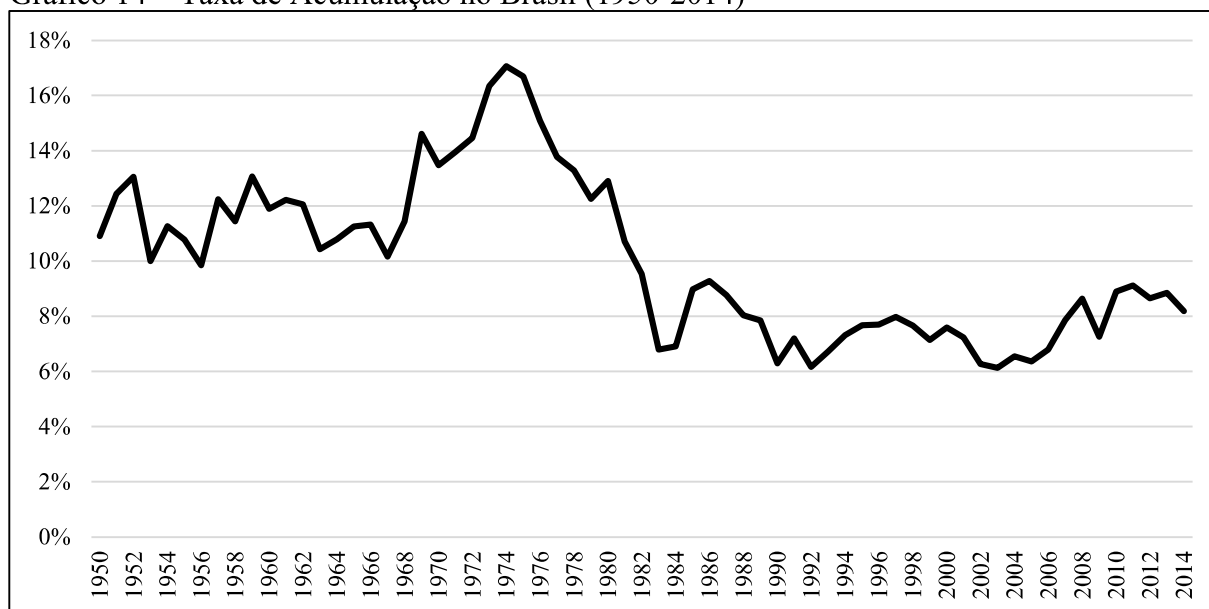
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

As reformas liberalizantes na economia brasileira se iniciaram com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e se intensificaram no governo de Fernando Henrique

⁵⁸ “It is important to emphasize that it took a long transitional phase for the Brazilian economy to move from ISI to the neoliberal model. Brazil was one of the last countries in Latin America to adhere to the neoliberal paradigm, and this is partially explained by the success of the ISI and the long process of political transition between the dictatorship and the democratic order.” (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; LAUTERT, 2018, p. 8).

Cardoso (1995-2002), sendo o Brasil um dos últimos países na América do Sul que implementou tais medidas. Entre 1990 e 2003 a taxa de lucro se recuperou a uma taxa anual de 3,10%, mas permaneceu em patamar muito inferior ao vigente anteriormente à década de 1980. Apesar dessa recuperação, ainda foi um período de fraco dinamismo da economia brasileira, com taxas anuais de crescimento do produto (2,31%) e da produtividade do trabalho (1,20%) relativamente baixas. O maior indicativo do fraco dinamismo do período se refere ao desempenho das taxas anuais de acumulação e investimento, que tiveram desempenho negativo no período (-0,20% e -2,33%, respectivamente), em uma média inferior as da chamada década perdida.

Gráfico 14 – Taxa de Acumulação no Brasil (1950-2014)

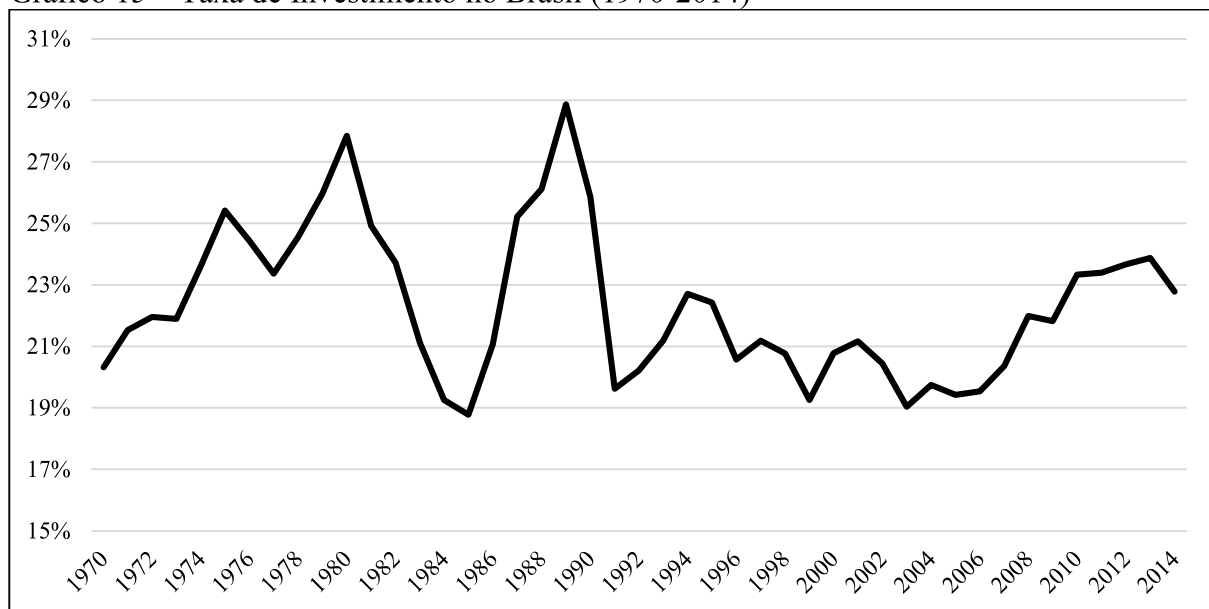


Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

As reformas realizadas na economia brasileira são similares aquelas já discutidas para a economia argentina e representam a visão econômica dominante que se estabeleceu no período. Até o pacote de estabilização monetária implementado durante o governo de Itamar Franco (1992-1995), o Plano Real, apresenta similaridades com Plano Cavallo argentino, embora a versão brasileira seja mais flexível e cautelosa (BATISTA JUNIOR, 1996). As consequências dessas reformas foram a desindustrialização, a especialização regressiva, a elevação da dependência tecnológica e financeira, uma inserção mais passiva e subalterna na divisão internacional do trabalho e a elevação da concentração de renda e da desigualdade social (FILGUEIRAS, 2018). Apesar disso, o Brasil se destaca por ter mantido uma razoável estrutura industrial, em um patamar superior as das demais economias da região. Em termos gerais

podemos dizer que a partir de 1980 a economia brasileira se caracterizou por instabilidade macroeconômica, baixo crescimento, problema de balanço de pagamentos e inflação elevada (até 1994) (BIELSCHOWKY; MUSSI, 2013).

Gráfico 15 – Taxa de Investimento no Brasil (1970-2014)

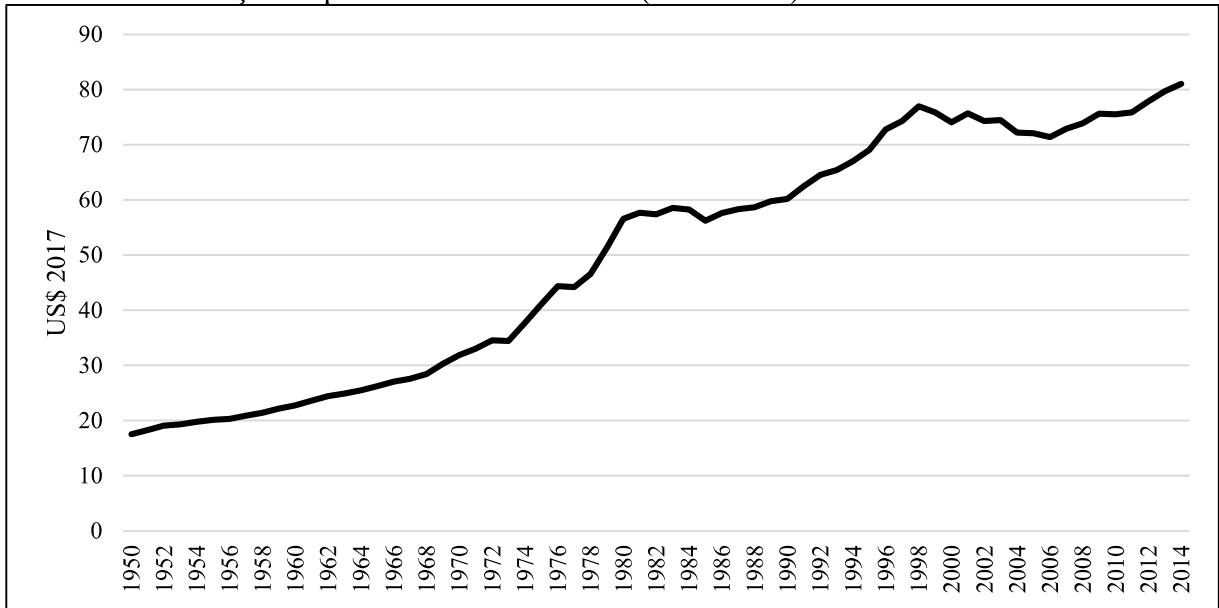


Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

A crise cambial brasileira de 1999, as consequências sociais negativas do neoliberalismo e o baixo crescimento atingido abriram caminho, assim como em outros países do subcontinente, para a eleição de um governo de centro-esquerda. Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo (2003-2010) com grande expectativa por parte de uma parcela da esquerda de que haveria uma ruptura com o modelo neoliberal. No entanto, essas perspectivas não se realizaram e houve uma continuidade do neoliberalismo no país, mas com elementos neodesenvolvimentistas, que melhoraram a distribuição funcional e pessoal da renda em favor dos trabalhadores.

Em um cenário externo favorável e de aceleração do crescimento mundial e regional, houve uma retomada das taxas de crescimento do país entre 2003 e 2011 (4,39% ao ano). Após uma tímida elevação da taxa de lucro até 2008 (ano de crise mundial), essa tendência se inverte, resultando praticamente em uma estagnação no período como um todo (-0,61% ao ano entre 2003 e 2011). Apesar da elevação da relação produto-capital (1,96% ao ano), esta não foi suficiente para compensar a grande queda da participação dos lucros na renda (-2,52% ao ano). Essa queda da participação dos lucros reflete as políticas de valorização do salário mínimo e formalização do mercado de trabalho implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

Gráfico 16 – Relação Capital-Trabalho no Brasil (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

O comportamento da nossa série da lucratividade durante o *boom* das *commodities* difere substancialmente de outras estimações, como as de Marquetti, Maldonado Filho e Lautert (2018), Bruno e Caffé (2018) e Martins e Rugitsky (2021), onde há uma maior elevação da taxa de lucro até 2008 (superando o patamar da década de noventa). Comparando especialmente com esse primeiro trabalho, percebemos que o comportamento da nossa estimação se deve, principalmente, a maior queda da parcela dos lucros nos dados utilizados, que diminui a nossa lucratividade em relação a dos autores. Além disso, a relação produto-capital também cresce menos, sendo incapaz de compensar a queda da participação dos lucros. Acreditamos que esse comportamento da relação produto-capital se deve a sobrestimação do estoque de capital nos nossos dados, na medida em que incluem o capital residencial, conforme discutido no capítulo anterior. A combinação desses dois elementos faz com que, possivelmente, haja uma subestimação da taxa de lucro no período.

Entre 2003 e 2011 a produtividade do trabalho cresceu 2,20% ao ano, substancialmente superior a aquela obtida a partir de 1980, mas ainda baixa quando comparada com a performance alcançada entre 1950-1980, onde cresceu 4,40% ao ano. A interpretação que fazemos da elevação da taxa de crescimento do produto é de que ela se deveu principalmente à dinâmica do capitalismo internacional, que impactou o crescimento do país (e dos demais países da América do Sul) através da elevação dos preços das *commodities* e do investimento estrangeiro direto. O crescimento do mercado interno também ocupou um papel importante, embora não se constitua como um processo sustentável e se baseie em setores com baixa

produtividade (especialmente o chamado setor de serviços). Conforme Lélis, Cunha e Linck (2019), a especialização regressiva da economia brasileira ampliou o grau de dependência em relação aos ciclos financeiros e de preços das *commodities*. A elevação das taxas de crescimento se constituiu como uma tendência mundial, e como mostra Gonçalves (2014), o desempenho da economia brasileira no período 2003-2014 foi inferior ao crescimento médio obtido pela economia mundial, assim como dos demais países estudados no presente trabalho.

A partir de 2011, refletindo a nova situação econômica mundial pós-crise de 2008, de desaceleração do crescimento e queda dos preços das *commodities*, a taxa de lucro passou por uma forte queda (-4,36% ao ano), acompanhando o baixo crescimento econômico do PIB (1,80% ao ano). Essa desaceleração ocorreu mesmo com taxas médias de investimento e de acumulação superiores, que foram sustentadas pelas políticas de estímulo ao investimento⁵⁹, do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014). No entanto, apesar dessas políticas econômicas (onde se destacam a redução da taxa de juros, a ampliação do gasto público e a desoneração fiscal) o produto interno bruto apresentou uma trajetória de queda. Essa tendência refletiu tanto a conjuntura econômica mundial pós-crise de 2008, quanto já sinalizava a crise que se instauraria na economia brasileira a partir de 2016, interpretada por Marquetti, Miebach e Hoff (2017) como uma crise resultante da queda da taxa de lucro.

Contrariamente à visão ortodoxa, o exame do comportamento tendencial das taxas de lucro e de acumulação, imediatamente após o impacto da crise norte-americana em 2009, aponta para a reafirmação de fatores estruturais, característicos da economia brasileira atual, que não poderiam ser contidos por medidas de curto prazo de estímulo ao investimento e à demanda agregada. Dentre esses fatores, destacam-se os baixos ganhos de produtividade do trabalho e o declínio da produtividade do capital, decorrentes do atual processo de desindustrialização do país. Essas tendências permaneceram ao mesmo tempo em que os salários reais cresciam e a taxa média de lucro bruto empresarial declinava. A partir de 2012, conjugam-se com o fim do *boom* dos preços internacionais das *commodities*, o que reforçou ainda mais a piora das expectativas de lucro empresarial quanto às decisões de investimento. (BRUNO; CAFFE, 2018).

Comparando os dois grandes momentos da economia brasileira e ignorando a década perdida (dado o caráter em grande medida exógeno da crise), houve um retrocesso óbvio na dinâmica de crescimento e acumulação de capital no país. Enquanto o crescimento médio entre 1950 e 1980 foi de 7,68%, com uma lucratividade média de 20,60% e uma taxa de acumulação de 12,59%, o período 1990-2014 teve um crescimento anual do produto de apenas 2,93%, com uma lucratividade média de 12,11% e uma taxa de acumulação de 7,45%. Esses resultados

⁵⁹ Marquetti, Miebach e Hoff (2017) também apontam que enquanto no período 2003 e 2008 a expansão do investimento foi liderada pela aquisição de máquinas e equipamentos, a partir de 2008 essa expansão se sustenta na construção civil.

validam a importância da lucratividade como determinante da acumulação e do crescimento econômico, na medida em que as distintas fases de comportamento da taxa de lucro correspondem em grande medida ao comportamento das taxas de crescimento e de acumulação da economia, assim como das transformações estruturais da economia.

4.1.3 Chile

Enquanto há uma quantidade razoável de trabalhos que analisam a lucratividade das economias argentina e brasileira, para a economia chilena esse número diminui significativamente. Assim como no caso argentino, o autor que se destaca nesses estudos é Esteban Ezequiel Maito (2012, 2014a, 2014b). Dentre esses artigos, os dois publicados no ano de 2014 são análises que englobam outros países, sendo o Chile um país periférico selecionado, não se fazendo uma investigação aprofundada da dinâmica da lucratividade no país. Deste modo, o artigo de 2012 se torna a referência principal relativo aos trabalhos do autor, onde se analisa a taxa de lucro no período 1986-2009. Apesar de utilizar outra base de dados (provenientes do Banco Central do Chile), a série da lucratividade resultante tem um comportamento similar à nossa, o que qualifica as estimações realizadas no presente trabalho. Piñera e Meller (1972) utilizam uma *proxy* diferente para estimar a taxa de lucro da indústria manufatureira chilena no período 1939-1967, encontrando uma tendência de elevação da lucratividade. Lanza (2019) analisa e compara a acumulação de capital nas economias da Argentina e do Chile durante a década de 1990.

Polanco (2019) analisa a lucratividade entre 1900 e 2010. São utilizados dados que diferem substancialmente dos utilizados no presente trabalho, especialmente as séries do estoque de capital, que resultam em comportamentos distintos das séries das taxas de lucro. O autor identifica três regimes de acumulação durante o período, que se relacionam com a dinâmica da lucratividade. O primeiro desses regimes (1903-1932) é caracterizado por uma queda da taxa de lucro, com diminuição da relação produto-capital e elevação da parcela de lucro da economia. O segundo desses regimes é o de industrialização por substituição de importações orientado para o interior (1932-1975), onde a queda da parcela dos lucros é compensada pelo crescimento acelerado da relação produto-capital. Esse regime termina com uma crise estrutural (1972-1975), que explica a necessidade de uma reestruturação capitalista para a construção de um novo regime de acumulação. O terceiro regime correspondente ao período neoliberal (1976-2010) é caracterizado por uma tendência de elevação da lucratividade, explicada pelo crescimento dos seus dois componentes, que garante estabilidade ao regime. O

trabalho também identifica uma correlação positiva entre a taxa de lucro e a taxa de crescimento da economia.

Tabela 5 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Chile

Período	X_2	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1951-2014	4,02	0,70	0,72	-0,02	2,14	0,72	-	2,73
1951-1973	3,55	1,76	2,42	-0,64	2,57	-2,63	-	3,56
1951-1959	2,99	-0,20	-1,10	0,91	2,71	-1,67	-	2,22
1959-1970	4,79	5,98	8,57	-2,39	4,32	5,08	-	5,46
1970-1975	-2,22	-19,28	-13,59	-6,59	-4,28	-16,50	3,95	2,71
1970-1973	0,54	-7,62	-9,22	1,77	-3,95	-28,29	-5,29	0,19
1973-1975	-6,22	-34,08	-19,75	-17,85	-4,77	4,93	19,53	-7,43
1973-2014	4,27	0,13	-0,18	0,31	1,91	2,57	1,29	2,29
1973-1989	3,09	-0,28	-0,80	0,53	0,42	6,76	3,37	0,10
1973-1982	1,67	-7,80	-3,90	-4,06	0,78	0,09	1,43	2,36
1982-1989	4,94	10,31	3,33	6,75	-0,04	15,99	5,92	-2,73
1989-2014	5,04	0,39	0,22	0,17	2,87	-0,03	-0,02	3,72
1989-2002	5,62	-2,94	0,39	-3,32	3,37	-0,81	-1,12	3,39
2002-2014	4,41	4,13	0,04	4,10	2,32	0,82	1,18	4,08
2002-2010	4,47	9,32	1,33	7,88	2,62	2,17	0,18	4,10
2010-2014	4,30	-5,52	-2,51	-3,09	1,72	-1,81	3,19	4,05

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: X_2 = produto interno bruto em preços constantes; r = *proxy* da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

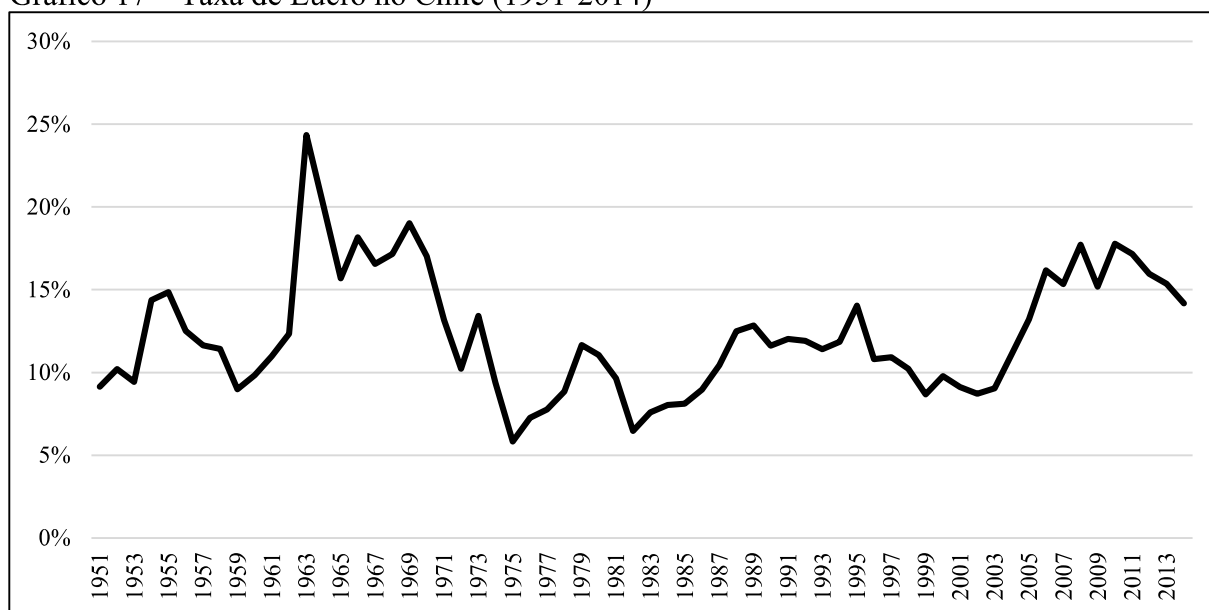
O comportamento gráfico da série histórica da taxa de lucro do Chile durante a totalidade do período estudado difere de todos os outros países analisados, sendo o único onde não se observa uma tendência histórica de queda. Entre 1951 e 2014 a taxa de lucro cresceu 0,70% ao ano, sendo que praticamente a totalidade dessa evolução é explicada pelo comportamento da relação produto-capital. Este é um claro indicativo das especificidades que encontraremos na evolução histórica da economia chilena, considerada um caso de sucesso de crescimento na América do Sul. Cabe investigar se esse sucesso é real ou aparente, e caso se confirme, as explicações para esse fenômeno.

O Chile foi um dos países mais afetados pela crise de 1929, dado seu elevado grau de integração ao comércio internacional e a dependência da importação de alimentos de difícil substituição⁶⁰. Como país exportador de produtos minerais, onde se destacou em um primeiro

⁶⁰ As especificidades geográficas do Chile dificultavam a produção de alimentos agrícolas, visto que apenas 15% do solo eram cultiváveis (MOREL, 2008, p. 38).

momento o nitrato de sódio (salitre)⁶¹ e posteriormente o cobre, com uma atividade industrial parcialmente integrada com o setor exportador, a restrição na capacidade de importar impôs grandes obstáculos ao processo de substituição de importações. Tomada consciência dessas dificuldades, se criou em 1939 a *Corporación de Fomento de La Producción*, representando o ponto de partida do processo de industrialização via substituição de importações⁶² (FURTADO, 2019).

Gráfico 17 – Taxa de Lucro no Chile (1951-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

É possível identificar na história da economia chilena, durante o período analisado, quatro períodos: 1) um período onde esteve vigente o processo de substituição de importações, em um contexto de uma economia fechada (1950-1973); 2) um período de implementação radical das reformas neoliberais (1973-1982); 3) um período onde se flexibilizou o neoliberalismo em um modelo mais pragmático e adaptativo (1982-1990); 4) e um último período de “reforma das reformas” neoliberais, mas ainda em um paradigma neoliberal, embora democrático (1990-2014). Veremos como ocorre esse processo e a dinâmica da reprodução do capital correspondente.

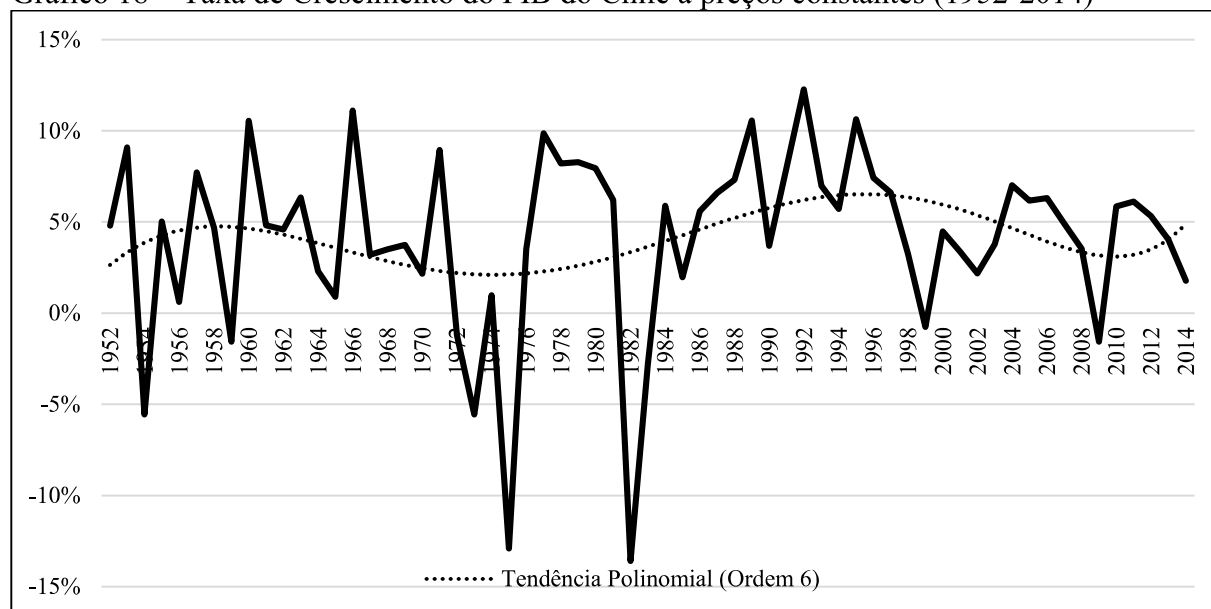
No Gráfico 18 podemos observar as taxas de crescimento da economia chilena. Enquanto na economia brasileira tivemos uma queda significativa do crescimento ao longo do

⁶¹ A descoberta durante a Primeira Guerra Mundial de um salitre sintético marca o fim da comercialização do nitrato natural, que se torna economicamente desinteressante.

⁶² “O Chile constitui, portanto, menos um caso de industrialização, à base de substituição espontânea de importações, que de ação estatal visando superar os obstáculos criados à economia do país pela desorganização de seu setor exportador.” (FURTADO, 2019, p. 210)

tempo, o comportamento dessa tendência é diferente no caso da economia chilena. Ocorreu uma elevação da tendência de crescimento, apontando para o fato de que o crescimento econômico durante a fase histórica do processo de substituição de importações (1950-1973) foi inferior a aquele obtido durante a fase histórica neoliberal, em suas diferentes formas (1973-2014). É esse comportamento que torna a economia chilena um “caso de sucesso” do neoliberalismo, em especial da sua propagada versão mais radical. Ao longo da subseção veremos que, analisando o período como um todo, o caso chileno está longe de ser um sucesso de crescimento quando comparado com as demais economias analisadas, assim como o neoliberalismo em sua versão extremada só foi aplicado em um curto período de tempo, dado que a realidade econômica obrigou a adoção de uma condução mais pragmática e flexível.

Gráfico 18 – Taxa de Crescimento do PIB do Chile a preços constantes (1952-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

O primeiro período da economia chilena (1951-1973) foi de elevação da lucratividade (1,76% ao ano), mesmo com a grande queda ocorrida nos últimos anos (durante o governo de Allende, onde a lucratividade recuou fortemente). Essa elevação ocorreu com distribuição de renda favorável aos trabalhadores, mais que compensada pela elevação da relação produto-capital (que cresceu 2,42% ao ano). Podemos dividir esse período em dois momentos distintos.

O período entre 1951 e 1959 apresentou um comportamento cíclico da lucratividade, refletindo distintas medidas do governo de Carlos Ibáñez del Campo (1952-1958). Em um primeiro momento esse governo realizou políticas internas expansionistas, de favorecimento ao desenvolvimento industrial, melhoria salarial e apreciação cambial. Em um contexto de

desequilíbrios do setor externo e fiscal, essas medidas provocaram desequilíbrios externos e fiscais, além de inflação, cuja resposta foi a aplicação de um programa de estabilização ortodoxo (FFRENCH-DAVIS, 2001, p. 18-19), que resultaram na redução da lucratividade.

Tabela 6 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Chile

Período	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1951-2014	12,28%	0,327	37,71%	12,170	7,23%	-	52,587
1951-1973	13,94%	0,340	42,31%	8,439	6,34%	-	30,678
1951-1959	11,40%	0,232	49,00%	6,492	5,39%	-	22,954
1959-1970	15,85%	0,395	40,49%	9,235	7,25%	-	32,579
1970-1975	11,51%	0,366	31,07%	10,420	5,63%	18,76%	46,391
1970-1973	13,46%	0,417	32,37%	10,780	5,86%	17,12%	44,495
1973-1975	9,55%	0,293	31,68%	9,782	4,46%	20,01%	48,559
1973-2014	11,41%	0,321	35,20%	14,161	7,61%	23,23%	64,412
1973-1989	9,40%	0,280	33,15%	10,152	5,45%	20,03%	49,716
1973-1982	9,14%	0,287	31,39%	10,317	5,09%	19,38%	50,504
1982-1989	9,37%	0,268	34,49%	10,011	5,61%	20,60%	49,501
1989-2014	12,77%	0,346	36,79%	16,647	9,06%	25,47%	73,314
1989-2002	10,99%	0,334	33,02%	14,112	9,01%	26,02%	57,334
2002-2014	14,38%	0,358	40,07%	19,356	9,02%	24,72%	90,345
2002-2010	13,80%	0,361	38,00%	18,534	8,69%	23,72%	82,623
2010-2014	16,08%	0,352	45,60%	20,997	9,66%	26,33%	105,761

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: r = proxy da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

Entre 1959 e 1970 ocorreu um acelerado crescimento da lucratividade (5,98% ao ano), puxada pelo salto da relação produto-capital entre 1959 e 1963. Nesse período também houveram dois tipos de política econômica distintos. O governo do presidente Jorge Alessandri (1958-1964) adotou um programa liberalizante, de diminuição do papel do Estado na economia e abertura moderada às importações, denominado por Ffrenche-Davis (2001, p. 19), como um “*intento frustrado de modernización capitalista*”, que fracassou pela crise cambial resultante e o retorno do processo inflacionário. Já durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) foram implementadas reformas estruturais e sociais da economia, como a reforma agrária e o começo da nacionalização da indústria do cobre, com um programa de modernização industrial com papel ativo do Estado e incentivo as exportações não tradicionais. Os resultados foram em grande parte positivos, apesar dos últimos anos serem de baixo crescimento econômico, com modernização do setor industrial e rural, diversificação das exportações,

controle inflacionário, reforma do sistema tributário e modernização do aparato estatal (FFRENCH-DAVIS, 2001, p. 21-25).

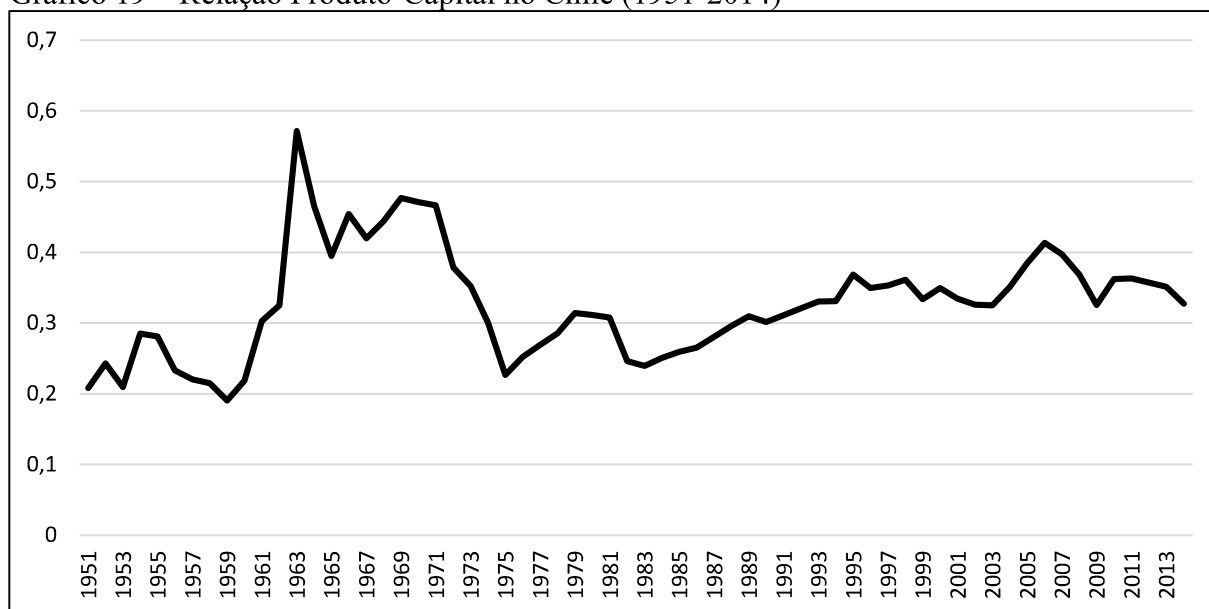
O período entre 1959 e 1970 contou com uma lucratividade média elevada (15,85%), em um contexto de grande elevação anual média da relação produto-capital (8,57%) e da produtividade do trabalho (4,32%), que se refletiu em uma alta taxa de crescimento do produto anual (4,79%). Apesar do bom desempenho dessas variáveis, é possível notar que a economia chilena passava por um cenário de perda de vigor do processo de industrialização (FURTADO, 2019, p. 243), com desaceleração do crescimento do setor industrial. Esse esgotamento da industrialização ocorreu especialmente nos ramos que produziam para os consumidores de baixa renda, enquanto houve uma expansão da produção de artigos suntuários, indicando uma deterioração da capacidade de consumo da população de baixa renda (MARINI, 2019, p. 71-77), apesar da elevação da participação salarial na renda (que não capta como essa renda se distribui entre os distintos setores dos trabalhadores). Um indicador que demonstra a perda da intensidade do desenvolvimento chileno nos últimos anos desse período é a produtividade do trabalho, que estagnou a partir de 1967 e só voltou a crescer substancialmente a partir da década de 1990.

Em 1970 a Unidade Popular, uma coalizão de esquerda, elegeu o presidente Salvador Allende (1970-1973)⁶³, com um programa que previa uma transição pacífica para o socialismo (um socialismo não muito definido, dado o próprio caráter heterogêneo da coalizão). O governo acelerou a reforma agrária, favoreceu o investimento no ensino básico e estatizou oligopólios do setor bancário, de telefonia e até de empresas têxteis e de alimentação. Entretanto, a principal estatização realizada por Allende foi a das companhias de mineração, que transferiu toda a riqueza proveniente do cobre ao Estado (LIRA, 2010). Apesar da ação estatal de reduzir a capacidade ociosa da economia com as novas empresas estatizadas, houve uma redução das taxas de investimento e acumulação durante o governo da Frente Popular, assim como da produtividade do trabalho. A queda desses indicadores faz sentido em um contexto de que a burguesia via sua propriedade privada em risco, reagindo com diminuição do investimento e com contraofensiva política e econômica. O crescimento econômico foi praticamente nulo (0,19% ao ano), com uma redução de 7,62% ao ano da lucratividade. O que se destaca nesse

⁶³ “[...] a eleição de Salvador Allende para a presidência da República ocorre no marco de uma crise profunda do sistema de dominação chileno, caracterizado pelo aprofundamento das contradições interburguesas e pela escalada ininterrupta do movimento de massas, ao qual se incorporam amplos setores atrasados ou marginalizados de uma participação política real.” (MARINI, 2019, p. 36).

período é a grande queda da taxa de acumulação (-28,29% ao ano) e também a diminuição da produtividade do trabalho (-3,95% ao ano).

Gráfico 19 – Relação Produto-Capital no Chile (1951-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

O governo Allende chegou ao fim através de um golpe militar com o comando do General Augusto Pinochet, até então general-chefe do Exército⁶⁴, que assumiu a presidência do país (1973-1990). Ao contrário de todos os demais países analisados, onde houve um período de crise do PSI e de transição para o neoliberalismo, no caso chileno não houve esse período, na medida em que o governo Pinochet foi responsável por implementar a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” (ANDERSON, 1995, p. 19). O regime ditatorial permitiu e implementou a passagem direta do modelo industrializante para o modelo neoliberal.

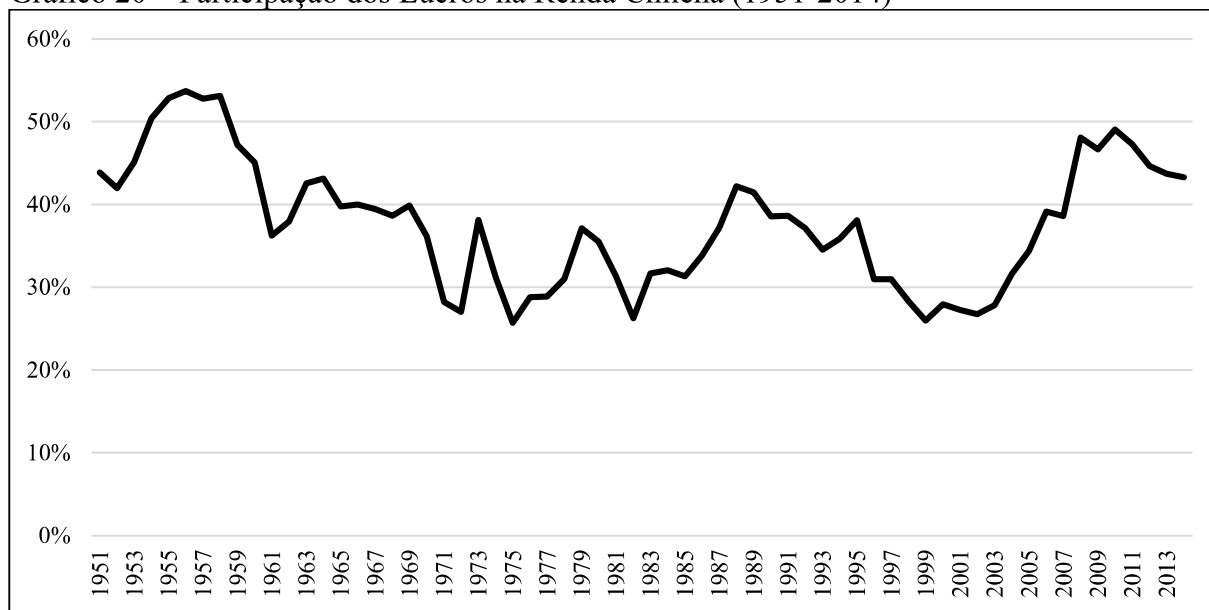
É possível dividir o governo Pinochet em duas fases distintas, uma iniciada com o golpe e encerrada com a crise que eclode em 1982, caracterizada pela implementação no país de reformas neoliberais “duras”; e um segundo período que vai até o fim do regime militar no começo de 1990, onde se adotou uma política mais pragmática para superar os efeitos da grave crise econômica (FFRENCH-DAVIS, 2010).

O principal objetivo da política econômica do início do governo militar era de reduzir a inflação, que vinha numa tendência ascendente. Se em um primeiro momento se praticou uma

⁶⁴ Em 1972 a luta de classes se acirra, com ofensiva da burguesia através de sabotagens e desabastecimento, surgimento de grupos fascistas e um processo de ocupação das fábricas pelos trabalhadores e criação de cordões industriais. A UP busca a conciliação e faz um acordo com o partido político Democracia Cristã e com o alto comando militar, rapidamente rompido.

política gradualista, seu fracasso fez com que se fosse adotado em abril de 1975 um tratamento de choque, com grande redução do gasto público e uma política monetária extremamente restritiva (a base monetária diminuiu em cerca de 20% em 1975). Ao mesmo tempo em que se reduziu momentaneamente a inflação⁶⁵, foram grandes os impactos sobre o desemprego e o produto (EDWARDS, 2000, p. 28-36), este último tendo caído 12,91% no ano. Apesar de certa retomada das taxas de acumulação (4,93% ao ano) e de investimento (19,53% ao ano), a lucratividade teve uma grande queda (-34,08% ao ano). Esse número se torna mais impressionante quando se considera que a lucratividade já vinha em queda desde 1970, o que faz com que o ano de 1975 apresente a menor taxa de lucro da nossa série histórica. Além do contexto interno, essa crise não pode ser desassociada da crise internacional de 1973, que reduziu o preço do cobre e deteriorou os termos de intercâmbio.

Gráfico 20 – Participação dos Lucros na Renda Chilena (1951-2014)



Fonte: Alarco (2017). Elaboração própria

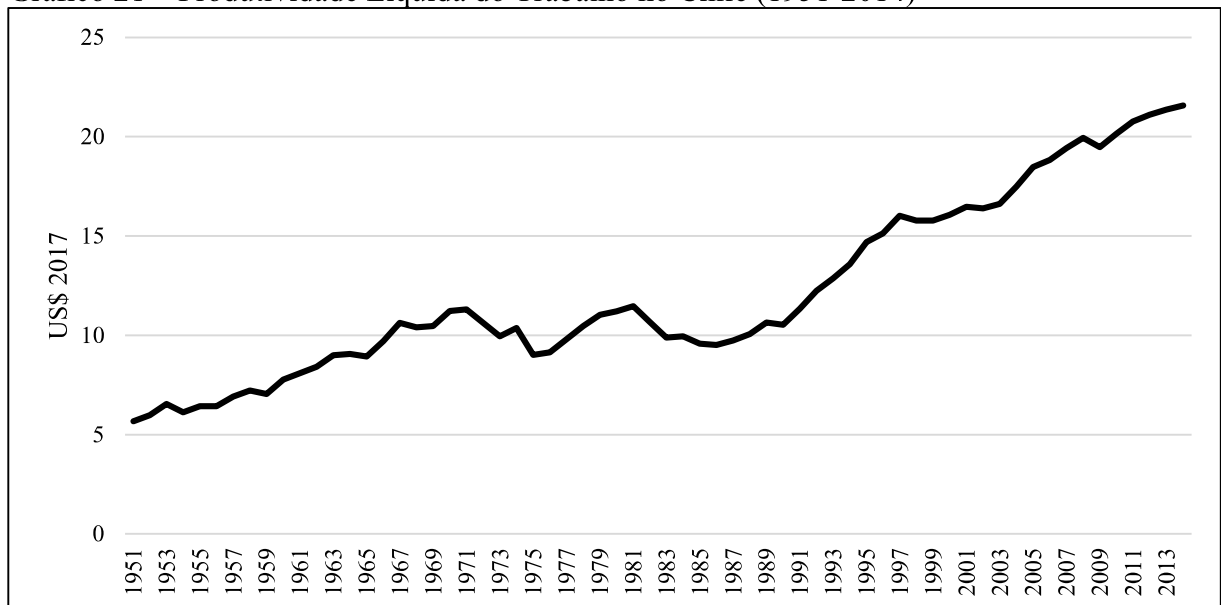
Logo nos primeiros anos uma série de reformas estruturais foram realizadas pelo regime militar, como a abolição do controle de preços, grande liberalização comercial, desregulamentação do mercado financeiro e dos fluxos de capital, redução do setor público e do papel do Estado na economia, privatizações em grande escala, anulação da reforma agrária do período Allende, supressão de grande parte dos direitos sindicais e uma reforma tributária regressiva (embora com eliminação de algumas distorções e fortalecimento da base de

⁶⁵ Apesar do grande choque monetário, a inflação nos anos seguintes voltou a acelerar e só reduziu significativamente com a abertura comercial e a apreciação cambial (LIRA, 2010).

arrecadação) (FFRENCH-DAVIS, 2010, p. 11). Uma nova leva de reformas neoliberais foram realizadas nos anos oitenta, com privatização de empresas de energia e telecomunicações, privatização da previdência social e expansão da educação e saúde privada (DIAZ, 2013, p. 214). A CODELCO, empresa estatal de mineração de cobre formada a partir das empresas estatizadas no período Allende, foi uma exceção no contexto das privatizações e manteve seu status de empresa pública, paradoxo explicado pelo grande fluxo de recursos fornecidos ao governo pela indústria do cobre e sintoma da própria dependência da economia chilena do setor.

Tendo à frente um grupo de economistas chilenos formados na tradição ultraliberal da Universidade de Chicago, conhecidos como *Chicago Boys*, o governo aproveitou o período de grave crise econômica e social do início da ditadura militar para a implementação de um conjunto de reformas em um curto período de tempo, em uma doutrina de choque (KLEIN, 2008). Esse choque aproveita a desestruturação da sociedade civil causada pela crise e transforma as reformas realizadas em mudanças permanentes, antes que a sociedade possa se reorganizar e reagir. No caso chileno o choque se combinou com uma forte repressão a todos aqueles que pudessem fazer oposição às mudanças em curso, constituindo como um grande exemplo de combinação entre autoritarismo político e liberalismo econômico.

Gráfico 21 – Produtividade Líquida do Trabalho no Chile (1951-2014)

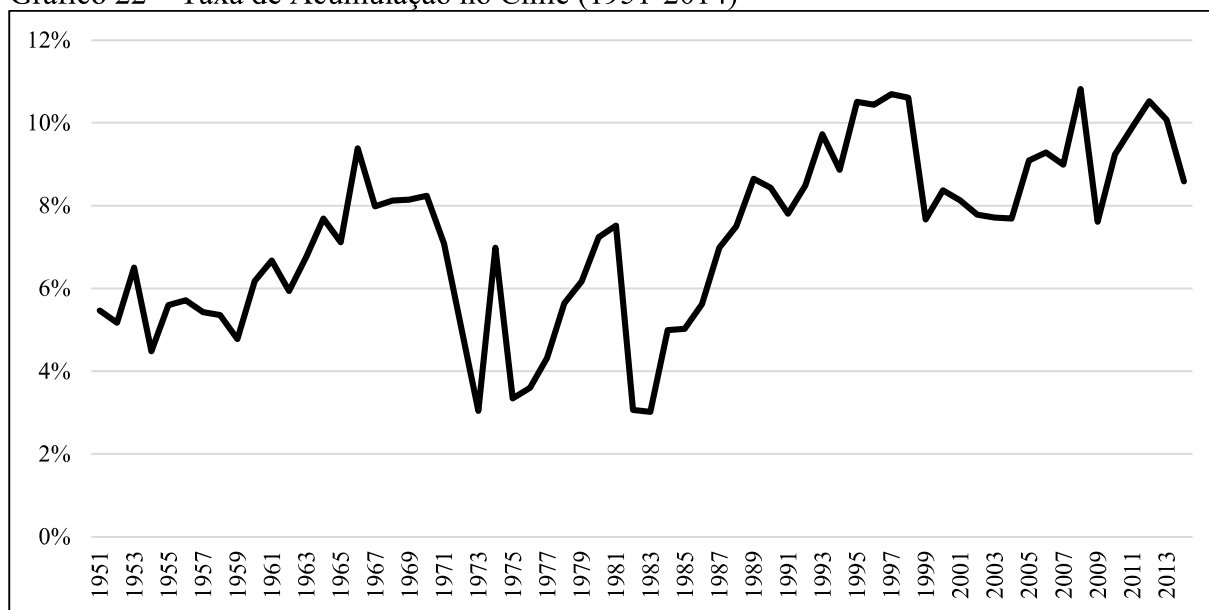


Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

O governo militar adotou uma política de desvalorização salarial, que reverteu a tendência anterior de queda da participação dos lucros na renda. Apesar dessas amplas medidas pró-capital, a taxa de acumulação foi inferior à da década de 1960, e o crescimento econômico

é interpretado por Ffrench-David (2010, p. 17) como espúrio, dado que foi sustentado no endividamento externo, na importação de bens intermediários e de consumo e na expansão dos serviços financeiros. O crescimento econômico da primeira fase do governo Pinochet (1973-1982) foi de apenas 1,67% ao ano, em grande medida pelo grande queda dos primeiros anos (excluídos os três primeiros anos essa taxa vai para 4,14%).

Gráfico 22 – Taxa de Acumulação no Chile (1951-2014)



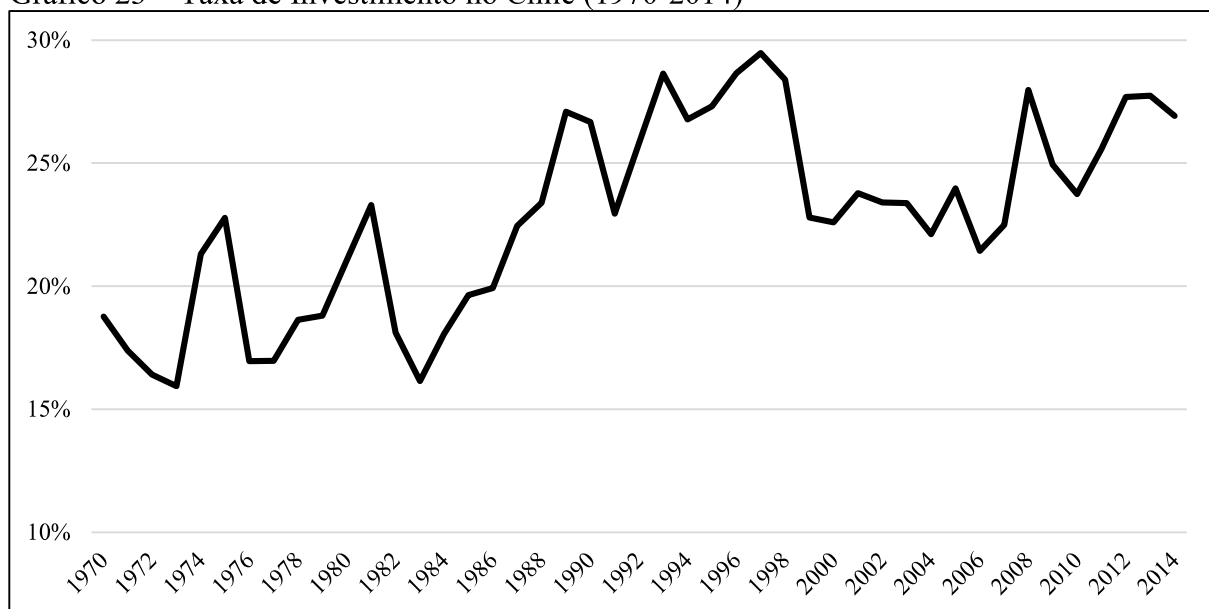
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

A taxa de lucro se elevou a partir de 1975, mas começou a declinar em 1980, em uma dinâmica que resultou na crise de 1982. A crise da dívida de 1982 se deu em um contexto similar aos países vizinhos, apesar do Chile já ter realizado grande parte das reformas posteriormente propostas como solução da mesma crise à região. Foram essas próprias reformas que reforçaram a vulnerabilidade externa do país⁶⁶. Em 1982 a economia chilena se encontrava com elevado endividamento em moeda estrangeira, cuja combinação com a redução da liquidez internacional e a elevação das taxas de juros estadunidenses deflagraram a crise. O abandono do câmbio fixo em 1982 (adotado em 1979) com a desvalorização do peso tornaram as dívidas

⁶⁶ “Finally, great vulnerability in the national economy was generated, which resulted in the severe crisis of 1982. In fact, in view of the passive and neutral domestic policies pursued, the authorities were left with weakened policy tools to deal with external stocks. Furthermore, growing indebtedness and the magnitude of the current account deficit obviously could not have been sustained, even had the international financial crisis not taken place. Consequently, the external sector was placed on a course that would inevitably call for a traumatic adjustment process. The seriousness of this situation was exacerbated, of course, by the fact that during the 1970s the domestic productive base had been weakened given extremely low investment ratios. In fact, the average gross investment ratio fell by almost one-fifth compared to the 1960s and the GDP growth rate diminished proportionally more.” (FFRENCH-DAVIS, 2010, p. 78).

das empresas impagáveis e amplificou a crise bancária, o que se propagou na economia como uma queda abrupta do produto e a aceleração do processo inflacionário (FUGULIN, 2006).

Gráfico 23 – Taxa de Investimento no Chile (1970-2014)



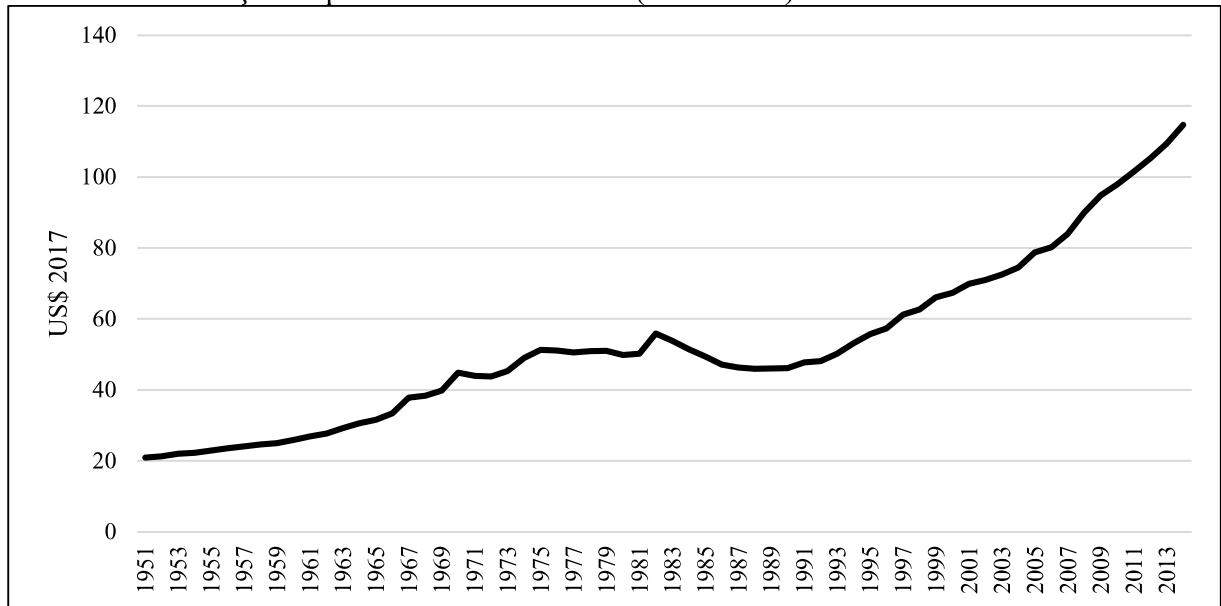
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

A grave situação da crise chilena forçou o governo a realizar uma intervenção mais generalizada na economia, especialmente na reestruturação do sistema financeiro e na nacionalização das dívidas do setor privado. A conjuntura obrigou o governo a mudar sua política econômica para uma condução mais pragmática, fortemente interventora na economia em favor do mercado. Além da regulação do sistema financeiro e da nacionalização da dívida privada, diversos ajustes foram realizados pelo governo na condução da economia, como elevação das tarifas de importação, subsídios para exportações não tradicionais e preços de banda (preços mínimos e máximos) para os principais produtos agrícolas comercializados com o exterior. O colapso econômico permitiu inclusive certa reorganização dos movimentos sociais e sindicais (FUGULIN, 2006; FFRENCH-DAVIS, 2010). A estratégia adotada foi a de diversificar e reforçar a estrutura exportadora, encadeando-a com indústrias processadoras de matérias primas. Desta forma houve um desmantelamento de diversos setores industriais, como o de metalmeccânica e têxtil, mas surgiram novos segmentos associados à exploração e processamento de recursos naturais (DIAZ, 2013). Este é um diferencial da economia chilena em relação as outras economias da região, na medida em que nos demais países o desmonte industrial não teve a mesma substituição parcial por outros tipos de indústrias compatíveis com a nova inserção externa.

Esse novo período da economia chilena põe em xeque o propagado modelo ultraliberal chileno, praticado em sua forma mais ideológica apenas no primeiro período da ditadura, justamente o de pior desempenho econômico. A partir de 1983 a lucratividade na economia chilena retoma a tendência anterior pré-crise, de crescimento até 1989 (10,31% ao ano), puxada especialmente pela elevação da participação dos lucros na renda (6,75% ao ano), que tinha caído na etapa anterior. O balanço desse segundo momento da ditadura é bastante positivo em termos de crescimento econômico (4,94% ao ano) e de recuperação das taxas de investimento e acumulação (crescimento anual médio de 5,92% e 15,99% respectivamente), apesar do baixo valor médio dessas últimas.

Em termos de crescimento econômico, assim como no caso da economia colombiana, a década de 1980 não se constituiu como uma “década perdida” (ou mesmo de “retrocesso”). No entanto, a produtividade do trabalho teve uma leve redução (-0,04% ao ano), que podemos definir como de estagnação, e a relação capital-trabalho sofreu uma queda de 2,73% ao ano, o que aponta para uma desmecanização da economia. Esses são indicadores que demonstram as dificuldades e as transformações produtivas da economia durante a década.

Gráfico 24 – Relação Capital-Trabalho no Chile (1951-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

Considerando a totalidade do período militar (1973-1989), o crescimento econômico (3,09% ao ano) foi abaixo da média de todo o período analisado (4,02% ao ano) e do período entre 1951 e 1973 (3,55% ao ano). Em comparação a esse primeiro período da economia chilena, de vigência do processo de substituição de importações, a produtividade do trabalho

também teve um fraco desempenho, crescendo apenas 0,42% ao ano, bem inferior ao patamar do período anterior de 2,57%. Acompanhando o menor crescimento econômico e a menor taxa de acumulação, a lucratividade também teve um valor médio (9,40%) abaixo da fase anterior (13,94%). Com esses valores é possível afastar qualquer interpretação que visualize a ditadura de Pinochet como um grande sucesso econômico. O que se destaca na performance econômica do país durante a ditadura, quando comparada com as das demais economias estudadas, é o crescimento da década de oitenta. No entanto, esse crescimento apenas compensou o fraco desempenho da década inferior.

Um dos principais objetivos do neoliberalismo, a interrupção da queda da taxa de lucro, foi atingido, que inclusive chega a se recuperar parcialmente ainda durante a ditadura. Nos anos oitenta o neoliberalismo já estava consolidado no país, inclusive como política de Estado, através da constituição chilena de 1980, vigente até a atualidade.

Com o fim da ditadura militar o cenário político foi dominado pela *Concertación de Partidos por la Democracia* (Coalização de Partidos pela Democracia), uma coalização eleitoral de centro-esquerda que governou o Chile entre 1990 e 2010. A década de 1990 foi um período de grande prosperidade da economia chilena, onde o produto cresceu entre 1989 e 2002 a uma média anual de 5,62%. Nenhuma mudança radical foi realizada na política econômica, marcada pela continuidade do neoliberalismo, mas se buscou executar “reformas das reformas” para conciliar estabilidade macroeconômica com melhoria dos indicadores sociais. Se realizou uma reforma tributária, com reintrodução da taxa dos lucros (abolida em 1988), uma reforma trabalhista que favoreceu os trabalhadores e se elevou significativamente o salário mínimo (23% entre 1989 e 1993) (FFRENCH-DAVIS, 2010). Houve uma redução na participação dos lucros na renda durante a década, correspondente ao esforço de realizar uma melhora na distribuição de renda e reduzir a pobreza.

Nesse período (1989-2002) a lucratividade teve um comportamento de queda (-2,94% ao ano), refletindo a diminuição da participação dos lucros (-3,32%), não compensada pela tímida elevação da relação capital-produto (0,39% ao ano). Essa redução da participação dos lucros faz sentido em um contexto de busca de legitimidade para o novo sistema político democrático, após quase duas décadas de regime repressivo que resultaram em um país altamente desigual. No entanto, mesmo com a queda, o valor médio da taxa de lucro (10,99%) é superior ao vigente nas duas fases anteriores. Isso ocorre na medida em que a lucratividade apresentou um comportamento muito mais estável, onde o declínio se concentra a partir da segunda metade da década de 1990, no contexto das crises financeiras das economias latino-americanas (Argentina em 1994, Brasil em 1999 e México em 2001).

Em termos de crescimento econômico o período 1989-2002 foi o mais próspero entre aqueles selecionados, em um valor anual médio de 5,62%. Enquanto as outras economias sul-americanas realizavam as reformas liberalizantes, no Chile essas reformas já tinham acontecido e seus “custos de transição” já tinham sido pagos durante as duas décadas anteriores. A economia chilena já estava preparada para a nova fase de inserção internacional do subcontinente, o que trouxe uma vantagem comparativa para o país. A taxa de acumulação teve um desempenho médio muito superior à aquela vigente durante o governo Pinochet, assim como a produtividade do trabalho e a relação capital-trabalho, que após praticamente duas décadas de estagnação voltam a ter trajetórias ascendentes.

A taxa de crescimento da economia chilena no período 2002-2010 foi de 4,47%, se aproximando das performances dos outros países estudados. Ocorreu uma grande recuperação da lucratividade (9,32% ao ano), puxada pelo aumento da participação dos lucros na economia. Se no Brasil e na Argentina esse foi um período de redistribuição de renda e aumento da parcela salarial, no Chile essa tendência é oposta. Se aproveitou o contexto da situação econômica externa favorável, que elevou o preço dos produtos exportados chilenos, para reverter a distribuição realizada no período da redemocratização e aumentar a taxa de lucro, que retornou ao nível elevado do final da década de 1970.

A partir de 2011, assim como no Brasil, se estabeleceu uma tendência de desaceleração da economia, que embora tenha mantido um valor médio de crescimento do produto próximo ao período anterior (4,30% ao ano), a queda anual de 5,51% da lucratividade já apontava a grande desaceleração do crescimento que se iniciava e que se intensificou após 2014⁶⁷. Essa queda da lucratividade é explicada pelo comportamento negativo de ambos os componentes. Apesar do comportamento de queda, as taxas médias de lucro e acumulação são as maiores entre os períodos selecionados da série histórica.

Analisando o período como um todo (1951-2014), a propagada experiência de sucesso do crescimento econômico chileno é questionável, na medida em que sua taxa média foi de 4,02%, inferior a aquela obtida pelo Brasil (4,91%), Colômbia (4,27%) e próxima a do Peru (3,91%). O que se destaca no desempenho da economia chilena é o crescimento obtido nas décadas de 1980 e 1990, substancialmente superior ao alcançado pelos demais países. No entanto, na década de 1970 o desempenho da economia é inferior, na medida em que é a década

⁶⁷ Essa situação explode socialmente nos massivos protestos de 2019, dado que a situação social piora consideravelmente em um país extremamente desigual sem que haja um sistema de seguridade social para “amortecer” a desaceleração econômica. O alto custo de vida (ou seja, os baixos salários reais) e o sistema previdenciário implementado na ditadura militar são algumas das causas dos protestos.

onde se realizam as transformações estruturais neoliberais que posteriormente seriam realizadas nos outros países, não tornando a década de 1980 uma “década perdida”. A própria produtividade do trabalho, relativamente elevada, cresceu a uma taxa média (2,14% ao ano) inferior a brasileira (2,35% ao ano). Outro forte argumento contrário ao “modelo chileno” é o fato de que sua economia é baseada na exploração e exportação de cobre e outras *commodities*⁶⁸, abundantes em um pequeno país com uma pequena população, tornando seu exemplo impossível de ser replicado para o conjunto do subcontinente. Por fim, a implementação autoritária e prematura das reformas liberalizantes, com uma estratégia de inserção externa melhor definida, contribuíram para o melhor desempenho do capitalismo neoliberal no Chile.

Há diversos elementos que tornam a economia chilena um caso *sui generis* entre os países analisados. Além da implementação prematura do neoliberalismo, com ausência de um período de transição, é o único país selecionado onde há elevação das taxas de lucro e de acumulação durante o período analisado, assim como é o único onde há aumento da taxa média de crescimento do produto no neoliberalismo, quando comparado ao período do PSI. Os resultados encontrados validam a importância da lucratividade como determinante do investimento, da acumulação e do crescimento econômico, visto que a dinâmica da taxa de lucro corresponde a dinâmica das demais variáveis, assim como se relaciona com as transformações estruturais da economia.

4.1.4 Colômbia

O único trabalho disponível encontrado que analisa a lucratividade na economia colombiana é o de Moya, Lubert e Garzón (2012), onde os autores investigam a lucratividade e o investimento na indústria no departamento de Caldas e na sua capital, Manizales, entre 1985 e 2001. Além deste trabalho há também um *preprint* de Garcia (2020), que analisa a lucratividade na Colômbia com auxílio de ferramentas econométricas entre 1964 e 2007, mas conforme seu caráter de pré-publicação, o mesmo não se encontra disponível. Dado a especificidade do primeiro e a indisponibilidade do segundo, não há nenhum artigo disponível que sirva de comparação às nossas estimações. Neste sentido, a análise realizada na presente subseção contém, de acordo com as nossas pesquisas, uma contribuição até então original.

⁶⁸ “El carácter mundial de la acumulación de capital se confirma, además de en una alta correlación entre tasa de ganancia y precio internacional del cobre, en un comportamiento de la rentabilidad cuyos años críticos coinciden con las crisis vividas en la generalidad de los países periféricos entre 1998 y 2002, así como también con la crisis general iniciada en 2008-2009.” (MAITO, 2012, p. 63).

O desenvolvimento histórico da economia colombiana segue em grande medida o das demais economias estudadas. Se até a crise de 1929 predominava na economia colombiana um modelo primário-exportador, com baixo desenvolvimento industrial, os choques externos provocaram uma diversificação produtiva. Essa primeira fase da industrialização, vigente até 1945 foi mais um resultado da crise mundial e das respostas pragmáticas dos governos do que um esforço consciente de industrialização. Foi a partir de 1945, até 1974, que essa industrialização passou a ser efetivamente dirigida pelo Estado, em um esforço industrializante consciente (SILVA, 2013). Deste modo, o intervalo analisado no presente trabalho se inicia com a vigência do processo de substituição de importações.

Podemos separar a história da economia colombiana durante o período estudado em quatro períodos: 1) um primeiro de vigência do processo de substituição de importações (1950-1973); 2) um período de crise do PSI e de transição para um novo modelo de desenvolvimento (1973-1990); 3) um período de abertura econômica e de realização das reformas neoliberais (1990-2000); 4) e um último período de manutenção do modelo neoliberal, mas em um contexto regional e internacional favorável, com crescimento econômico relativamente elevado (2000-2014).

Tabela 7 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Colômbia

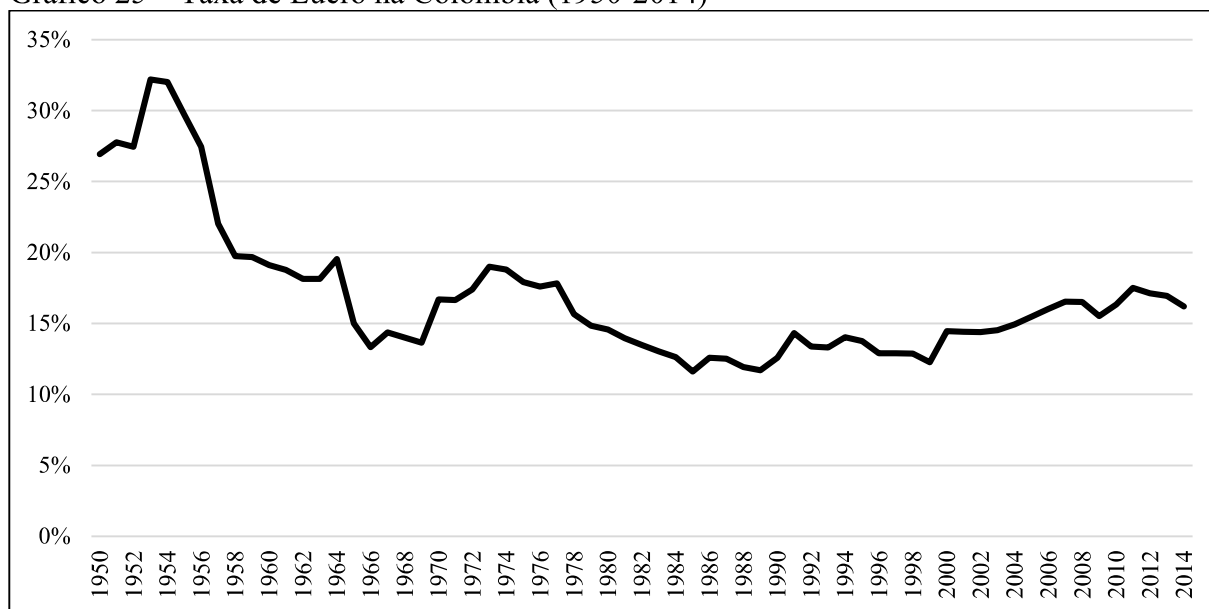
Período	X_2	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	4,27	-0,79	-0,69	-0,10	1,59	-0,46	-	1,45
1950-1973	5,10	-1,50	-1,25	-0,25	2,80	-0,56	-	2,92
1950-1966	4,56	-4,29	-2,75	-1,58	2,61	-1,45	-	3,33
1966-1973	6,34	5,18	2,26	2,86	3,22	1,52	-	2,00
1973-1990	4,05	-2,40	-1,87	-0,53	1,21	-1,54	0,56	1,48
1973-1985	3,83	-4,01	-2,51	-1,54	1,22	-1,83	1,23	2,13
1985-1990	4,59	1,60	-0,32	1,92	1,20	-0,85	-1,03	-0,07
1980-1990	3,41	-1,45	-2,26	0,82	0,82	-2,32	0,13	1,37
1990-2014	3,63	1,06	0,71	0,34	0,72	0,42	-0,32	0,04
1990-2000	2,65	1,41	0,26	1,14	-0,41	-4,45	-4,76	-0,21
2000-2014	4,34	0,81	1,04	-0,22	1,53	4,04	2,98	0,22
2000-2011	4,30	1,75	1,73	0,02	1,09	5,09	3,39	-0,52
2011-2014	4,51	-2,54	-1,47	-1,09	3,17	0,31	1,50	2,96

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: X_2 = produto interno bruto em preços constantes; r = *proxy* da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

O comportamento da taxa de lucro na economia colombiana segue uma configuração similar à aquela observada na Argentina, no Brasil e no Peru (analisado na subseção seguinte). Considerado todo o período analisado (1950-2014), é identificado um comportamento de queda da taxa de lucro, em uma média anual de -0,79%. Essa queda se deve na sua grande maioria ao componente da relação produto-capital, que decresceu anualmente 0,69%, constituindo mais um país onde a queda tendencial da taxa de lucro pode ser empiricamente observada e cuja explicação se encontra no componente tecnológico. Grande parte dessa queda se concentra na primeira década da série histórica, em uma tendência que persiste de maneira menos acentuada até 1985. A partir de 1985 a tendência se inverte e a lucratividade volta a crescer, apesar de não recuperar o patamar da década de 1950.

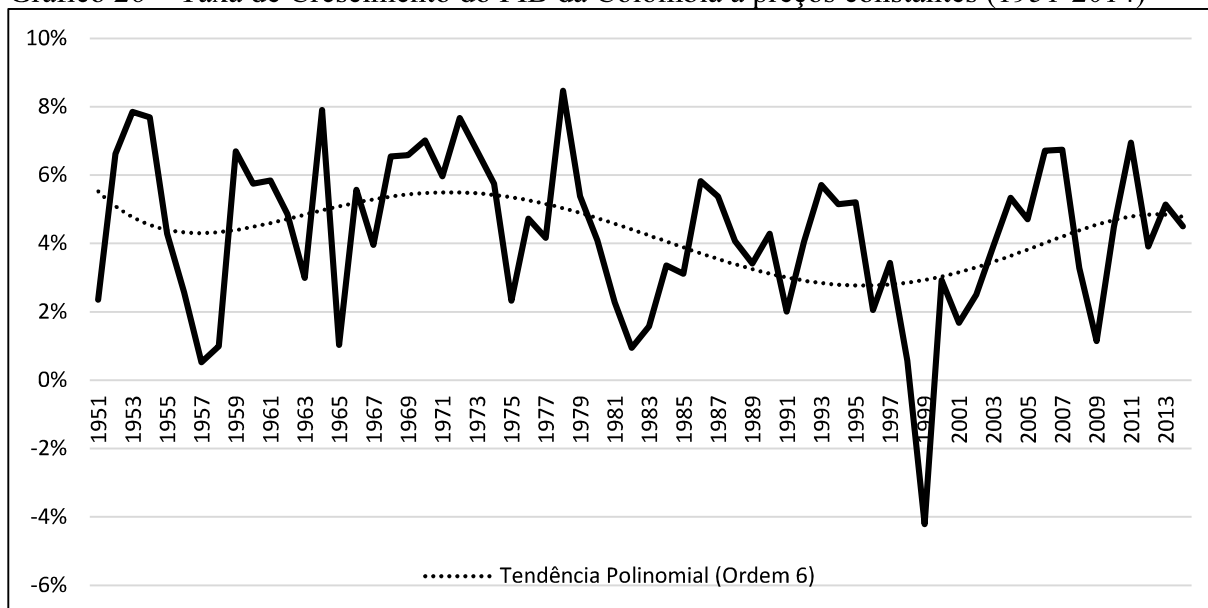
Gráfico 25 – Taxa de Lucro na Colômbia (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

O crescimento econômico da economia colombiana no período 1950-2014 é de 4,27% ao ano, atrás apenas do desempenho brasileiro entre as economias analisadas. O que se ressalta na performance de crescimento da economia colombiana é o fato de apresentar apenas um ano de crescimento negativo (1999), apesar da grande variação cíclica. Dentre os quatro períodos históricos identificados, se destaca negativamente aquele referente à década de 1990, período de realização das reformas neoliberais, onde o produto cresceu 2,65% ao ano. Nos outros três períodos não há grande discrepância na média de crescimento dos produtos, sendo de 5,10% no PSI, 4,05% no período de transição e 4,34% no período de manutenção do neoliberalismo e *boom das commodities*.

Gráfico 26 – Taxa de Crescimento do PIB da Colômbia a preços constantes (1951-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

A situação política da Colômbia é complexa, atravessada pelo conflito armado entre o governo e diversas guerrilhas, sendo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC, 1964-2017) a principal. Essa situação se iniciou em 1948, com o assassinato de um importante líder popular. Em 1953 ocorreu um golpe de Estado, se estabelecendo uma ditadura militar até 1957. Segundo Ospina (2018), entre 1948 e 1957 foram assassinados 300 mil colombianos, quase todos camponeses. A partir de então se alternaram na presidência, até 2010, o Partido Liberal e o Partido Conservador, em um aparente regime democrático, constituindo governos historicamente próximos aos Estados Unidos. No entanto, para o autor, se constituiu um terrorismo de Estado no país, na medida em que nesse período foram assassinados quatro candidatos à presidência, assim como 2500 filiados da *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT) entre 1987 e 1999, para citar alguns exemplos. Assim, o desenvolvimento capitalista que discutiremos a seguir tem como plano de fundo esse regime autoritário e repressivo.

A partir de 1950 ocorreu uma queda significativa da participação da produção primária (agricultura e mineração) no produto, mas que se refletiu em um crescimento maior do setor de serviços. Associado a esse fenômeno houve um intenso processo de êxodo rural e urbanização. Em termos de pauta exportadora, o principal produto era o café, dominância que se manteve até o final da década de 1980⁶⁹. O desenvolvimento econômico colombiano se relaciona

⁶⁹ Entre 1950 e 1954 o café representa 78,9% das exportações. A partir desse período há uma trajetória de queda da importância relativa desse produto na pauta exportadora, embora no período 1985-1989 ainda represente 37% do total exportado. No período subsequente o café é substituído em importância pelo petróleo e o carvão (VILLAR; ESGUERRA, 2005).

diretamente com o comportamento do comércio exterior, na medida em que os termos de troca e o volume exportado impactam fortemente na determinação dos ciclos econômicos e nas transformações produtivas do país (VILLAR; ESGUERRA, 2005). Até hoje essa dependência da exportação de *commodities* se mantém⁷⁰, embora não possa ser descartada a importância do investimento e da demanda interna no crescimento econômico do país.

Tabela 8 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Colômbia

Período	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	16,90%	0,334	50,01%	9,382	8,82%	-	36,268
1950-1973	20,78%	0,394	51,97%	6,755	10,07%	-	27,244
1950-1966	22,76%	0,416	54,17%	6,149	10,24%	-	25,059
1966-1973	15,64%	0,338	46,12%	8,116	9,57%	-	32,262
1973-1990	14,57%	0,316	45,92%	10,207	9,25%	27,18%	40,351
1973-1985	15,46%	0,334	46,08%	9,875	9,64%	26,33%	38,694
1985-1990	12,16%	0,270	45,09%	10,992	8,21%	29,31%	44,670
1980-1990	12,79%	0,291	44,08%	10,663	8,83%	28,68%	43,069
1990-2014	14,77%	0,289	51,05%	11,378	7,32%	24,51%	42,262
1990-2000	13,34%	0,270	49,42%	11,162	7,28%	25,91%	44,018
2000-2014	15,80%	0,302	52,36%	11,498	7,18%	22,97%	41,068
2000-2011	15,56%	0,297	52,46%	11,158	6,93%	22,65%	40,477
2011-2014	16,95%	0,324	52,24%	12,689	8,24%	24,24%	42,888

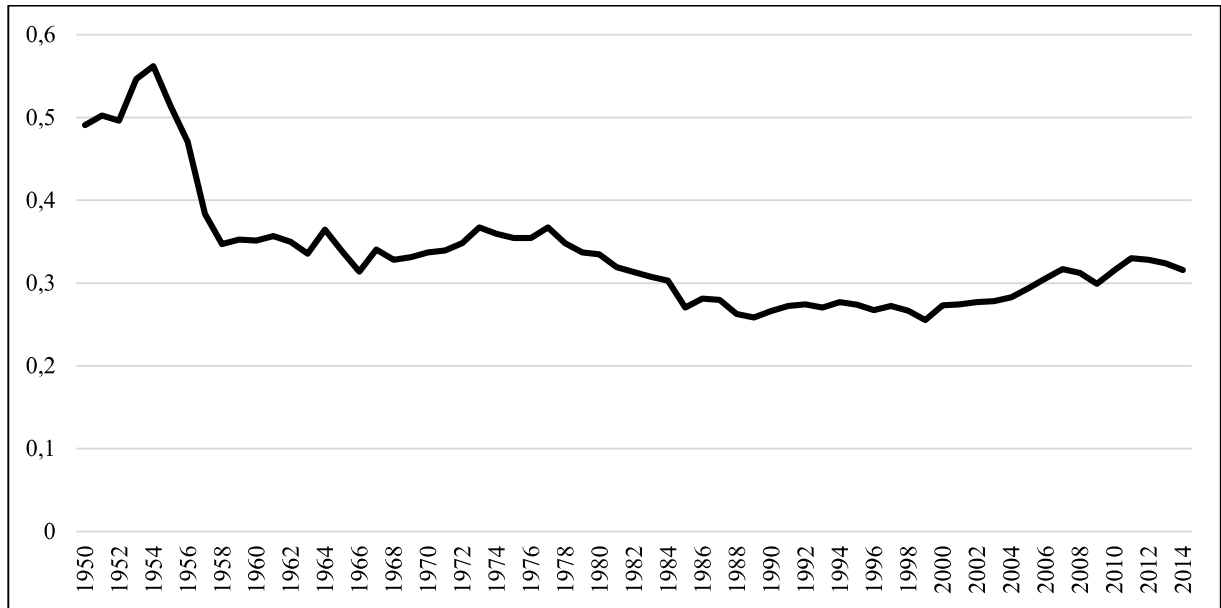
Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: r = *proxy* da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

Depois de uma elevação da lucratividade nos primeiros anos da nossa série histórica (1950-1953), há um período de queda rápida e acentuada da taxa de lucro até 1966, de forma muito similar ao comportamento que observaremos na série da economia peruana. Considerado esses primeiros dezesseis anos, a taxa de lucro recuou 4,29% ao ano. Apesar da grande queda, esse é o intervalo com a maior lucratividade média no período estudado (22,76%). Essa retração da lucratividade em grande medida se deveu a diminuição abrupta da relação produto-capital entre 1954 e 1958, conforme é possível observar no Gráfico 27.

⁷⁰ A Colômbia é o terceiro maior território da América do Sul e constitui um país com abundância de recursos naturais, com parte significativa de terras agricultáveis e exportador líquido de energia. Isso se reflete no perfil produtivo da economia, onde a exportação de produtos primários ganha importância (SILVA, 2013, p. 287).

Gráfico 27 – Relação Produto-Capital na Colômbia (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

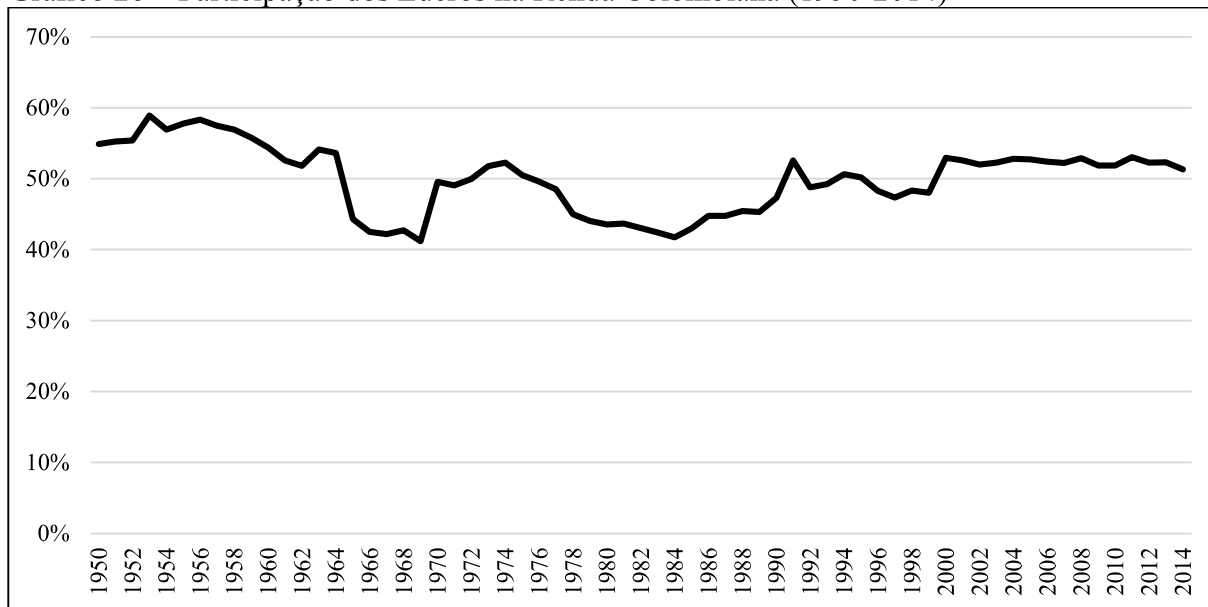
Entre 1966 e 1973 houve uma retomada da lucratividade (5,18% ao ano), em um período de elevado crescimento do produto (6,34% em média). Nesses dois subperíodos (1950-1966 e 1966-1973), a taxa de acumulação acompanhou em alguma medida a lucratividade. Se destaca nesse primeiro período da economia colombiana (1950-1973) a elevada taxa de crescimento do produto interno bruto (5,10% ao ano) e o crescimento acelerado da produtividade do trabalho (2,80% ao ano), assim como da relação capital-trabalho (2,92%). O processo de mecanização e de elevação da produtividade do trabalho são típicos de um processo de industrialização. O período de vigência do PSI é aquele, entre os períodos selecionados, de maior crescimento econômico da Colômbia.

Apesar do crescimento elevado, as críticas ao modelo de desenvolvimento de industrialização dirigida pelo Estado se fortaleceram durante a década de 1960, em um debate que apontava as limitações do mercado interno e a necessidade de uma inserção externa mais favorável. As sucessivas crises externas que a economia passava, em um crescimento econômico instável característico (*stop and go*), embora sem taxas negativas de crescimento a partir de 1950, sustentavam as críticas liberais. Associado com a aceleração da inflação⁷¹, os governos de Misael Pastrana Borrero (1970-1974) e Alfonso López Michelsen (1978-1982) passaram a defender e adotar políticas liberalizantes. A elevação da inflação causada pelo

⁷¹ Uma das especificidades da Colômbia em relação a outros países da América do Sul é de que o país não passou por nenhum processo hiperinflacionário, mantendo a inflação em patamares moderados (SILVA, 2013, p. 290).

choque do petróleo foi respondida com um ajuste fiscal nas contas públicas e adoção de controles sobre o endividamento externo privado (SILVA, 2013).

Gráfico 28 – Participação dos Lucros na Renda Colombiana (1950-2014)

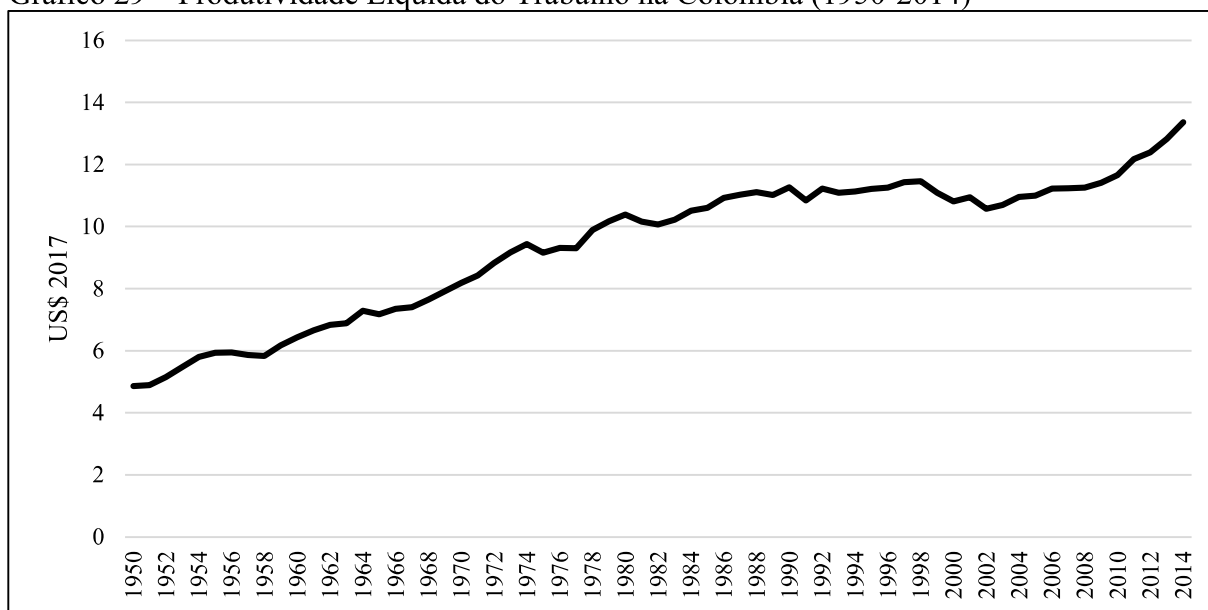


Fonte: Alarco (2017). Elaboração própria

A adoção dessas medidas, que marcaram um período de esgotamento e encerramento do PSI, acompanhou a redução das taxas de crescimento. Entre 1973 e 1990 o PIB desacelera e passa a crescer em média 4,05% ao ano, patamar inferior ao valor médio da fase anterior. No período 1973-1985 a taxa de lucro diminuiu anualmente 4,01%, atingindo no último ano o menor valor da nossa série histórica. A posterior recuperação da lucratividade não consegue retomar o patamar vigente em 1973.

Se nos demais países da região a crise da dívida da década de 1980 resultou em uma “década perdida”, não foi este o caso da Colômbia. Além de ter uma taxa de crescimento comparativamente razoável na década (3,41% ao ano), o melhor indicador que mostra o relativo bom desempenho econômico do país é a produtividade do trabalho, que ao contrário dos países que tiveram retração (Argentina, Brasil e Peru) ou estagnação (Chile), passou apenas por uma desaceleração do ritmo de crescimento (0,82% ao ano). Isso se deve porque a crise atingiu uma economia que estava em uma situação de vulnerabilidade externa menor do que a dos outros países da região (dado os mecanismos de controle adotados anteriormente, que limitaram o endividamento externo). Apesar disso, a crise financeira decorrente fez com que o governo nacionalizasse muitas instituições financeiras e revertesse a liberação comercial (promovidas no governo de Julio César Turbay (1978-1982) até 1981) durante o governo de Belisario Betancur (1982-1986) (SILVA, 2013).

Gráfico 29 – Produtividade Líquida do Trabalho na Colômbia (1950-2014)



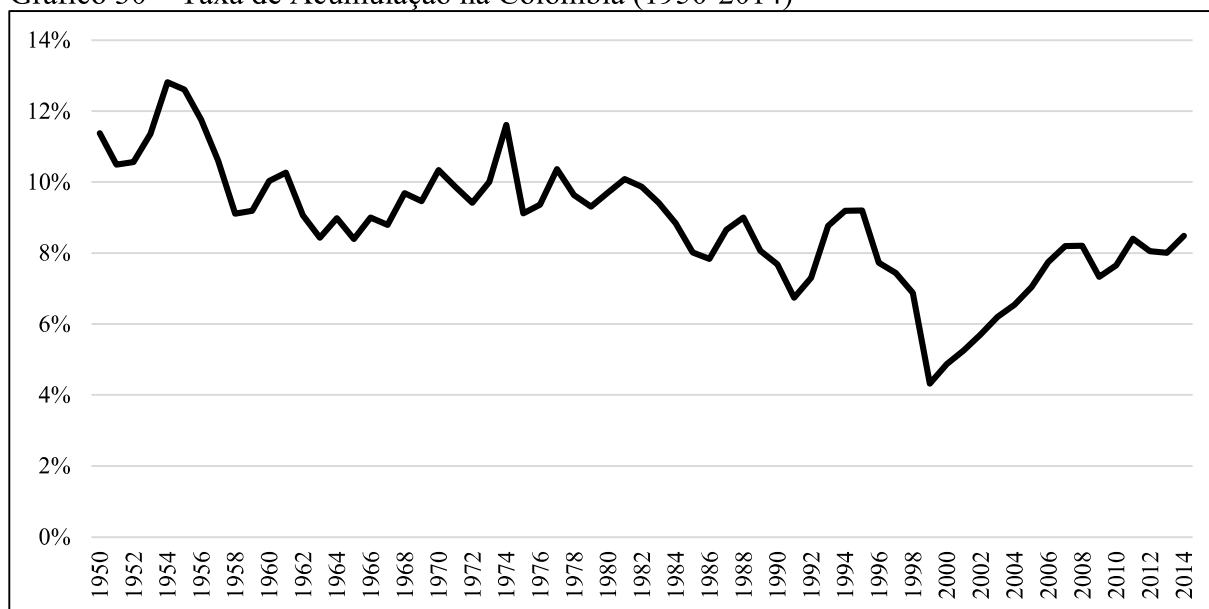
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Conforme foi solucionado o problema das contas externas, o país retomou as políticas liberalizantes, que se intensificaram a partir de 1990. Foi a partir do governo de César Gaviria (1990-1994) que chegou ao fim as restrições ao IED, tornou-se independente o Banco Central, encerrou-se o aparato de direcionamento de crédito, liberalizou-se as taxas de juros, privatizou-se as empresas estatais e se abriu a conta financeira (SILVA, 2013, p. 297). O crescimento da década de 1990 é decepcionante quando analisado historicamente, de apenas 2,65% ao ano. Uma das razões dessa desaceleração é a grande queda da taxa de investimento a partir de 1995. A crise financeira russa de 1998 se propagou por uma economia já debilitada e a resposta equivocada do Banco Central de defesa do câmbio intensificou seus efeitos, retraindo consideravelmente o produto em 1999 (-4,20%).

A partir da década de 1990 a Colômbia, assim como os demais países da América do Sul, passa pelo fenômeno da desindustrialização, entendida como precoce (iremos discutir esse processo na seção posterior), de perda de participação industrial no produto e no emprego. Essa dinâmica pode ser percebida no comportamento da relação capital-trabalho, que em 2008 se encontrava no patamar de 1980. A partir de 2009 essa variável voltou a crescer, mas em 2014 ainda não tinha alcançado o valor de 1999, o pico da série histórica. A produtividade do trabalho é uma variável que recuou nos anos noventa (0,41% ao ano), especialmente devido à crise do final da década. Se até 1985 a tendência da lucratividade foi de queda, a partir desse ano a tendência se inverteu, crescendo 1,60% ao ano até 1990 e 1,06% ao ano entre 1990 e o final da série histórica. Este é um resultado que mostra o sucesso parcial, da perspectiva dos capitalistas,

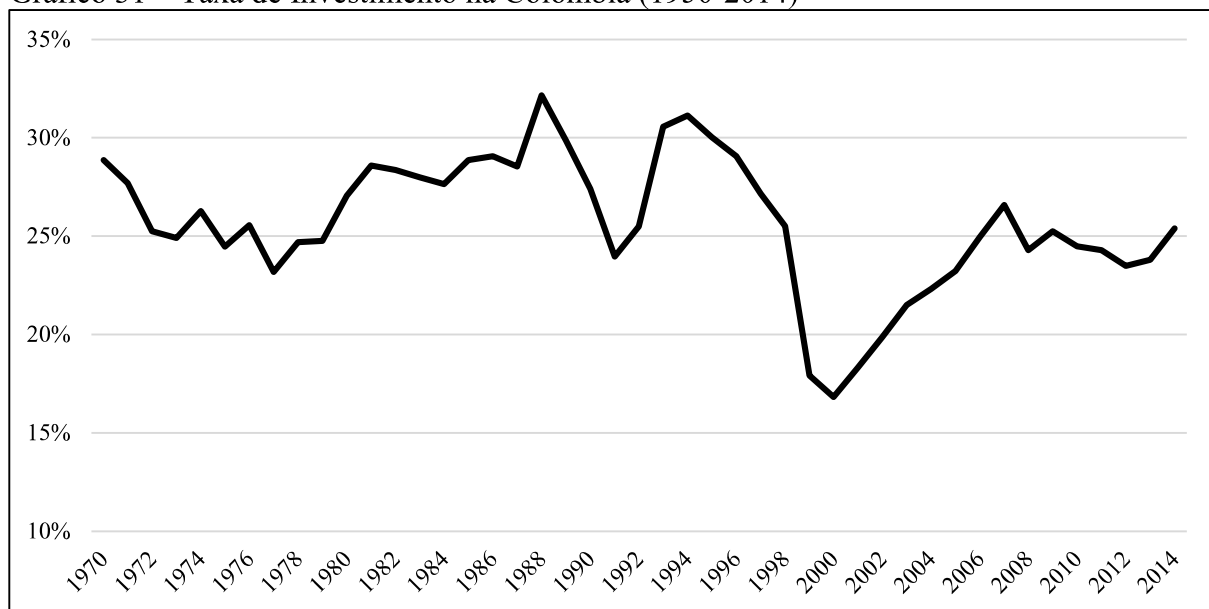
das políticas neoliberais, na medida em que elas interromperam e reverteram a tendência de queda do período anterior.

Gráfico 30 – Taxa de Acumulação na Colômbia (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Gráfico 31 – Taxa de Investimento na Colômbia (1950-2014)



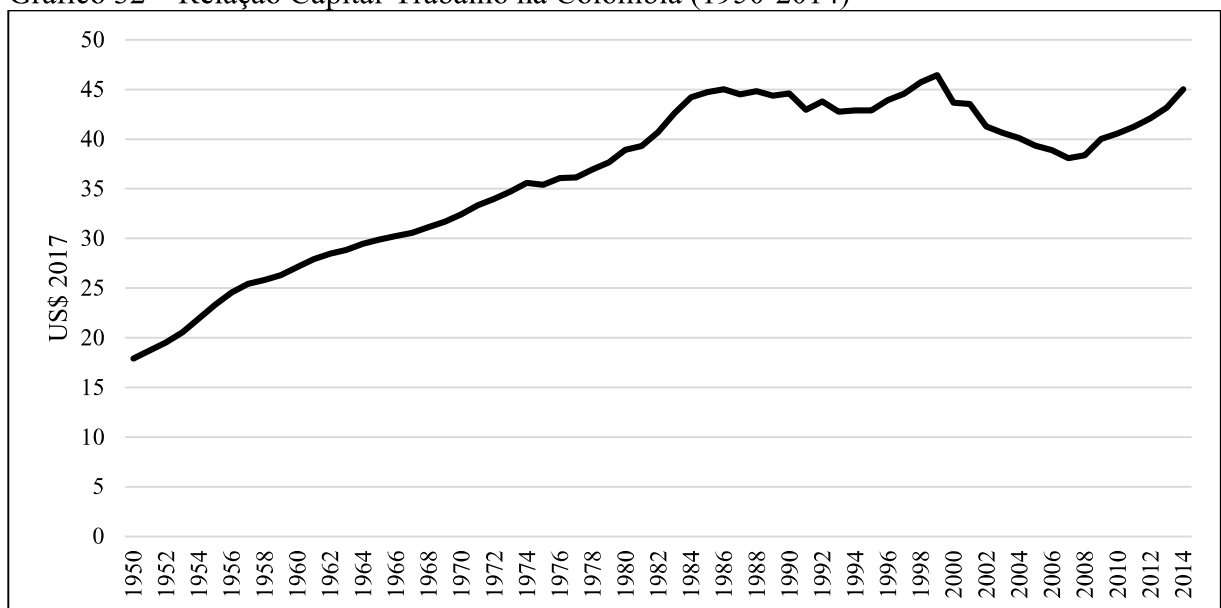
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

A partir de 2000 as taxas de crescimento da economia se elevaram, em uma média de 4,34% até 2011, acompanhando a recuperação das taxas de lucro, investimento e acumulação. Essa dinâmica se deve em grande parte ao *boom* das *commodities*, na medida em que apesar da recuperação, as taxas de acumulação e de investimento permaneceram em níveis historicamente

reprimidos⁷². Após uma grande queda no final da década, essas variáveis vão se recuperando lentamente até 2007, onde se estabilizam em um patamar comparativamente baixo. Curiosamente foi a partir de 2008 que a produtividade do trabalho e a relação capital-trabalho voltaram a crescer, interrompendo a semiestagnação da produtividade do trabalho que vinha desde 1980 e a queda da relação capital-produto iniciada em 2000. Esses resultados fizeram com que o crescimento não se desacelerasse no período 2008-2011, ao contrário do ocorrido nas economias de Argentina, Brasil e Peru. Também contribuíram para isso o fato das taxas de acumulação, investimento e de lucro se terem se mantido estáveis. No entanto, a tendência de redução da lucratividade (-2,54% ao ano) já apontava para a redução das taxas de crescimento que ocorreram nos anos posteriores a 2014 (que fogem do escopo do trabalho).

Entre os países analisados, a Colômbia é o único que não teve no início do século XXI um governo de centro-esquerda. Há deste modo uma estabilização muito forte no período 2000-2014 da participação dos lucros na renda, em um patamar, entre as economias analisadas, inferior somente ao do Peru.

Gráfico 32 – Relação Capital-Trabalho na Colômbia (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Analisando todo o período estudado, o crescimento econômico médio foi relativamente alto (4,27%) e dentre os países analisados, inferior somente ao do Brasil (4,91%). Esse

⁷² “La fase ascendente del tercer ciclo, entre 2003 y 2014, incluyó no solamente el auge de términos de intercambio más fuerte y prolongado de la historia de Colombia, sino su combinación con abundantes flujos de capital.” (OCAMPO, 2020, p. 104).

crescimento econômico foi relativamente estável no longo prazo (apesar da grande flutuação cíclica) quando comparado aos outros países. Dos quatro períodos apontados, o correspondente ao da década de noventa é o de menor crescimento econômico, assim como o de menor valor médio da lucratividade. Uma das especificidades do desenvolvimento histórico colombiano é o relativo bom desempenho econômico da década de 1980, com crescimento da produtividade do trabalho e crescimento econômico razoável (3,41% ao ano). É possível dizer que o comportamento da lucratividade acompanha, em certa medida, tanto as transformações estruturais da economia quanto as taxas de crescimento do país, assim como se reflete no desempenho da taxa de acumulação.

No longo prazo há uma tendência de queda da taxa de lucro, que é acompanhada pela taxa de acumulação. A redução da lucratividade ocorre pela ação do componente tecnológico (a relação produto-capital), enquanto a participação dos lucros na renda se mantém relativamente estável em torno de um patamar médio de 50%, com pequenas flutuações cíclicas. Outro resultado que mostra a atuação do progresso técnico na redução da taxa de lucro é o comportamento da relação capital-trabalho (*proxy* da composição técnica do capital), na medida em que o período que mantém uma tendência ascendente (até 1985) é também onde a lucratividade mais cai, enquanto no período posterior em que o comportamento da relação capital-trabalho é vacilante (e considerado como um todo, de estagnação) é quando a taxa de lucro se recupera. Esses resultados confirmam a atuação da LQTTL na economia colombiana e abrem espaço para investigações mais aprofundadas acerca da dinâmica da reprodução do capital no país.

4.1.5 Peru

Foram encontrados somente dois trabalhos que estimam e analisam a lucratividade na economia peruana. Garcia (2013) utiliza a lucratividade para investigar o crescimento econômico no país entre 1990 e 2010, enfocando o período de crescimento acelerado entre 2002 e 2010. Nas suas estimações houve uma elevação da taxa de lucro no período, que se relaciona com a aceleração do crescimento da economia peruana. Lust (2019) analisa o desenvolvimento capitalista no Peru entre 1980 e 2016, caracterizado como um país onde coexiste uma economia avançada e uma economia de subsistência (intimamente relacionadas). O autor estima uma taxa de lucro a partir da PWT 8.1, cuja tendência de elevação é explicada pelo aumento da exploração da força de trabalho (redução dos direitos trabalhistas, principalmente) e da

utilização da inflação como um mecanismo de redistribuição, assim como pela elevação dos preços internacionais das *commodities*.

Da mesma forma que nos demais países analisados, foram grandes as transformações ocorridas na economia peruana a partir de 1950. No entanto, há uma diferença principal quando se busca periodizar sua economia, referente ao início do processo de substituição de importações. Ao contrário das outras economias estudadas até aqui, que iniciaram a década de 1950 na vigência do processo de industrialização por substituição de importações, no Peru o PSI teve um início tardio. Normalmente se considera o início formal do PSI a aprovação da Lei de Promoção Industrial de 1959, embora a aceleração econômica e o crescimento do setor industrial ocorram desde o início da década de 1950⁷³. Outros autores, como Pinto (2003, p. 83), consideram o início do PSI apenas com o governo de Fernando Belaúnde Terry (1963-1968), dado que é neste governo em que as políticas mais ativas de promoção à industrialização ganham peso.

Tabela 9 – Taxas de Crescimento Anual Decompostas das Variáveis Estimadas – Peru

Período	X_2	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	3,91	-1,27	-1,15	-0,12	1,18	-0,17	-	2,20
1950-1975	5,51	-1,70	-1,05	-0,66	3,08	0,88	-	3,86
1950-1959	4,99	-9,02	-6,37	-2,83	2,29	-2,42	-	6,08
1959-1975	5,80	2,68	2,07	0,59	3,52	2,78	-	2,64
1975-2014	2,90	-1,00	-1,22	0,22	-0,01	-0,84	0,48	1,15
1975-1990	-0,08	-4,32	-4,23	-0,09	-2,90	-5,07	-0,21	0,08
1975-1985	0,87	-9,01	-8,22	-0,86	-1,98	-8,54	0,66	0,79
1985-1990	-1,96	5,81	4,30	1,45	-4,71	2,27	-1,92	-1,32
1990-2014	3,37	0,80	0,50	0,30	1,29	1,34	0,64	1,28
1990-2000	3,91	1,89	0,40	1,49	0,49	0,85	-0,07	0,17
2000-2014	5,45	0,47	0,91	-0,44	2,77	2,60	1,62	3,00
2000-2011	5,64	2,28	2,31	-0,03	3,08	4,14	1,43	2,39
2011-2014	4,78	-5,91	-4,07	-1,92	1,64	-2,86	2,30	5,28

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

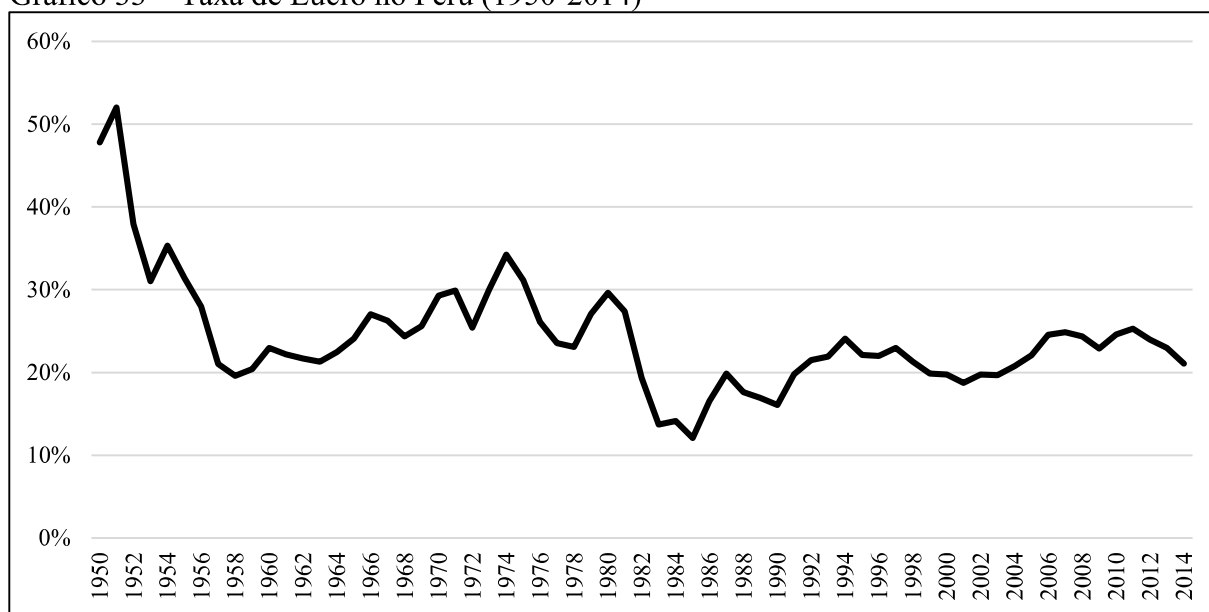
Nota: X_2 = produto interno bruto em preços constantes; r = *proxy* da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

No presente trabalho a evolução da economia peruana foi periodizada em cinco principais períodos: 1) um primeiro momento de transição entre o modelo primário-

⁷³ “Los años 1950 a 1975 cubren, en realidad, dos períodos. El primero corresponde a los últimos años del modelo primero exportador y formalmente termina en 1959 con la promulgación de la Ley de Promoción Industrial. Y, el segundo corresponde al dominio de la industrialización por sustitución de importaciones que cubre los tres lustros posteriores a 1959 hasta 1975.” (JIMÉNEZ; AGUILAR; KAPSOLI, 1998, p. 4).

exportador⁷⁴ e o PSI⁷⁵, com grande crescimento industrial (1950-1959) ; 2) um período de vigência do processo de substituição de importações (1959-1975); 3) um período de crise e encerramento do PSI (1975-1990); 4) um período de implementação autoritária das reformas neoliberais (1990-2000); 5) e um último período de manutenção do modelo desenvolvimento neoliberal, mas em uma conjuntura do *boom* das *commodities*, que permitiu a elevação das taxas de crescimento econômico (2000-2014).

Gráfico 33 – Taxa de Lucro no Peru (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

A tendência histórica de comportamento da lucratividade no período histórico estudado é de queda (-1,27% ao ano), embora grande parte dessa diminuição ocorra na primeira década da série histórica. Entre 1950 e 1959 a taxa de lucro recuou de 47,78% para 20,41%. Como este é um período de dominância do modelo primário-exportador e de transição para o PSI, a baixa intensidade de capital no momento inicial e a industrialização acelerada (ou seja, o crescimento

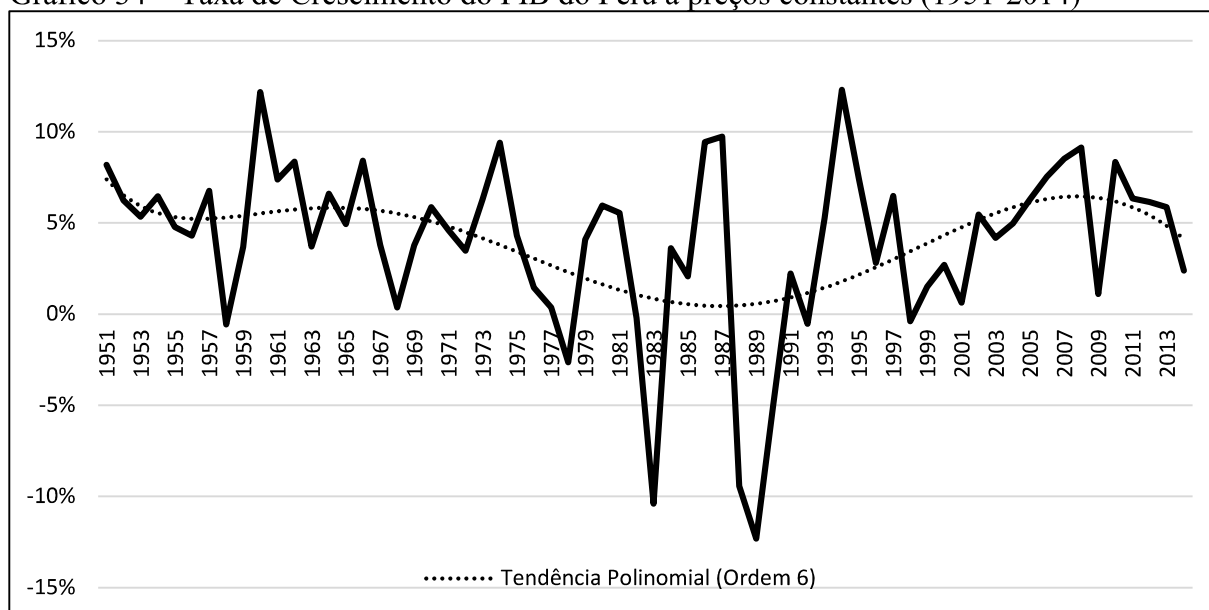
⁷⁴ “A economia está toda voltada para fora. As exportações são o fator determinante da renda nacional que passa pela economia monetária, já que o latifúndio autossuficiente e a pobreza geral da economia mantêm o mercado interno muito reduzido. A atividade exportadora canaliza todos os esforços da burguesia agrário-mercantil. Uma espécie de acumulação primitiva tem lugar nos latifúndios. A remuneração dos trabalhadores rurais livres não passa pelo mercado [...] O desenvolvimento geral da indústria, entretanto, é muito reduzido. A indústria sendo ou complementar das exportações ou das importações ou residenciária, não cria um sistema industrial integrado, com a implementação de uma indústria de bens de capital e insumos básicos e a formação de toda uma rede de trocas interindustriais.” (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 107-111).

⁷⁵ “Convém salientar, portanto, que entende-se por substituição de importações simplesmente o fato de o país começar a produzir internamente o que antes importava, o que ocorrera no Brasil com certa expressão na República Velha. O que usualmente denomina-se PSI, todavia, supõe mais que isto: que a liderança do crescimento econômico repouse no setor industrial, que este seja responsável pela dinâmica da economia, ou seja, que crescentemente seja responsável pela determinação dos níveis de renda e de emprego.” (FONSECA, 2003, p. 2).

acelerado do estoque de capital), é natural que a lucratividade decline rapidamente, acompanhando a grande redução da relação capital-produto (-6,37% ao ano). Após atingir o menor valor em 1985, a taxa de lucro inicia uma tendência de recuperação, mas não recupera o valor médio das décadas anteriores.

Pinto (2003) e Jiménez, Aguilar e Kapsoli (1998) dividem o período entre 1950 e 1990 em dois momentos, um entre 1950 e 1975, que ficou conhecido como *Golden Age* (Era de Ouro)⁷⁶, e outro entre 1975 e 1990, marcado pela crise e encerramento do PSI. Esse primeiro período ficou conhecido como *Golden Age* pelo elevado crescimento econômico, cujas taxas foram de 5,51% ao ano. A partir de 1975 a economia peruana entrou em uma fase de crise, sendo que o PIB em preços constantes inclusive decresceu entre 1975 e 1990 (-0,08% ao ano). A partir da implementação das reformas neoliberais na década de 1990, a economia peruana voltou a crescer a uma taxa de anual de 3,37%, sendo que no período entre 2000 e 2014 essa taxa foi de 5,45% em média, se aproximando do crescimento econômico da *Golden Age*.

Gráfico 34 – Taxa de Crescimento do PIB do Peru a preços constantes (1951-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

A década de 1950 é marcada pelas elevadas taxas de migração da população rural para a capital peruana. O governo do General Manuel Odría (1948-1956) implementou políticas para atender as demandas dos migrantes, como de infraestrutura social (obras urbanas, moradias populares e gastos educacionais), importação e controle dos preços dos alimentos. No entanto,

⁷⁶ Esta denominação está presente na literatura sobre a história da economia peruana, não podendo ser confundida com a *Golden Age* dos países centrais, que ocorreu entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e o início da década de setenta.

essas políticas não obtiveram muito sucesso pela incapacidade de Lima de absorver economicamente esses migrantes, dado o atraso da estrutura produtiva. O governo de Manuel Padro Ugarteche (1957-1962), democraticamente eleito, ao contrário de seu antecessor que assumiu o governo através de um golpe de Estado em 1948, deu continuidade às políticas anteriores e com apoio da burguesia exportadora favoreceu a entrada de capital estrangeiro no país (PINTO, 2003, p. 81-82). Um indicativo claro do processo de urbanização e industrialização acelerada nesse período é o grande crescimento da relação capital-trabalho entre 1950 e 1959, de 6,08% ao ano.

Tabela 10 – Valores Médios das Variáveis Estimadas – Peru

Período	r	Y/K	π/Y	P_T	g_K	g_I	θ
1950-2014	24,25%	0,467	52,12%	6,843	10,19%	-	21,613
1950-1975	28,56%	0,576	48,93%	6,403	11,58%	-	16,473
1950-1959	32,45%	0,612	51,87%	4,707	12,69%	-	12,211
1959-1975	25,79%	0,547	46,99%	7,320	10,81%	-	18,895
1975-2014	21,63%	0,400	54,13%	7,178	9,41%	23,19%	24,983
1975-1990	20,89%	0,420	49,33%	7,694	9,91%	23,80%	24,164
1975-1985	22,48%	0,448	49,60%	8,062	10,78%	24,14%	24,499
1985-1990	16,52%	0,343	48,26%	6,936	7,69%	23,23%	23,627
1990-2014	21,88%	0,384	57,01%	6,786	8,97%	22,75%	25,430
1990-2000	21,04%	0,363	57,84%	5,948	8,41%	22,76%	22,724
2000-2014	22,36%	0,396	56,46%	7,346	9,28%	22,68%	27,283
2000-2011	22,28%	0,392	56,75%	7,012	8,78%	21,45%	25,630
2011-2014	23,33%	0,417	55,88%	8,589	11,38%	27,08%	33,031

Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Nota: r = proxy da taxa de lucro; Y/K = relação produto-capital; π/Y = participação dos lucros na renda; P_T = produtividade líquida do trabalho; g_K = taxa de acumulação; g_I = taxa de investimento; θ = relação capital-trabalho.

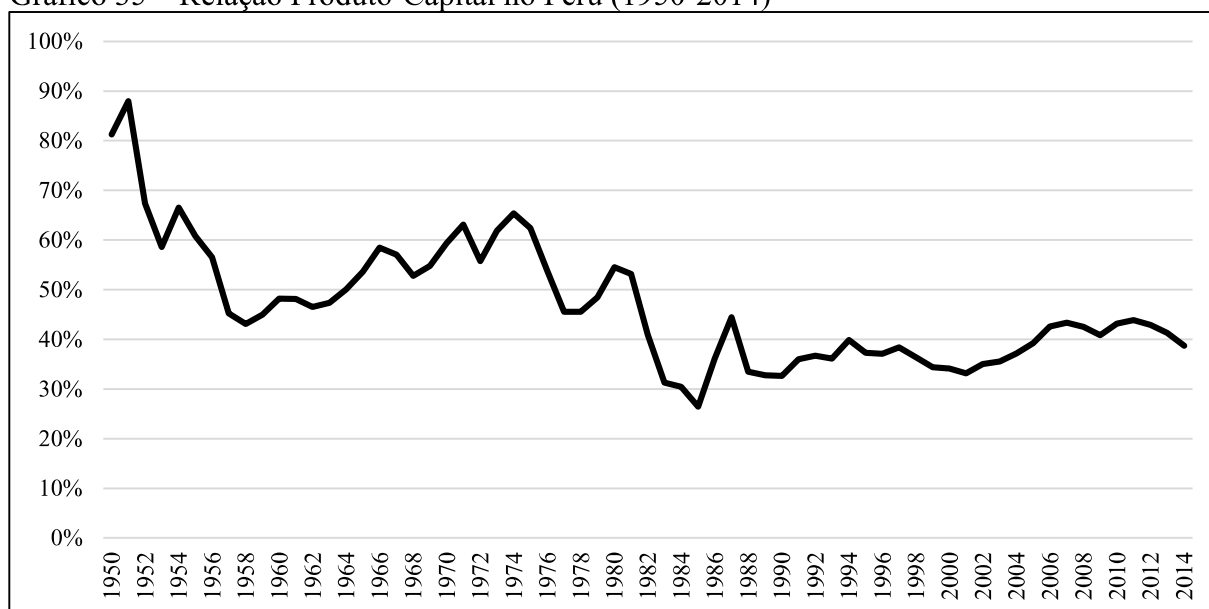
Insatisfeito com o resultado das eleições de 1962, o exército anulou as eleições e convocou outra para 1963⁷⁷, na qual saiu vitorioso o candidato Fernando Belaúnde Terry, que iniciou uma política ativa de promoção da indústria nacional, com o aumento das taxas de proteção à indústria, isenção tributária e aumento de crédito ao setor. O PSI conseguiu

⁷⁷ Nas eleições de 1962 um impasse se estabelece, ficando em primeiro lugar (33,0%) o candidato do Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), Haya de la Torre, porém sem obter o um terço constitucionalmente necessário para a posse, ficando a definição para o congresso. A oposição do exército impede que o candidato do APRA assuma, denunciando o processo eleitoral. O APRA estabelece uma aliança com o ex-presidente e terceiro colocado Manuel Odría (28,4%) para que esse assumisse a presidência. O comando militar exige que se anulem as eleições, que não foi feito pela justiça eleitoral. Em resposta, o exército anula as eleições e estabelece uma junta militar para governar o país e combater as forças de esquerda até a realização de novas eleições, que ocorrem em 1963 com a vitória do segundo colocado na eleição de 1962 (32,2%).

desenvolver um setor industrial produtor de bens de consumo e de máquinas, porém deficitário em insumos e tecnologicamente dependente. Além disso, não se modificou a composição dos produtos comercializados com o exterior e nem se articulou essa indústria com o mercado interno. Em um cenário de elevação do endividamento externo, aceleração da inflação e drástica desvalorização cambial (dado o regime de câmbio fixo até então), o governo entrou em descrédito e um novo golpe de Estado ocorre em 1968, assumindo o governo o General Velasco Alvarado (1968-1975).

O governo militar deu continuidade e intensificou as políticas de substituição de importações, elevando o grau de proteção à indústria nacional e o nível de intervenção estatal. Estatizando e nacionalizando parte significativa da economia, as empresas públicas chegaram a controlar cerca de 30% do PIB peruano, três quartos das importações, cerca de metade das exportações e dos investimentos fixos e dois terços do crédito bancário. No entanto, essas políticas resultaram em intensificação da dependência por tecnologia, bens de capital e insumos importados, dado a ausência de articulação industrial e setorial. A pauta de exportações também não se modificou, mantendo a predominância dos produtos tradicionais (agricultura, pesca, minerais e petróleo) (PINTO, 2003, p. 84).

Gráfico 35 – Relação Produto-Capital no Peru (1950-2014)



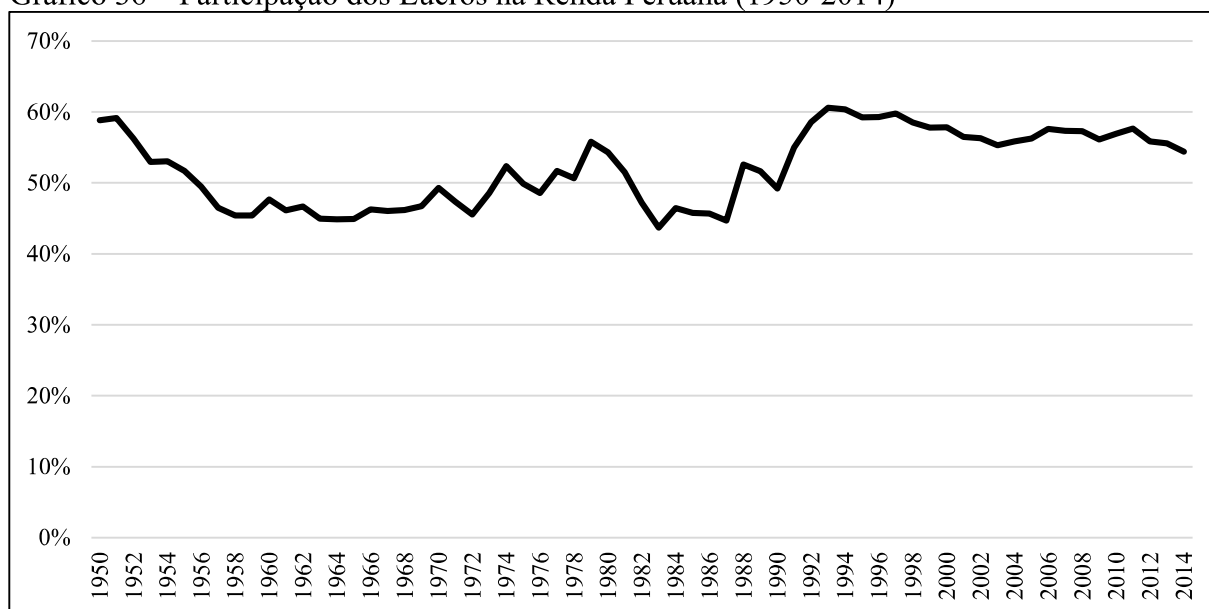
Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

O crescimento econômico entre 1959 e 1975 foi elevado, de 5,80% ao ano, com aceleração da industrialização, acompanhado pela elevação da taxa de lucro em 2,68% ao ano, apesar de não retomar o patamar inicial da série histórica. Dessa elevação da lucratividade,

2,07% se deve ao crescimento da relação produto-capital. Merece destaque nesse período o elevado crescimento relativo da produtividade do trabalho, de 3,52% ao ano.

Os anos entre 1950 e 1975 são os de maior crescimento econômico do país. As taxas de lucro e de acumulação médias também são altas (28,56% e 11,58%, respectivamente). A elevação do PIB foi em média de 5,51% ao ano, em um contexto de mecanização da economia (crescimento anual de 3,86% da relação capital-produto) e crescimento acelerado da produtividade do trabalho (3,08% ao ano). Esses resultados confirmam o período como a era de ouro da economia peruana.

Gráfico 36 – Participação dos Lucros na Renda Peruana (1950-2014)

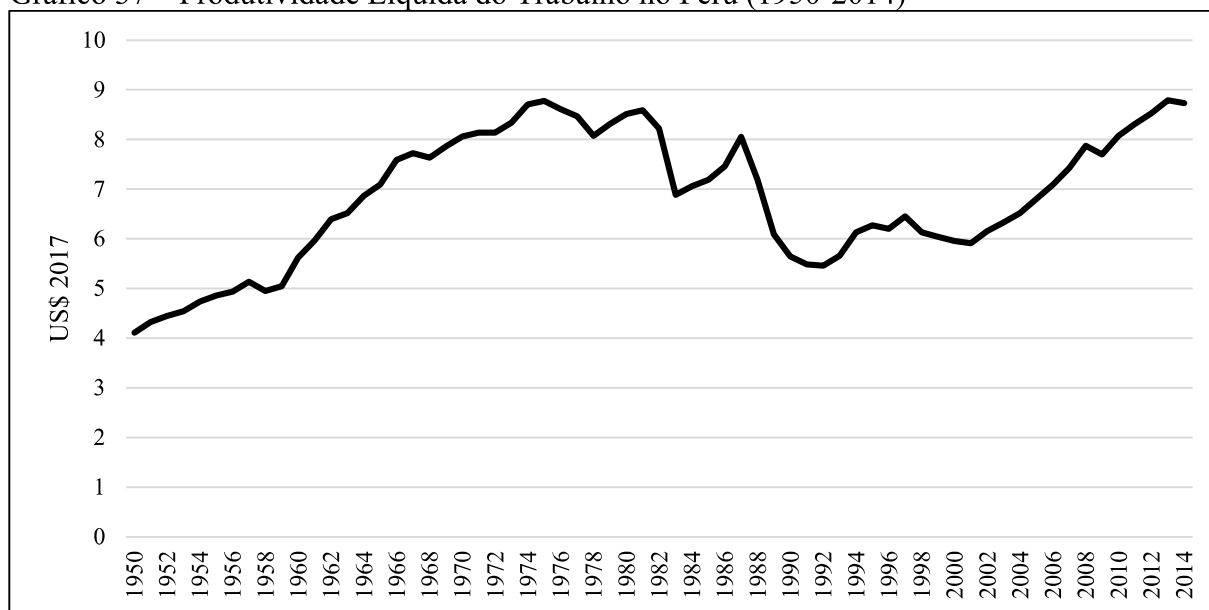


Fonte: Alarco (2017). Elaboração própria.

Com aproximação das relações externas com o bloco socialista, reforma agrária e urbana, controle de preços, promoção de exportações, nacionalização do petróleo, centralização do Estado e nacionalização dos bancos, o governo de Velasco Alvarado representou uma guinada intervencionista na economia, até então predominantemente liberal. Esse processo de ruptura foi interrompido em 1975 com a ascensão ao governo do General Francisco Morales Bermudez, que adotou uma política econômica mais conservadora, marcado pela abertura democrática e a busca pela estabilização econômica. Iniciou-se no seu governo um período de instabilidade econômica e crise do PSI, com baixas taxas de crescimento. Em 1980 reassumiu a presidência Fernando Belaúnde, eliminando o programa de promoção as exportações não-tradicionais e aumentando a abertura comercial. Embora as reformas neoliberais tenham se intensificado e ganhado corpo somente a partir de 1990, com Terry as primeiras medidas

liberalizantes são tomadas. A crise da dívida que assola os países da América do Sul na década de 1980 e a elevação dos preços dos minerais peruanos tornaram as políticas econômicas ortodoxas atrativas para a burguesia, apresentadas como solução para os desequilíbrios, mas acabaram resultando em colapso econômico e na elevação da desigualdade social (BARROS; HITNER, 2010, p. 144-146).

Gráfico 37 – Produtividade Líquida do Trabalho no Peru (1950-2014)



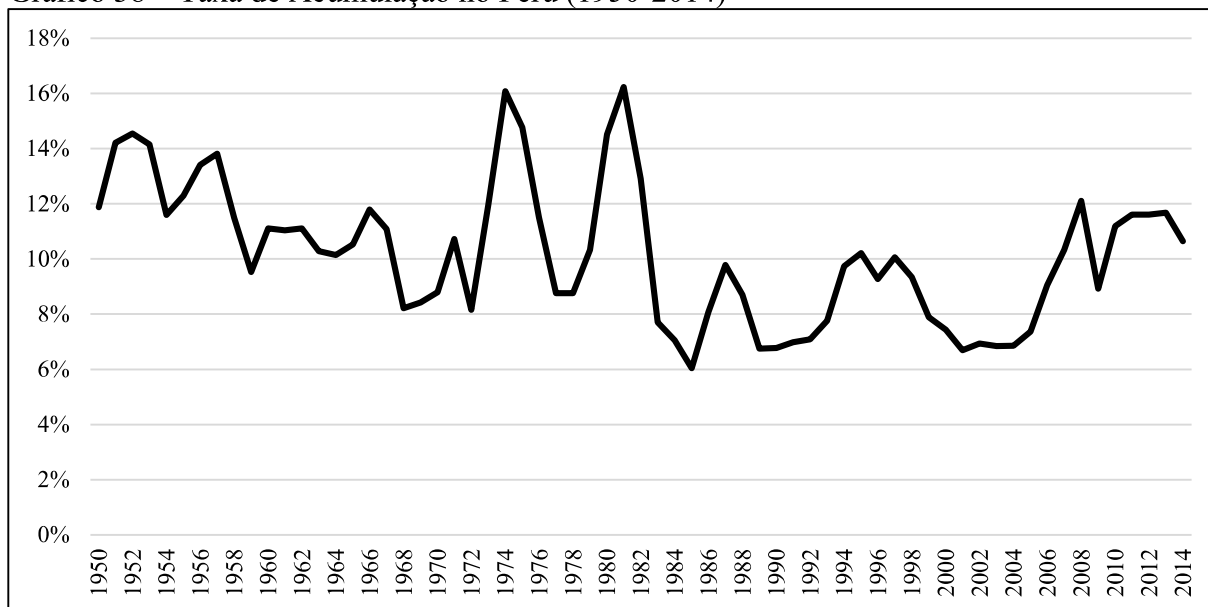
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

Entre 1985 e 1987, durante o governo de Alan Garcia, se buscou retornar ao programa econômico desenvolvimentista e interventor, com destaque para a nacionalização dos bancos comerciais, sociedades financeiras e empresas de seguro. Eleito com um discurso crítico ao neoliberalismo e as políticas do FMI, Alan Garcia adotou uma política macroeconômica heterodoxa de controle inflacionário. Com a crise da dívida que impactou os países da América do Sul na década de 1980, tentou a decretação da moratória da dívida externa. Dado o cenário externo instável e desfavorável, suas políticas fracassam e o resultado é hiperinflação, aumento significativo do déficit público e estagnação econômica (PINTO, 2003, p. 85-87; BRANDÃO, 2017, p.81). O crescimento econômico do governo Garcia durou pouco tempo e no final da década de noventa o país passava por uma das suas mais severas crises econômicas de sua história. A gravidade dessa crise pode ser avaliada quando se observa o comportamento da produtividade do trabalho, que após uma recuperação parcial entre 1984 e 1987 da queda sofrida nos dois anos anteriores, volta a cair ainda mais bruscamente entre 1982 e 1992. A queda foi tão grande que em 1992 a produtividade do trabalho se encontrava próxima ao patamar de

1960. O comportamento dessa variável torna explícito o grande retrocesso econômico da década de 1980 na economia peruana, se constituindo como mais um caso do que foi denominado como “década do retrocesso”.

Considerado como um todo, o intervalo 1975-1990, de crise e encerramento do PSI, é de queda de praticamente todas as variáveis estimadas (com exceção da relação capital-trabalho, que estagna). O produto retraiu a uma média de -0,08% ao ano, o que em termos *per capita* representa uma queda significativa. A lucratividade recuou 4,32% ao ano, principalmente pela diminuição da relação capital-trabalho, que representa 4,23% dessa queda. A produtividade do trabalho teve uma queda acentuada de 2,90% ao ano e a taxa de acumulação acompanha o declínio (-5,07% ao ano) da taxa de lucro. Além da crise da dívida, se associa a esse desempenho negativo da economia a redução internacional dos preços das principais *commodities* exportadas pelo país.

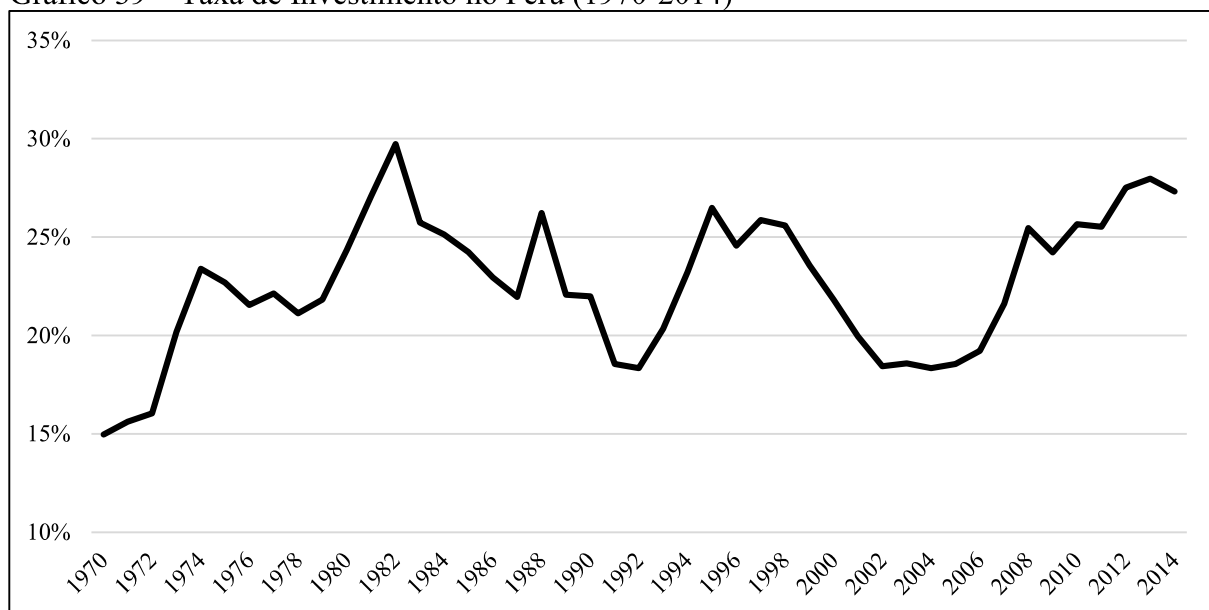
Gráfico 38 – Taxa de Acumulação no Peru (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Em 1990 se iniciou o governo do *outsider* Alberto Fujimori (1990-2000), o grande responsável por implementar as políticas neoliberais na economia peruana, promovendo amplas reformas. É usual a separação do governo de Fujimori em três períodos distintos, o profujimorismo (1990-1992), dentro do marco da democracia liberal; o fujimorismo clássico (abril de 1992 até meados de 1996), que se iniciou com um autogolpe; e o fujimorismo tardio (1996-2000), que iniciou com a aprovação da Lei da Interpretação Autêntica da Constituição, que permitiu a sua segunda reeleição (BARROS; HITNER, 2010, p. 147).

Gráfico 39 – Taxa de Investimento no Peru (1970-2014)



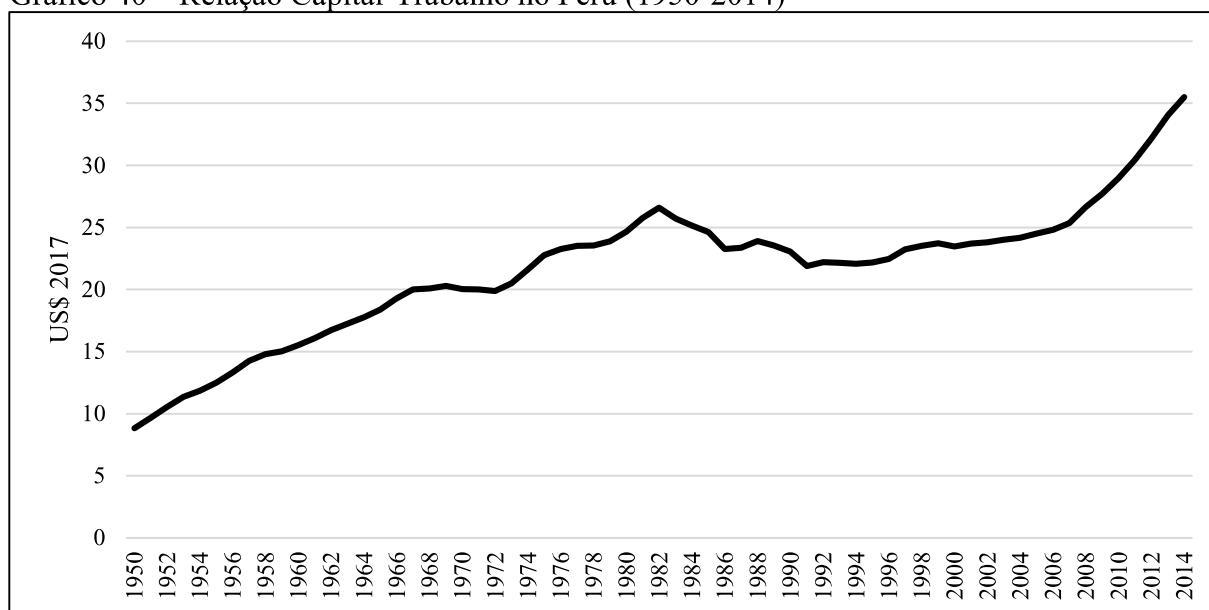
Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Fujimori assumiu um Peru com hiperinflação e taxas recordes de desemprego e endividamento externo. Para combater esses problemas da economia peruana, Fujimori respondeu com um amplo pacote liberalizante, abrindo o mercado interno (reduzindo a tarifa média de importação em 1990 de 66% para 26%), elevando os incentivos ao investimento estrangeiro e nacional, flexibilizando o mercado de trabalho e desregulamentando o mercado financeiro. Além disso, implementou um programa de estabilização para controlar a inflação e normalizar os pagamentos da dívida externa, através de austeridade fiscal e monetária, com corte dos gastos públicos (especialmente da área social) e privatização de empresas públicas. Nesse primeiro período do governo, também reintegrou o Peru ao circuito financeiro internacional (BARROS; HITNER, 2010, p. 148).

Com dificuldades de implementar as reformas, dado a pouca articulação no congresso consequente da eleição de um *outsider* político, e o crescimento de guerrilhas no interior do país, Fujimori dá um golpe de Estado (chamado de autogolpe) em 1992, dissolvendo o Congresso, a constituição e instaurando um Governo de Emergência e Reconstituição Nacional. Mantendo a alta popularidade, o apoio das forças armadas, e conseguindo sucesso no combate as guerrilhas, a economia teve um bom desempenho durante os primeiros anos, atraindo capital estrangeiro, reduzindo a inflação e obtendo crescimento elevado do produto (PINTO, 2003, p. 90-93). A lucratividade se recuperou nos primeiros anos do governo de Fujimori através da elevação da participação dos lucros na renda, que atingiu em 1993 o maior valor da série histórica.

No campo da política social Fujimori utilizou a receita proveniente da privatização de mais de 220 empresas estatais (durante todo seu período no governo) para a implementação de políticas sociais focalizadas, que o ajudaram a manter sua popularidade e a continuar a implementar suas reformas neoliberais. Após o autogolpe, Fujimori convocou uma Assembleia Constituinte no final de 1992 e conseguiu obter maioria em sua formação, dado o boicote de grande parte dos partidos políticos. Desta forma se promulgou a Constituição Política do Peru de 1993, vigente até a atualidade. Se a Constituição de 1979 previa ação estatal para o desenvolvimento do país com princípios de justiça social, a nova Constituição fujimorista estabeleceu fortemente princípios liberais para a atuação do Estado, responsável por ocupar um papel subsidiário ao mercado. Assim como no Chile, embora de forma ainda mais profunda, o neoliberalismo foi enraizado na Constituição do país e se consolidou como política de Estado (MONTE, 2018).

Gráfico 40 – Relação Capital-Trabalho no Peru (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Os primeiros anos do governo Fujimori são de crescimento elevado do produto e com controle do processo inflacionário. Esse sucesso aparente é interrompido pelas contínuas crises internacionais pelas quais passaram os países subdesenvolvidos no final da década de 90. Com o aumento dos déficits da conta corrente se elevando em 1995, o governo realizou uma política fiscal e monetária restritiva, com o objetivo de desaquecer a economia e diminuir as importações. Tais políticas obtiveram relativo sucesso em diminuir o déficit do balanço de pagamentos, ao custo de desacelerar a economia (PINTO, 2003, p. 93-97), mas não

conseguiram conter a crise de balanço de pagamentos de 1998, que ocorreu em reflexo da crise financeiro russa de 1998.

Apesar dos últimos anos do governo Fujimori serem de crise, o desempenho econômico da economia peruana na década é relativamente razoável, embora inferior a aquele alcançado na *Golden Age*. Com um crescimento anual médio de 3,91% entre 1990 e 2000, a taxa de lucro reverteu a tendência de queda e cresceu a uma taxa anual de 1,89%, sendo que deste total 1,49% da variação se deve à elevação da participação dos lucros na renda. Isso mostra o papel central que ocupou a reforma do mercado do trabalho e a repressão política no aumento da lucratividade. O Peru é, assim como o Chile, um exemplo de implementação do neoliberalismo com base na formação de um Estado autoritário, com desmonte das regras da democracia liberal, historicamente já frágeis na região. Apesar do crescimento econômico, a produtividade do trabalho não retorna aos valores anteriores a década de oitenta, na medida em que se eleva apenas 0,49% ao ano.

Uma das características do neoliberalismo peruano (1990-2014) é a participação relativamente elevada dos lucros na renda, em uma média levemente declinante de 57% do produto nacional. No período do PSI, esse valor foi de 48,27% e começou a se elevar justamente após 1990. Esta é uma variável que apresentou um comportamento estável quando comparada aos demais países estudados (embora menos do que na Colômbia), o que reflete a capacidade dos capitalistas no Peru de manterem estabilizada a participação relativa no produto.

Após a saída de Fujimori do governo peruano⁷⁸, seis titulares assumiram a presidência da república, mas todos dão continuidade, em grande medida, às políticas neoliberais fujimoristas. Apesar de Alan Garcia (2006-2011) e Ollanta Humala (2011-2016) se postaram como críticos ao neoliberalismo e a Constituição de 1992, nenhum adotou medidas significativas para mudanças na condução da política econômica e nos princípios neoliberais da Constituição (MONTE, 2018, p. 5-6).

O período que se inicia após o governo de Fujimori é de elevado crescimento econômico e se deve em grande medida a ênfase fujimorista na especialização produtiva em *commodities*, especialmente em minérios, como prata, cobre zinco e estanho, em um contexto geral de continuidade da desindustrialização iniciada a partir de 1975. Aqui o Peru se insere na mesma dinâmica já discutida para os outros países, de crescimento puxado pelas exportações, dado um ciclo internacionalmente favorável que elevou a demanda e o preço das *commodities*. Durante o governo de Fujimori o setor de mineração atraiu uma quantidade expressiva de IED, o que

⁷⁸ O final do governo Fujimori foi politicamente trágico, com diversas denúncias de corrupção, que resultam na sua fuga do país no final do ano 2000.

garantiu o crescimento econômico posterior, mas com agravamento das características históricas do Peru: dependência externa e desigualdade social (BARROS; HITNER, 2010).

Entre 2000 e 2011 o PIB peruano cresceu a uma taxa anual de 5,64%. A taxa de lucro continuou crescendo, em um ritmo mais elevado (2,28% ao ano), mas agora o principal componente responsável por essa elevação deixa de ser a participação dos lucros e se torna a relação produto-capital, crescendo a uma taxa de 2,31% ao ano. As taxas de acumulação e de investimento iniciaram uma trajetória de ascensão após 2006, acompanhada pela elevação da relação capital-trabalho.

A partir de 2011 a taxa de lucro passou a cair (-5,91% ao ano), puxada especialmente pela queda da relação capital-produto (-4,07% ao ano). A queda também ocorre na taxa de acumulação (-2,86% ao ano). A produtividade do trabalho se desacelerou, enquanto a relação capital-trabalho obteve um crescimento acentuado (5,28% ao ano). Esses resultados refletem a nova situação econômica da economia mundial após a crise de 2008, com desaceleração das economias e um início de queda dos preços internacionais das *commodities*, que reduziram a taxa de crescimento da economia para uma média de 4,78% ao ano, tendência de queda que se acentua nos anos seguintes.

Considerando todo o período analisado, a queda da lucratividade foi acompanhada pela queda da taxa de acumulação. Dentre os países analisados, o crescimento econômico (3,91% ao ano) só foi superior ao argentino, ficando próximo ao desempenho chileno. O fraco dinamismo da economia se deve aos 15 anos de retrocesso entre 1975 e 1990, onde o produto decresceu 0,08% ao ano e a produtividade 2,90%, com grande queda da taxa de lucro e da taxa de acumulação. O período de maior crescimento econômico foi o da *Golden Age*, seguido de perto pelo desempenho do início do século XXI. Podemos observar que há uma relação entre o comportamento da lucratividade e as taxas de crescimento e de acumulação, validando a importância da taxa de lucro como variável central de análise da dinâmica capitalista.

Esses resultados mostram o relativo sucesso do neoliberalismo peruano, na perspectiva da acumulação de capital, na medida em que se consegue estabilizar e interromper a queda da lucratividade a partir de 1985. Além disso, a estratégia de inserção exportadora na economia internacional também obteve bons resultados, visto que o *boom* das *commodities* elevou a taxa de crescimento significativamente. No entanto, essa especialização produtiva pode ter consequências negativas no longo prazo, ao tornar a economia ainda mais vulnerável aos choques externos e aos ciclos da economia mundial. Essa consequência pode ser observada na perda do dinamismo do crescimento econômico no período posterior a 2014.

4.2 A LUCRATIVIDADE NO CONJUNTO DOS PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA DO SUL

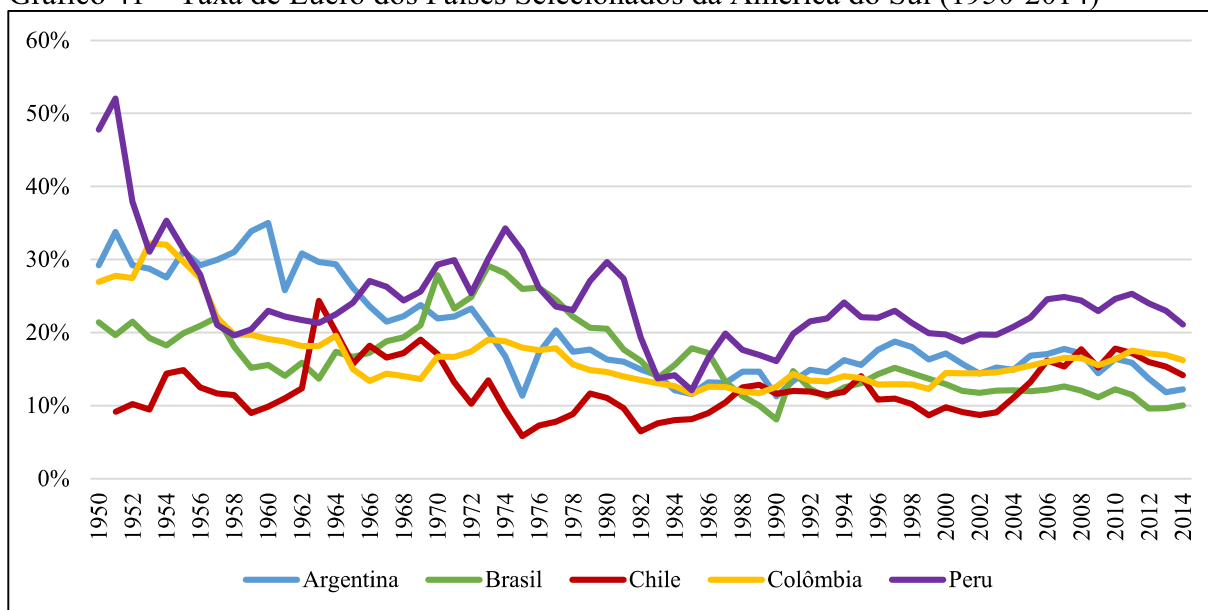
A análise realizada na seção anterior possibilitou verificar que há muitas semelhanças e regularidades no desenvolvimento histórico e econômico dos países estudados, o que permite que se efetue uma interpretação comum para os mesmos. A lucratividade também apresentou uma evolução similar nos países, tendo em grande medida as mesmas tendências de comportamento. A taxa de lucro chilena é aquela que mais se distinguiu, na medida em que foi a única economia selecionada que não apresentou, na totalidade da série história, uma tendência de longo prazo de queda.

Para analisar a dinâmica da lucratividade e da reprodução do capital no conjunto dos países selecionados, iremos estimar variáveis médias (simples e ponderadas) de alguns dos indicadores apresentados na seção anterior⁷⁹. A partir desses resultados, onde se destaca a evolução da taxa de lucro e seus componentes, iremos realizar uma interpretação para a reprodução do capital nesses países, sem abstrair completamente das especificidades de cada economia. Cabe cautela na interpretação desses resultados, na medida em que apresentam as limitações próprias de simples médias. Existem outros trabalhos que estimam taxas médias de lucro, especialmente na tentativa de estabelecer uma lucratividade mundial e entender a dinâmica da acumulação a nível global. Entre os trabalhos empíricos que buscam estimar uma taxa de lucro mundial, ressaltam-se os de Minqui, Xiao e Zhu (2007), Maito (2014b) e Roberts (2020).

A partir do Gráfico 41 é possível observar a existência de uma tendência no longo prazo de queda das taxas de lucro na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no Peru, o que não ocorre no caso da economia do Chile. No entanto, após uma grande elevação no início da década de sessenta, a lucratividade chilena atinge seu pico em 1963 e posteriormente não retoma o mesmo patamar.

⁷⁹ Na análise serão priorizadas as médias simples, na medida em que o PIB do Brasil representa, na média, 52,52% do total produzido pelas economias, o que faz com que a média ponderada tenda a acompanhar as séries brasileiras.

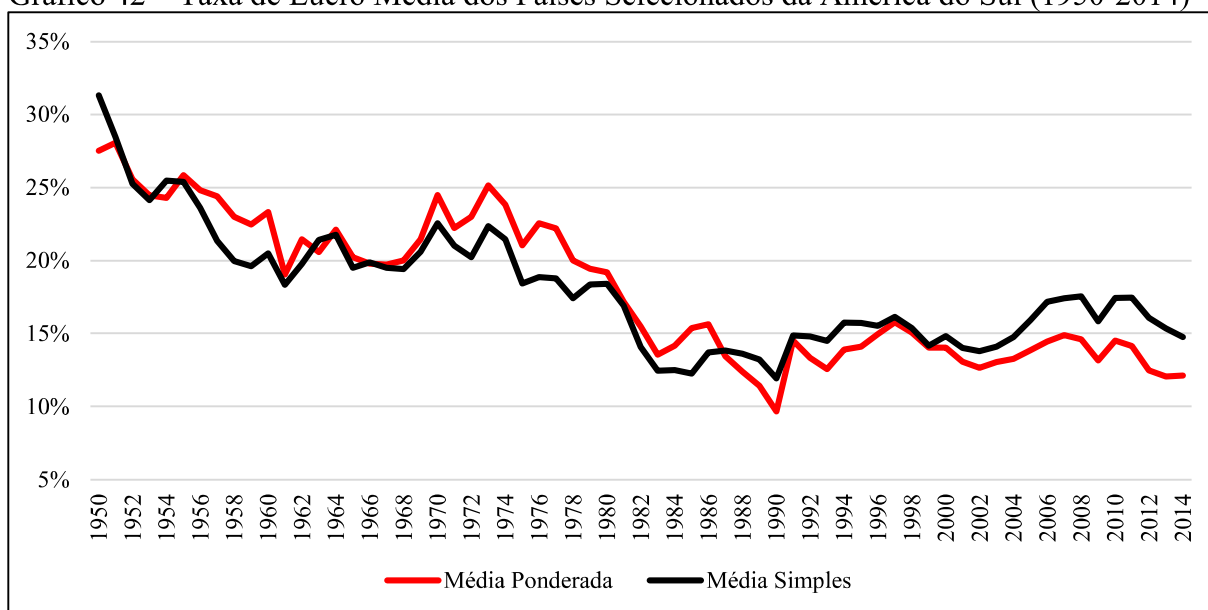
Gráfico 41 – Taxa de Lucro dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Agregando as distintas lucratividades nacionais em uma taxa de lucro média (seja simples ou ponderada pelo PIB), é possível identificar uma tendência de longo prazo de queda. Como veremos adiante, essa queda tem como principal fator explicativo a redução da relação produto-capital, componente da lucratividade que reflete modificações tecnológicas. Esse resultado valida a vigência no conjunto dos países seleccionados da América do Sul da lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Gráfico 42 – Taxa de Lucro Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

A partir da década de 1950 se ampliou a partir dos países centrais o parque industrial na América do Sul, com a instalação de novos setores produtivos, em uma modalidade de industrialização mais diversificada e integrada ao capital estrangeiro. Marini (1997) interpreta esse fenômeno como resultante de dois determinantes: por um lado como consequência da velocidade de inovação tecnológica nos países centrais, que tornavam rapidamente obsoletas as máquinas e equipamentos utilizadas antes da sua completa amortização, tornando atrativa a sua transferência para os países periféricos. De outro lado, a proteção comercial praticada e as facilidades criadas para atrair o capital externo (infraestrutura, cessão de terrenos e subsídios) tornavam a região atraente para as empresas estrangeiras.

Essa dinâmica se desenvolveu nos países periféricos sul-americanos paralelamente ao período que ficou conhecido como *Golden Age* do desenvolvimento capitalista dos países centrais, que se estabeleceu após o fim da Segunda Guerra em 1945. Essa era de ouro foi marcada pelas altas taxas de crescimento, baixo desemprego, fortalecimento do movimento sindical, produção em massa em uma estrutura produtiva homogeneizada e verticalizada (conhecida como Fordismo), Estado de bem-estar-social (especialmente na Europa), intervenção do Estado na economia (com comprometimento com o pleno emprego), elevação salarial e lucratividade elevada (DUMÉNIL; LEVY, 2014; HARVEY, 2012; MATTOS, 2005).

A partir do final da década de 1960 essa ordem social começou a mostrar seus primeiros sinais de deterioração e se iniciou um período de transição para um novo estágio do capitalismo. Em consequência da tendência decrescente da taxa de lucro se instaurou uma crise estrutural na década de setenta. A partir dessa crise de lucratividade uma série de transformações de caráter multifacetado ocorreram na economia mundial, estruturando o que ficou conhecido como neoliberalismo, uma nova fase histórica do capitalismo. Transcorreram transformações na estrutura produtiva (estabelecendo o que se denomina como Toyotismo), acompanhando o novo paradigma microeletrônico; os mercados de trabalho foram flexibilizados (resultando em relações de trabalho mais precarizadas); as economias se abriram para o comércio e o capital externo (aspecto conhecido como globalização ou mundialização); o setor financeiro e a acumulação fictícia cresceram (financeirização); um nível maior de desemprego se constituiu e se estabeleceu; o papel preconizado ao Estado na política econômica diminuiu; e uma nova divisão internacional do trabalho se organizou, entre outras mudanças estruturais (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2012; DUMÉNIL; LEVY, 2014).

Todo esse conjunto de transformações pode ser entendida como uma solução burguesa à queda da taxa de lucro, onde se instaurou uma nova etapa do capitalismo para que fosse possível retomar ou pelo menos estabilizar a lucratividade e o processo de acumulação de

capital. De fato, diversos autores, utilizando metodologias distintas de estimação, identificam uma retomada da taxa de lucro nos países centrais durante o neoliberalismo, embora em um patamar inferior as taxas de lucro vigentes no período histórico anterior (MOSELEY, 2007; HUSSON, 2010; SHAIKH, 2010; DUMÉNIL; LEVY, 2014). Roberts (2020), por exemplo, utilizando dados da PWT 9.1 (com resultados sendo corroborados por outras estimações, usando outras bases), identifica uma queda acentuada na lucratividade a partir de 1966 nos países do G7/G20 e que após atingir o vale em 1982 (período de crise de lucratividade), volta a crescer até 1997 (recuperação neoliberal) e então retoma a tendência de queda. No entanto, em nenhum momento a taxa de lucro recuperou o nível vigente na *Golden Age*.

Isso insere o comportamento da lucratividade na América do Sul dentro de uma dinâmica mundial que não pode ser ignorada. A análise da acumulação de capital nos países sul-americanos deve necessariamente englobar sua performance mundial, que se desenvolve de maneira desigual e combinada, e as próprias relações entre as regiões centrais e periféricas. Esse fator se fortalece ainda mais conforme cresce a mobilidade internacional de capitais, aspecto do neoliberalismo, que tornaram a dinâmica da acumulação cada vez mais exógenas aos determinantes internos das economias nacionais. A própria lucratividade, que é distinta entre os países, tem uma maior tendência de se equalizar em torno de uma taxa média mundial/regional conforme esse processo avança, dado a maior facilidade com que o capital encontra de buscar taxas e perspectivas maiores de lucro, assim como pela intensificação da concorrência internacional.

Apesar da queda da lucratividade na década 1970, a taxa de crescimento do PIB durante a década manteve-se em um patamar relativamente estável nos países centrais, como efeito das políticas macroeconômicas de estímulo e de tolerância à inflação. Essa tendência foi interrompida na decisão por parte do *Federal Reserve* de elevar abruptamente as taxas de juros, resultando na crise da dívida na América do Sul em 1982 (DUMÉNIL; LEVY, 2014, p. 69-70). Como vimos, a crise da dívida atingiu fortemente as economias da região, com exceção do Chile e da Colômbia (principalmente), cujo impacto foi diminuto.

A crise se somou ao esgotamento prévio do processo de industrialização por substituição de importações, solapando suas bases de financiamento, resultando em uma década de 1980 considerada como perdida em termos de desenvolvimento para o Brasil, ou mesmo de retrocesso, como nos casos da economia argentina e peruana (na Colômbia e no Chile esse fenômeno não ocorreu). O principal indicador para confirmar a caracterização de “década perdida” ou de “retrocesso” nesse caso é a produtividade do trabalho, que estagnou ou até mesmo regrediu durante o período. Entendemos o intervalo de meados dos anos 1970 aos

meados dos anos 1980 como um período de crise da etapa anterior do capitalismo na região e de transição para uma nova fase, em um cenário de rearticulação da economia mundial. Como vimos, esse período de transição não ocorreu na economia chilena, na medida em que o país passou diretamente para a implementação autoritária do neoliberalismo.

Em virtude da falência do PSI, dado as dificuldades de realização interna das mercadorias, do redirecionamento dos investimentos produtivos das empresas multinacionais, em uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho, da problemática da dívida externa e principalmente da queda da taxa de lucro a nível mundial e regional, a solução proposta e adotada pelos países da América do Sul foi o das reformas liberalizantes, que já tinha tido o Chile como um grande laboratório na região. O fim do projeto de industrialização pôs em voga um capitalismo caracterizado pela especialização produtiva exportadora.

Fala-se em *especialização produtiva* como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou *maquila*) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, *maquila* eletrônica ou *call center* etc., articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região. (OSÓRIO, 2012, p. 111)

Essa nova fase do capitalismo sul-americano⁸⁰ conseguiu interromper a tendência de queda e estabilizar a taxa de lucro na região, mas sem conseguir retomar o patamar vigente no período industrializante. Isso se refletiu em taxas médias de crescimento inferiores, em um cenário de maior dependência e vulnerabilidade aos choques externos, que marcaram a década de 1990. Foi na década de noventa que grande parte das reformas liberalizantes foram implementadas na região, sendo um período de baixo crescimento econômico, assim como foi a década anterior.

⁸⁰ “De esta manera la economía globalizada, que estamos viendo emerger en este fin de siglo y que corresponde a una nueva fase del desarrollo del capitalismo mundial, pone sobre la mesa el tema de una nueva división internacional del trabajo que, *mutatis mutandis*, tiende a reestablecer, en un plano superior, formas de dependencia que creíamos desaparecidas con el siglo XIX.” (MARINI, 1997, p. 260).

Tabela 11 – Taxas Médias de Crescimento do PIB dos Países Selecionados da América do Sul

Período	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2014
Média Simples	4,93%	5,22%	4,67%	1,31%	3,99%	4,23%	3,64%
Média Ponderada	5,00%	5,71%	6,25%	1,31%	3,20%	3,86%	2,76%

Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

A reconfiguração espacial da acumulação de capital dispersou geograficamente diferentes fases do processo produtivo, constituindo as chamadas cadeias globais de produção. Ao mesmo tempo que se destinou o papel de produtor mundial de matérias-primas e alimentos à América do Sul, alguns países asiáticos, em especial a China, se inseriram de maneira dinâmica na economia mundial, recebendo grande parte dos fluxos de capital e tecnologia, responsáveis pela industrialização desses países (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019; OSÓRIO, 2012).

A partir da década de oitenta, se intensificando na década de noventa (e no caso chileno, ainda antes), as economias da América do Sul passaram por um processo de desindustrialização⁸¹, entendida como precoce (PALMA, 2005, 2014), significando, de maneira ampla, a diminuição da participação da indústria no PIB e no emprego total. Na medida em que os países desenvolvidos também passaram por um processo de desindustrialização, o caráter precoce se deve ao fato que nos países da América do Sul a desindustrialização se iniciou em um nível de renda *per capita* inferior ao observado nos países desenvolvidos (OREIRO; FEIJÓ, 2010), o que trouxe consequências econômicas negativas, que se expressam na especialização produtiva e na reprimarização da produção e das exportações⁸².

Assim, a partir do que foi argumentado, foi possível afirmar que o elemento comum por trás da financeirização, da reprimarização da produção e das exportações, da deterioração da balança comercial, da reestruturação produtiva, da terceirização e da modificação no comércio “norte-sul”, são as transformações que o capitalismo engendrou para superar a crise estrutural da década de 1970. Esta, portanto, foi apontada como a causa fundamental da desindustrialização das economias capitalistas, sendo a atual forma assumida pela divisão internacional do trabalho, resultado da necessária reestruturação produtiva, a sua causa direta (ALMEIDA; BALANCO, 2018).

⁸¹ “Brazil and the three Southern Cone countries experienced the greatest de-industrialisation following their economic reforms, while also being among the countries of the region that had previously industrialised the most and that had subsequently implemented the most drastic reforms.” (PALMA, 2014, p. 17).

⁸² Almeida e Balanco (2018, p. 22) criticam a interpretação convencional da desindustrialização e propõem uma concepção marxista para a mesma: “a desindustrialização deve ser definida como o processo de perda da capacidade da maquinofatura de fornecer os elementos materiais necessários à autodeterminação do processo de reprodução social de acordo com as leis derivadas do modo de produção capitalista.”

A partir da crise estadunidense de 2001 a economia mundial iniciou uma nova fase expansiva. Nesse contexto, o elevado crescimento da economia chinesa (principalmente) e indiana impactaram fortemente o preço das *commodities*, que dispararam a partir de 2003. Dado que dois dos países mais populosos do mundo cresceram e se urbanizaram, é natural que a demanda por *commodities* aumentasse⁸³. Essa elevação melhorou os termos de intercâmbio dos países sul-americanos, ao mesmo tempo que reforçou a inserção dependente e subordinada desses países através da intensificação da reprimarização das exportações e da desindustrialização (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019). Essa situação econômica favorável permitiu a retomada da lucratividade e a elevação das taxas de crescimento na região.

Coincidiu com essa dinâmica a ascensão dos movimentos sociais e sindicais no final da década de 1990 e começo da década de 2000, em um grande cenário de descontentamento com os resultados das políticas neoliberais adotadas, que resultaram na ascensão de diversos governos de centro-esquerda e esquerda nos países da região. A situação econômica favorável do *boom* das *commodities* permitiu que esses governos adotassem políticas sociais e de redistribuição, variando em cada país a intensidade dessas políticas, ao mesmo tempo que não realizaram transformações estruturais.

Em 2008, se manifestando a partir do sistema financeiro estadunidense, ocorreu uma nova crise estrutural do capitalismo (KOTZ, 2009), iniciando uma série de transformações importantes na dinâmica mundial da reprodução do capital⁸⁴. Nos países periféricos da América do Sul essas transformações vão se manifestar na desaceleração do crescimento das economias, principalmente após 2011, quando se encerrou a tendência de elevação dos preços das *commodities*. Mas foi a partir de 2014 que uma crise se instaurou no subcontinente, revertendo grande parte das conquistas e dos avanços realizados pelos governos progressistas no período anterior.

Analisando as séries históricas das lucratividades médias, podemos perceber no Gráfico 42 que há um descolamento significativo das duas médias a partir de 2003, que reflete comportamentos distintos da taxa de lucro entre os países. Enquanto no Chile (principalmente), na Colômbia e no Peru há uma elevação da lucratividade no período, no Brasil a taxa se mantém estável e na Argentina somente recupera o patamar da década anterior. Como o Brasil e a

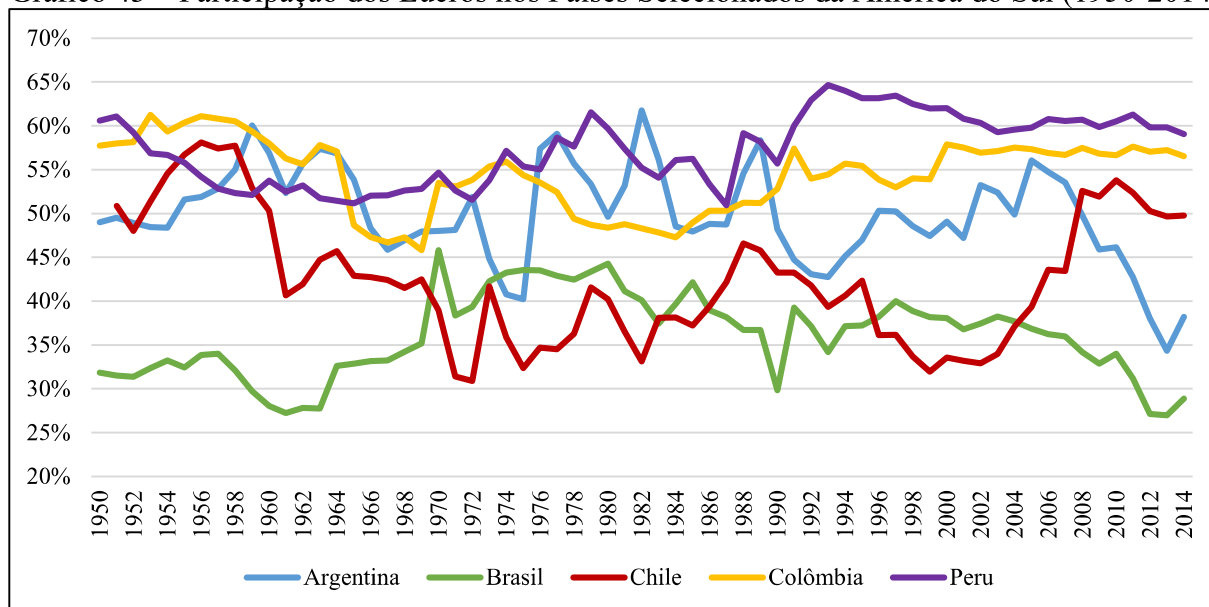
⁸³ Serrano (2013) e Black (2015) discutem outros fatores, além do efeito-China, que podem ter sido responsáveis pela valorização das *commodities*, como a apreciação das moedas domésticas, especulação e encarecimento dos custos de produção.

⁸⁴ Existem, grosso modo, duas principais interpretações marxistas da crise de 2008: aquela que compreende a crise como de esgotamento da fase histórica conhecida como neoliberalismo; e aquela que a interpreta como uma crise resultante da queda da taxa de lucro. Palludeto (2012) revisa essas duas interpretações.

Argentina representam respectivamente 57,20% e 18,03% do PIB da região (2014), a média ponderada tende a acompanhar o comportamento das suas séries, principalmente a do Brasil

A explicação para a divergência se encontra principalmente no comportamento do componente distributivo no período. Conforme podemos identificar no Gráfico 43, há uma queda significativa da parcela dos lucros na economia brasileira e argentina, o que corresponde ao esforço distributivo realizado pelos governos progressistas de ambos os países. No mesmo período a parcela dos lucros se manteve estável no Peru e na Colômbia, enquanto no Chile cresceu substancialmente, revertendo o movimento distributivo realizado no período posterior à ditadura militar. Isso reflete o distinto caráter dos governos, na medida em que na Argentina e no Brasil tiveram governos progressistas (também conhecido na literatura como *pink tide*) que buscaram uma melhor distribuição de renda, o que não se concretizou nos demais países (pelo menos não ao nível de sua distribuição funcional).

Gráfico 43 – Participação dos Lucros nos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)

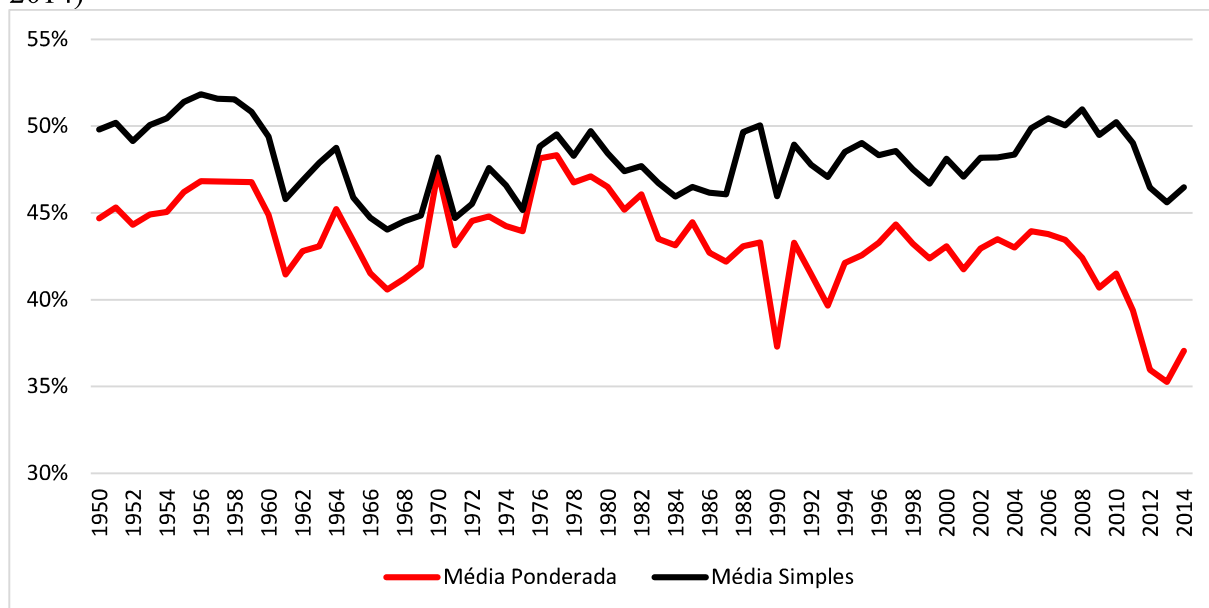


Fonte: Alarco (2017). Elaboração própria.

Quando se analisa o comportamento da média simples da participação dos lucros (Gráfico 44), podemos perceber que a participação se manteve em grande parte do tempo entre 45% e 50% do produto, variando conforme as transformações estruturais da economia e, principalmente, conforme a dinâmica da luta de classes. Deste modo, a queda da lucratividade média no longo prazo não se explica pelo comportamento da participação dos lucros na renda⁸⁵.

⁸⁵ “Es importante comprender que la tendencia decreciente de la rentabilidad (tal como Marx la deriva) no es provocada por los salarios elevados, si bien el aumento real de los salarios puede exacerbarla.” (SHAIKH, 2006, p. 340).

Gráfico 44 – Participação dos Lucros Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)

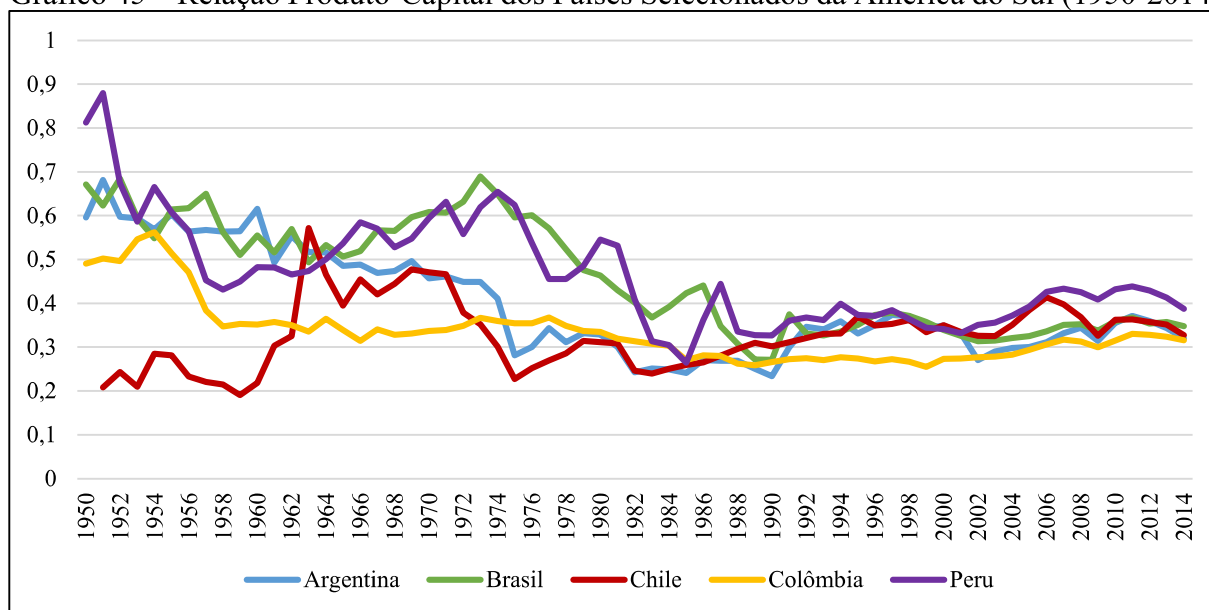


Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

Enquanto a variável distributiva é impactada fortemente por questões políticas, o componente tecnológico da taxa de lucro (a relação produto-capital) se encontra em um nível mais estruturante da economia e se relaciona a características correspondentes ao perfil tecnológico adotado pelas empresas. Esse perfil pode responder ao modelo de desenvolvimento vigente (o peso e os ramos dominantes da indústria e o perfil da agricultura), mas também reflete um determinante superior, que é a própria característica (se mais ou menos “produtiva”) do paradigma tecnológico vigente, o padrão de evolução técnica.

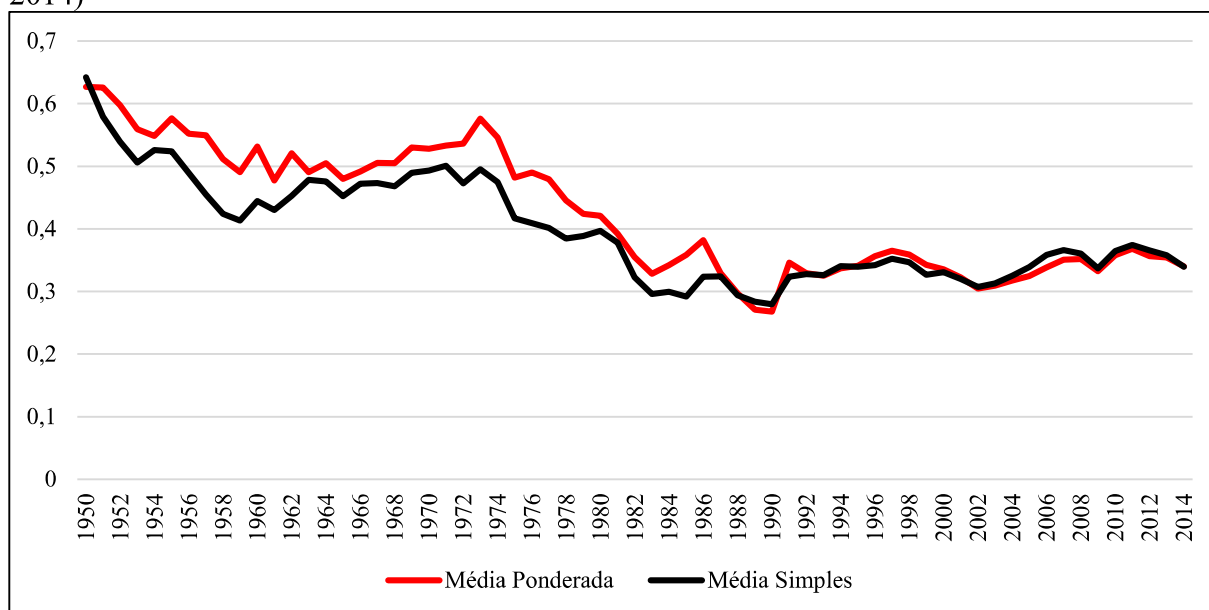
Na medida em que a média simples da participação dos lucros se manteve em certa medida estável, o componente que explica a queda da lucratividade média identificada é a relação produto-capital. Conforme é observado nos Gráficos 45 e 46, de fato há uma queda significativa da relação produto-capital nos países selecionados, com exceção do Chile. Esta queda é teoricamente esperada conforme se avança o processo de industrialização e de desenvolvimento, na medida em que a mecanização aumenta o estoque de capital do país.

Gráfico 45 – Relação Produto-Capital dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria.

Gráfico 46 – Relação Produto-Capital Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)

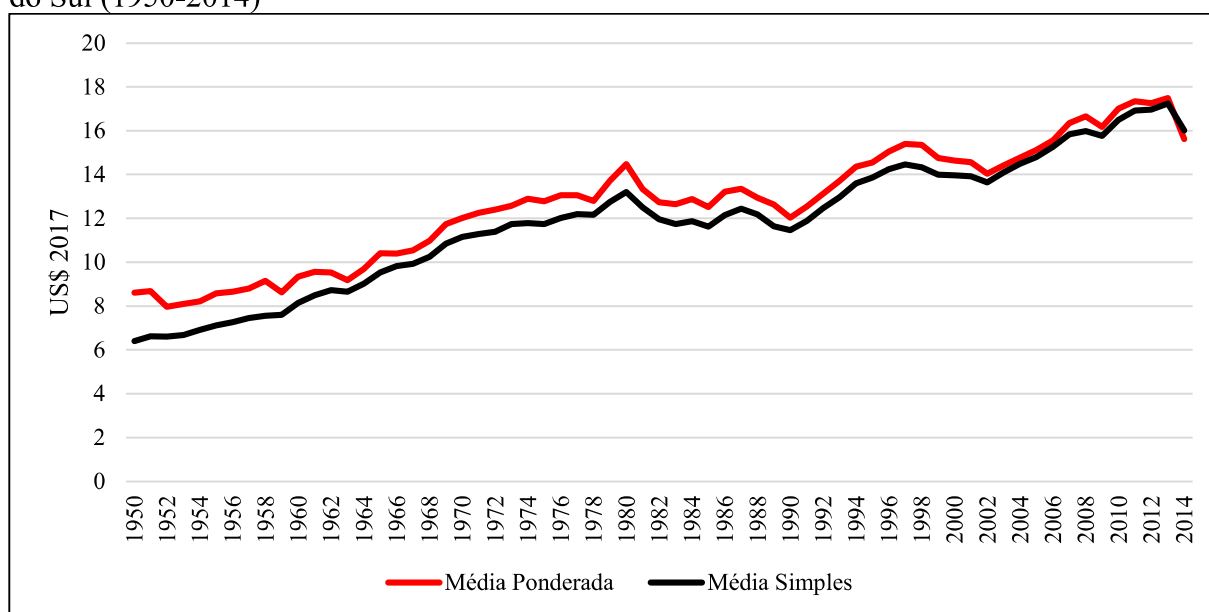


Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

Conforme discutiu-se no capítulo anterior, a interpretação marxista do progresso técnico concilia elevação da produtividade do trabalho (mudança técnica poupadora de trabalho) com diminuição da relação produto-capital (mudança técnica consumidora de capital). O comportamento da produtividade do trabalho média dos países pode ser observado no Gráfico 47. No período 1950-1980 essa variável obteve um crescimento contínuo, declinando levemente na década de oitenta. Na década de noventa há um período de recuperação, que é

interrompido ao final da década, em um contexto das crises externas que atravessam os países da região. A partir de 2003 a produtividade do trabalho média volta a crescer, declinando somente em 2009 (ano de crise) e em 2014 (início de uma crise na região). Quando se analisa a totalidade da série histórica, há de fato um crescimento da produtividade do trabalho, resultado que é compatível com a interpretação marxista de progresso técnico.

Gráfico 47 – Produtividade Líquida do Trabalho Média dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)

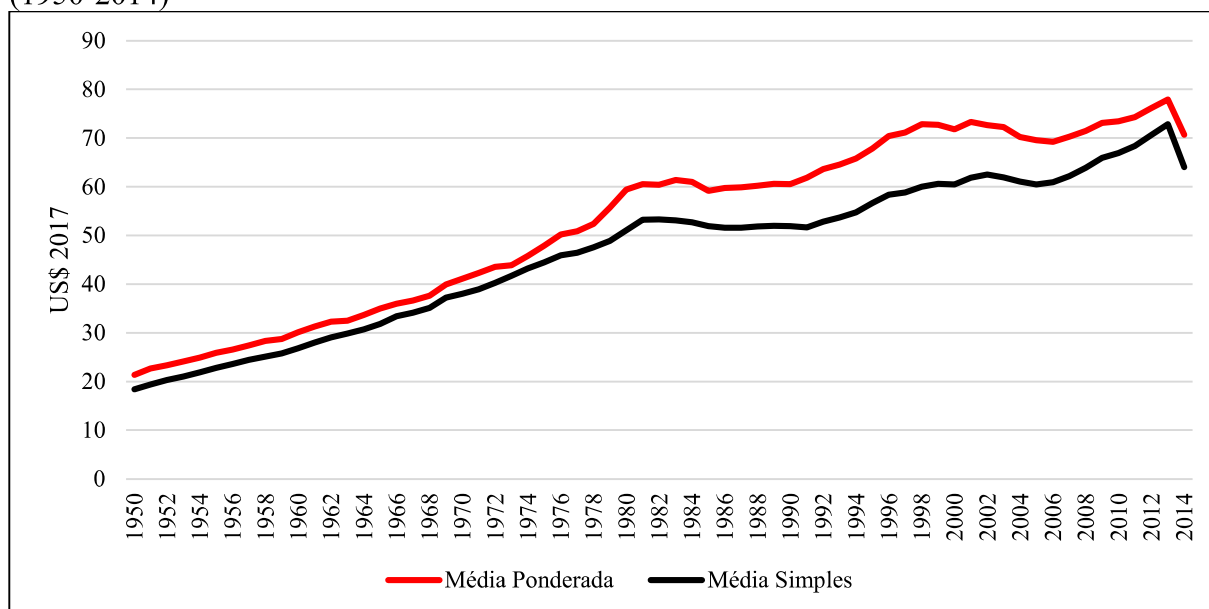


Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

O outro elemento do progresso técnico marxista pode ser observado no Gráfico 46, que apresenta a relação produto-capital média (também chamada de “produtividade do capital”). Há distintos padrões de comportamento dessa variável ao longo do tempo, mas considerando a totalidade da série histórica, a queda é facilmente constatada (a interpretação marxista é referente justamente as tendências de longo prazo do capitalismo), o que consiste em uma mudança técnica consumidora de capital. Além dessa variável, podemos identificar esse comportamento da mudança técnica através da relação capital-trabalho, que se constitui como uma *proxy* da composição técnica do capital, que expressa em termo de preços a COC. A relação capital-trabalho média exibida no Gráfico 48 apresenta uma tendência de longo prazo de queda, o que confirma o progresso técnico marxista, na medida em que há uma elevação do capital utilizado na produção em relação as horas totais trabalhadas. Deste modo, no longo

prazo e na média dos países selecionados da América do Sul, há uma mudança técnica marxista, consumidora de capital e poupadora de trabalho⁸⁶.

Gráfico 48 – Relação Capital-Trabalho Média dos Países Selecionados da América do Sul (1950-2014)



Fonte: PWT 10.0 (2021). Elaboração própria

A partir de meados da década de 1970 se inicia uma queda da relação produto-capital, que persiste até o início da década de 1990, onde começa uma leve trajetória ascendente. Este comportamento não é característico somente dos países da América do Sul, inclusive porque o desenvolvimento das novas tecnologias produtivas se concentra nos países centrais e são posteriormente importados para os países periféricos. Duménil e Levy (2016) encontram um comportamento similar na relação produto-capital da economia estadunidense, que cai entre 1963 e 1984. A queda da relação produto-capital é entendida pelos autores como uma mudança técnica *à la Marx*, que se relaciona aos períodos em que há queda da lucratividade e corresponde ao comportamento “natural” do capitalismo, ou seja, quando as forças que causam a queda da taxa de lucro são dominantes. A partir de 1984 a relação produto-capital se eleva nos Estados Unidos, assim como a lucratividade, associado às mudanças organizativas na produção e às tecnologias de informação e comunicação.

A convergência da relação produto-capital entre os países que se concretizou a partir da década de 1990 e que também resultou na convergência da lucratividade faz sentido no contexto

⁸⁶ Neste trabalho não aprofundamos na análise dos distintos padrões de mudanças técnicas que passam as economias. Marquetti e Porsse (2017) investigam o padrão de progresso técnico em 18 países da América Latina entre 1963 e 2008.

da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). A redução das barreiras nacionais e a formação de oligopólios internacionais produziram uma tendência de homogeneização das técnicas de produção, em um contexto de concorrência mundial, onde a tecnologia adquiriu um caráter estratégico⁸⁷. Desta forma, através do fluxo de capitais e da redução das disparidades tecnológicas que se refletiram na relação produto-capital, operou uma tendência de equalização regional parcial da lucratividade⁸⁸. É claro que o próprio comportamento de queda da lucratividade e da relação produto-capital faz com que se reduza o desvio-padrão dessas variáveis em torno de um valor médio.

Em termos de crescimento econômico, o valor médio alcançado pelos países foi maior nas três primeiras décadas estudadas (1950-1980) do que nas duas últimas décadas do século XX (1980-2000). A partir de meados dos anos 2000 há um novo período expansivo do produto, posteriormente impactado pela crise internacional de 2008 e pelo declínio dos preços das *commodities*. Esse comportamento das taxas de crescimento refletiu em grande parte a dinâmica da lucratividade nos países. No entanto, foi possível notar ao longo da análise dos países que há um progressivo descolamento entre as taxas de lucro e as taxas de crescimento das economias. A hipótese defendida ao longo do trabalho é que esse descolamento se deve a especialização produtiva regressiva das economias da região, que eleva a importância da dinâmica do setor externo no crescimento do produto interno, deslocando o eixo dinâmico da acumulação.

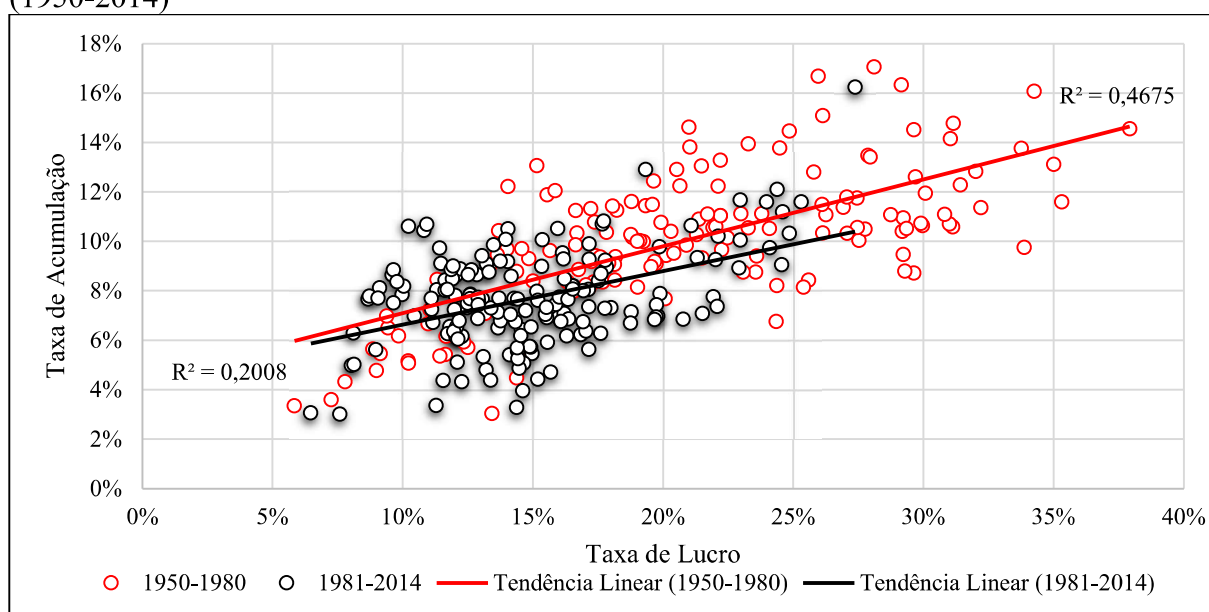
Assim como a lucratividade, a taxa de acumulação média também apresenta uma tendência de queda na série histórica. A partir do Gráfico 49 é possível verificar a existência de uma relação positiva entre a taxa de lucro e a taxa de acumulação nos países estudados, o que vai ao encontro da teorização defendida neste trabalho, que identifica a importância da lucratividade no processo de acumulação de capital. Separando as séries em duas grandes fases históricas, correspondentes em grande medida ao PSI (1950-1980) e ao neoliberalismo (1981-2014), é possível auferir que no segundo momento, em comparação com o primeiro, a taxa de acumulação perde potencial explicativo a partir da taxa de lucro. Levando em consideração a

⁸⁷ “O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas a nível mundial. Sobre essa base, houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e cooperação.” (CHESNAIS, 1996, p. 33).

⁸⁸ “*However, in the real world, there are many capitals; and not just one world capitalist state, but many national capitalist states. So there are barriers to the establishment of a world economy and a world rate of profit from labour, trade and capital restrictions designed to preserve and protect national and regional markets from the flow of global capital. Even so, the capitalist mode of production has now spread to every corner of the globe and the ‘globalisation’ of trade and capital flows makes the concept of measure of a world rate of profit more realistic and discernible.*” (ROBERTS, 2020).

simplicidade da comparação, esse resultado aponta no sentido de validação da hipótese de deslocamento do eixo dinâmico da acumulação no neoliberalismo, na medida em que a lucratividade passa a ter menor relação com a taxa de acumulação e, conseqüentemente, com a taxa de crescimento das economias. Outros fatores, como a financeirização (BAKIR; CAMPBELL, 2009), não discutida no trabalho e a própria apreciação dos termos de troca podem contribuir no descolamento entre a taxa de acumulação e a taxa de crescimento do produto.

Gráfico 49 – Taxa de Lucro e Taxa de Acumulação dos Países Seleccionados da América do Sul (1950-2014)⁸⁹



Fonte: PWT 10.0 (2021) e Alarco (2017). Elaboração própria.

A partir das variáveis médias estimadas, além de identificar as duas grandes fases históricas das economias analisadas, PSI e neoliberalismo, é possível pormenorizar essas fases históricas em demais períodos. Abstraindo parcialmente das especificidades das economias nacionais, principalmente da chilena, podemos resumir a dinâmica do desenvolvimento capitalista na região em quatro períodos: 1) um primeiro período de vigência do PSI, com diminuição da lucratividade; 2) um período de crise do PSI e de transição para uma nova fase histórica, com queda acelerada da taxa de lucro; 3) um período de implementação das reformas liberalizantes, com estabilização da lucratividade e início de uma leve tendência de reversão; 4) e um último período de elevação das taxas de crescimento, no contexto do aumento dos

⁸⁹ Os anos de 1950 (taxa de lucro = 47,78%; taxa de acumulação = 11,87%) e 1951 (taxa de lucro = 52,04%; taxa de acumulação = 14,20%) da economia peruana foram considerados *outliers* e retirados do gráfico.

preços das *commodities*, com elevação da taxa de lucro, em uma dinâmica que vai se esgotando a partir da crise de 2008.

Foi possível identificar no trabalho, conforme a interpretação marxista do desenvolvimento capitalista, que no conjunto dos países selecionados da América do Sul foram operantes as seguintes tendências de longo prazo: 1) aumento da produção de mercadorias (aumento do PIB); 2) elevação da relação capital-trabalho; 3) aumento da produtividade do trabalho; 4) queda da relação produto-capital; 5) redução da taxa de lucro; 6) aumento da massa de lucro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho se realizou primeiramente uma revisão acerca do papel da taxa de lucro no processo de desenvolvimento capitalista, entendida como uma variável chave para o entendimento e para a própria dinâmica da reprodução do capital. Foi debatido como a taxa de lucro se transforma em uma taxa de lucro média através do processo concorrencial e como essa lucratividade apresenta uma tendência de queda ao longo do tempo, apesar da atuação constante de causas contra-arrestantes que arrefecem essa tendência. Discutiu-se também a relação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as crises econômicas, entendendo a LQTTL como a expressão mais concretada e determinada da crise, reunindo as contradições do processo de produção capitalista.

Para estimar empiricamente a taxa de lucro foi apresentada e usada a *proxy* proposta por Weisskopf (1979), amplamente utilizada pela literatura. Além da lucratividade e seus dois componentes (relação produto-capital e participação dos lucros na renda), também se apresentou e se estimou outros indicadores da reprodução do capital que se fizeram fundamentais para um entendimento mais aprofundado da dinâmica capitalista dos países analisados. De acordo com a disponibilidade dos dados e o tamanho das economias, foram selecionados cinco países para a análise: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru.

No Capítulo 4 foi analisado em um primeiro momento a dinâmica da reprodução do capital em cada país selecionado, no período entre 1950 e 2014, através da análise da lucratividade e dos demais indicadores estimados. Os resultados encontrados no trabalho são em grande medida compatíveis com a literatura existente. Em seguida, realizou-se uma análise do desenvolvimento capitalista dos países selecionados de forma agregada, procurando as similaridades e as grandes tendências comuns que puderam ser observadas. Por meio da estimação de uma lucratividade média dos países foi possível observar uma tendência de longo prazo de queda, o que valida empiricamente a LQTTL durante o período estudado, especialmente considerando que o principal componente explicativo para essa queda foi a redução da relação produto-capital (também chamada de “produtividade” do capital), que associado ao crescimento da produtividade do trabalho e da relação capital-trabalho, reflete um comportamento do progresso técnico compatível com a interpretação marxista.

Os resultados validam a importância da lucratividade e a sua relação com a acumulação de capital, cuja taxa declina ao longo do tempo, acompanhando a taxa de lucro. A dinâmica da taxa de lucro se reflete nas taxas de crescimento da economia e também corresponde aos distintos períodos históricos das economias. De forma geral é possível dizer que o

neoliberalismo teve sucesso parcial, da perspectiva da acumulação de capital, na medida em que interrompeu a queda da taxa de lucro e a recuperou parcialmente. Esse processo é reforçado na primeira década do século XX pelo cenário externo favorável, que elevou os preços das *commodities* que as economias se especializaram em produzir, mas que a partir de 2008 entrou em declínio, instaurando na região uma nova tendência de queda da taxa de lucro, refletindo a crise econômica que marca os anos posteriores ao período analisado.

Também se identificou no neoliberalismo um descolamento entre a lucratividade e as taxas de acumulação e de crescimento, apontando para a validação da hipótese de que houve deslocamento significativo do eixo dinâmico da acumulação para o setor externo, em um movimento contrário a aquele ocorrido durante o PSI. Esse deslocamento ocorreu como consequência da especialização produtiva regressiva que se estabeleceu na América do Sul.

Em relação as debilidades apontadas no trabalho dos dados utilizados, um possível futuro projeto de pesquisa seria a construção de séries próprias do estoque de capital e da participação dos lucros das economias a partir das contabilidades nacionais de cada país, de modo que se possa realizar duas principais alterações: 1) remover o capital residencial do estoque de capital; 2) estimar a distribuição funcional da renda das economias levando em consideração a problemática dos rendimentos mistos, os distribuindo entre a parcela salarial e a parcela de lucros.

Por fim, a sintética análise realizada neste trabalho deixou de lado diversos fatores importantes para uma interpretação totalizante da evolução histórica do capitalismo nos países selecionados, na medida em que foi efetuada a partir de indicadores estruturais da reprodução do capital das economias, onde se destacou as principais dinâmicas de longo prazo. Assim, as análises realizadas no trabalho precisam ser aprofundadas e enriquecidas com outros elementos econômicos, sociais, políticos e culturais, o que aponta para a possibilidade de realização de outros futuros trabalhos que possibilitem um entendimento mais global do desenvolvimento capitalista na região.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, E; GENTILI, P. (orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- AUGUSTO, A. Lei de Tendência à queda da taxa de lucro: resenha crítica de uma polêmica. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 111-124, 2005.
- AGUSTINO, R. Tasa de ganancia en la Argentina de la posconvertibilidad (2002-2012). **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 291. p. 49-76, 2015.
- ALARCO, A. Ciclos distributivo y crecimiento económico em América Latina, 1950-2014. **Cuadernos de Economía**, v. 36, n. 72, p. 261-301, 2017.
- ALMEIDA, L.; BALANCO, P. Crítica à visão convencional de desindustrialização: uma leitura a partir da Marx *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23., Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.
- AREND, M.; FONSECA, P. Brasil (1955-2005): 25 anos de *catching up*, 25 anos de *falling behind*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-54, 2012.
- BACHA, E.; BONELLI, R. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 163-189, 2005.
- BAKIR, E.; CAMPBELL, A. Neoliberalism, the Rate of Profit and the Rate of Accumulation. **Science & Society**, Nova York, v. 74, n. 3, p. 323-342, 2010.
- BARROS, P.; HITNER, V. A economia política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, p. 143-164, 2010.
- BASU, D. Quantitative Empirical Research in Marxist Political Economy: A Selective Review. **Journal of Economic Surveys**, Edinburgh, v 31, n. 5, p. 1359-1386, 2017.
- BASU, D. Replacement versus Historical Cost Profit Rates: What is the difference? When does it matter?. **UMASS Amherst Economics Working Papers**, Amherst, n. 150, 2012.
- BATISTA JUNIOR, P. O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 129-197, 1996.
- BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS - BEA; U.S. Department of Commerce. **Corporate Profits**. Disponível em: < <https://www.bea.gov/data/income-saving/corporate-profits/>>. Acesso em: 09 de jul. de 2020.
- BENOIT, H.; ANTUNES, J. **O Problema da Crise Capitalista em O Capital de Karl Marx**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

BLACK, C. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **FEE Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 27-44, 2015.

BRANDÃO, R. Reformas neoliberais no Peru: crise do Estado, privatizações e autoritarismo político (1990/2000). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 6, n. 18, p. 72-89, 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. **Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

BRUNO, M., CAFFE, A. Determinantes das taxas de lucro e de acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 237-260, 2018.

CAMARA NETO, A.; VERNENGO, M. Padrões de investimento, crescimento e produtividade na economia argentina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

CARCANHOLO, M. **Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996.

CARCANHOLO, M. Crise Econômica Atual e seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora. **Aurora**, Marília, v.3, n.2, 1-10, 2010.

CARCANHOLO, M. Pretensões e Inconsistências da Crítica Ricardiana à Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 6, 2000.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. São Paulo, Expressão Popular, 2013. Volume 2.

CASTRO, A; SOUZA, F. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CIPOLLA, F. Genealogia das teorias marxistas de crise. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 28, n 1, p. 71-101, 2018.

CLEMENTE, L. **Análise econométrica da taxa de lucro nos Estados Unidos entre 1963 e 2008**: aplicação de modelos VEC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CLEMENTE, L., **A lei da queda tendencial da taxa de lucro: novas evidências e aplicações.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COLOMBINI NETO, I. Auge e declínio do “neodesarrollismo” argentino. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2: 401-428, 2016.

CORSI, F.; SANTOS, A.; CAMARGO, J. A América Latina: Ciclo de Commodities e Crise do Capitalismo Global. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v 8, n.15, p. 168-194, 2019.

COSTA, E. **A Política Salarial no Brasil. 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória.** São Paulo: Boitempo, 1997.

DIAZ, A. Evolução e transformação estrutural da economia chilena 1950-2009. *In:* BIELSCHOEKY, R. (org). **Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia.** Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

DUMÉNIL, G.; LEVY, D. **A Crise do Neoliberalismo** São Paulo: Boitempo, 2014.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Technology and Distribution in Managerial Capitalism: The Chain of Historical Trajectories à la Marx and Countertendential Traverses. **Science & Society**, Nova York, v. 80, n. 4, p. 530-549, 2016.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The Economics of the Profit Rate: Competition, Crises and Historical Tendencies in Capitalism.** Aldershot: Edward Elgar, 1993.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, G. The profit rate: Where and how much did it fall? Did it recover? USA 1948-2000. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 34, n. 4, p. 437-461, 2002.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, G. Technology and distribution: Historical trajectories à la Marx. **Journal of Economic Behaviour and Organization**, v. 52, n. 2, p. 201-233, 2003.

EDWARDS, S. Veinticinco Años de Inflación y Estabilización en Chile (1973-1998). *In:* LARRAIN, F.; VERGARA, R. **La Transformación Económica de Chile.** Santiago: Centro de Estudios Públicos, 2000.

FANTINEL, V.; LENZ, M. Crescimento e crise na Argentina, nos séculos XIX e XX: análise do período Frondizi. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 7-32, 2015.

FEENSTRA, R., INKLAAR, R.; TIMMER, M. The Next Generation of the Penn World Table. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 105, n. 10, p. 3150-3182, 2015.

FERRARI, A.; CUNHA, A. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 47-80, 2008.

FERRER, A. A Argentina e a globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 37-54, 2002.

FERRER, A. **La Economía Argentina**: Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2004.

FFRENCH-DAVIS, R. **Entre el Neoliberalismo y el Crecimiento con Equidad**: tres décadas de política económica en Chile. Santiago: Dolmen Ediciones, 2001.

FFRENCH-DAVIS, R. **Economic Reforms in Chile**. Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2010.

FILGUEIRAS, L. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 30, p. 21-27, 2010.

FILGUEIRAS, L., Padrão de Reprodução do Capital e Capitalismo Dependente no Brasil Atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, 2018.

FOLEY, D.; MICHL, T.; TAVANI, D. **Growth and Distribution**. Londres: Harvard University Press, 2018.

FONSECA, P. **Desenvolvimentismo**: A Construção do Conceito. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. (Texto para discussão, 2103).

FONSECA, P. O Processo de Substituição de Importações. *In*: REGO, J.; MARQUES, R. (orgs). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUGULIN, P. **Intervenção estatal na resolução da crise bancária chilena dos anos 1980**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARCIA, C. (in press). **Economic Growth and the Rate of Profit in Colombia 1964-2007**: An Arimax and VAR Time-Series Analysis.

GARCIA, N. Fast Economic Growth and Income Distribution (Peru 1990-2010). **Economie Appliquée**, Paris, n. 12013, 2013.

GLYN, A. Functional Distribution and Inequality. *In*: NOLAN, B. SALVERDA, W. SMEEDING, T. (ed.). **The Oxford Handbook of Economic Inequality**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 101-126.

GONÇALVES, R. Balanço Crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 7-38, fev. 2014.

GRESPLAN, J. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no livro III de O Capital. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 33, p. 9-30, 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

- INKLAAR, R; WOLTJER. **What is new in PWT 9.1?** Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/docs/pwt91_whatsnew.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2020.
- IZQUIERDO, S. The Cyclical Decline of the Profit Rate as the Cause of Crises in the United States (1947-2011). **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 45, n. 4, 2013.
- JIMÉNEZ, F.; AGUILAR, G.; KAPSOLI, J. **El desempeño de la industria peruana 1950-1995: del proteccionismo a la restauracion liberal.** Documento de Trabajo Pontificia Universidad Católica del Perú, 1998.
- KLEIN, N. **A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KLIMAN, A. **The Failure of the Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession.** Londres: Pluto Press, 2011.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOTZ, D. Marxist Crisis Theory and the Severity of the Current Economic Crisis. **Allied Social Science Associations annual convention**, Atlanta, 2009.
- LANZA, M.; ARISTIMUÑO, F. Taxa general de ganancia en la economía argentina (1993-2006). Metodología y estimación. In: JORNADAS DE ECONOMIA CRITICA, 5, 2012, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2012.
- LANZA, M. Argentina y Chile: dinámicas de acumulación del capital en el último decenio del siglo XX. In: JORNADAS INTERNACIONALES DE PROBLEMAS LATINOAMERICANO, 6., 2019, Valparaíso. **Anais[...]**. Valparaíso: Universidad de Valparaíso, 2019.
- LELIS, M.; CUNHA, A.; LINCK, P. O choque nos preços das commodities e a economia brasileira nos anos 2000. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.39, n. 3, p. 427-448, 2019.
- LIRA, F. Do Socialismo ao Neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. **Vitrine de Conjuntura**, Curitiba, v. 3, n. 6, 2010.
- LOUREIRO, P. **The Ebb and Flow of the Pink Tide: Reformist Development Strategies in Brazil and Argentina.** Tese (Doutorado) – University of London, Londres, 2019.
- LUST, J. **Capitalism, Class and Revolution in Peru, 1980–2016.** Londres: Palgrave Macmillan, 2019.
- MALDONADO FILHO, E. A Dinâmica da Concorrência em Marx. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18., 1990, Brasília. **Anais[...]**. Brasília, 1990.
- MAITO, E. Cien años de acumulación de capital em Argentina: tasa de ganancia, composición del capital y distribución funcional del producto. **Ensayos de Economía**, Buenos Aires, n. 25, p. 37-62, 2015a.

- MAITO, E. Income distribution, turnover speed and profit rate in Japan, Chile, Netherlands and United States. **Munich Personal RePEc Archive**, n. 59283, 2014a.
- MAITO, E. **La Acumulación de Capital en Argentina 1910-2011**. Dissertação (Mestrado) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2015b.
- MAITO, E. La Argentina y la tendencia descendente de la tasa de ganancia 1910-2011. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 275, p. 127-152, 2013.
- MAITO, E. La tasa de ganancia em Chile 1986-2009. **Razón y Revolución**, n. 24, p. 43-63, 2012.
- MAITO, E. Tasa de ganancia, ciclos y distribución en Argentina (1993- 2016). *In*: JORNADAS DE SOCIOLOGIA, 12., 2017, Buenos Aires. **Anais[...]**. Buenos Aires, 2017.
- MAITO, E. The historical transience of capital: The downward trend in the rate of profit since XIX century. **Munich Personal RePEc Archive**, n. 55894, 2014b.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MANZANELLI, P. Evolución y dinámica de la tasa general de ganancia en la Argentina reciente. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 256. p. 29-61, 2010.
- MANZANELLI, P. La tasa de ganancia durante la posconvertibilidad. Un balance preliminar. **Apuntes para el Cambio**, Buenos Aires, n. 3, p. 5-17, 2012.
- MATEO, J. La tasa de ganancia del capital: caracterización teórica y propuesta empírica. **Oikos: Revista de la Escuela de Administración y Economía**, n. 23, 2007.
- MATEO, J. The Accumulation of Capital and Economic Growth in Brazil: A Long-Term Perspective (1950–2008). **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 22, n. 1, p. 370-391, 2018.
- MATTOS, F. Elementos explicativos da expansão econômica virtuosa dos anos dourados (1945 – 1973). **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 28-49, 2005.
- MARINI, R. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, R. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. *In*: MARTINS, C. (org). **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Bogotá: CLACSO, 1997. p. 247-271.
- MARINI, R. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de Reprodução do Capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.
- MARINI, R. **O Reformismo e a contrarrevolução**: estudos sobre o Chile. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUETTI, A. Estimativa do Estoque de Riqueza Tangível no Brasil 1950-1998. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10., n. 2, p. 11-37, 2000.

MARQUETTI, A. **Extended Penn World Tables v. 4.0**. Duncan Foley homepage. <https://sites.google.com/a/newschool.edu/duncan-foley-homepage/home/EPWT>, 2012.

MARQUETTI, A.; FOLEY, D. **Extended Penn World Tables v. 6.0**. 2017.

MARQUETTI, A.; HOFF, C; MIEBACH, A. **Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Departamento de Economia, 2017. (Texto para Debate).

MARQUETTI, A.; HOFF, C; MIEBACH, A. Profitability and Distribution: The Origin of the Brazilian Economic and Political Crisis. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 47, n. 1, p. 115-133, 2020.

MARQUETTI, A., MORRONE, H., MIEBACH, A., OURIQUE, L. Measuring the Profit Rate in an Inflationary Context: The Case of Brazil, 1955-2008. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 51, n. 1, p. 52-74, 2018.

MARQUETTI, A., MALDONADO Filho, E., LAUTERT, V. The profit rate in Brazil, 1953-2003. **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 42, n. 4, p. 485-504, 2010.

MARQUETTI, A., MALDONADO Filho, E., LAUTERT, V. The profit rate in Brazil, 1953-2008. In: CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. (orgs). **World in Crisis: Marxist Perspectives on Crash & Crisis**. Chicago: Haymarket Books, 2018.

MARQUETTI, A.; PORSSSE, M. Patterns of technical progress in the Brazilian economy, 1952-2008. **CEPAL Review**, Santiago, v.113, p. 57-73, 2014.

MARQUETTI, A.; PORSSSE, M. Padrões de mudança técnica nas economias latino-americanas: 1963-2008. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 459-482, 2017.

MARTINS, G. **Lucratividade, Desenvolvimento Técnico e Distribuição Funcional: Uma análise da economia brasileira entre 2000 e 2013**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MARTINS, G. RUGITSKY, F. **The commodities boom and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil (1996-2016)**. Working Papers, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo (FEA-USP), 2018.

MARTINS, G. RUGITSKY, F. The Long Expansion and the Profit Squeeze: Output and Profit Cycles in Brazil (1996-2016). **Review of Radical Political Economics**, Arlington, v. 25, n. 1, 2021.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K., **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K., **O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista.** São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. **Teorias da mais-valia: História crítica do pensamento econômico.** Livro 4 de O Capital. São Paulo: DIFEL, 1980. v. 2.
- MATTEI, L.; SANTOS JUNIOR, J. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 3, n.1, p. 93-115, 2009.
- MELLO, J. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MELLO FILHO, M. **Escola francesa de regulação, escola da estrutura social de acumulação e as etapas do capitalismo.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- MICHELENA, G. **La evolución de la tasa de ganancia en la Argentina (1960-2007): caída y recuperación.** Realidad Económica, Buenos Aires, n. 248, p. 84-106, 2009.
- MIEBACH, A. América do Sul: transformações e permanências depois da Pink Tide. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, n. 09, 2016.
- MIEBACH, A. **O Ciclo de Crescimento de Goodwin e a Parcela Salarial na Economia Brasileira.** Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MINQUI, L; XIAO, F; ZHU, A. Long Waves, institucional changes, and historical trends: a study of the long-term movement of the profit rate in the capitalist world-economy. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v. 13, n. 1, 2007.
- MONTE, L. O neoliberalismo (constitucional) no Peru: o que mudou desde de a saída de Alberto Fujimori?. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Málaga, 2018.
- MOREL, B. **O Desenvolvimento do Chile das Reformas Econômicas de 1973 a 2006.** Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 2008.
- MOSELEY, F. The rate of surplus value in the postwar US economy: a critique of Weisskopf's estimates. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 9, n. 1, p. 57-79, 1985.
- MOYA, E; LUBERT, C.; GARZÓN, O. Tasa de ganancia e inversión, un análisis para la indústria em Caldas y el área metropolitana de Manizales 1985-2001. **Eleuthera**, Caldas, n. 6, p. 207-227, 2012.

- OCAMPO, J. Los ciclos internacionales y su impacto sobre la economía colombiana. *In*: BOTERO, R. (org). **50 años de influencia en política pública**. Bogotá: Fedesarrollo, 2020.
- OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Measuring Capital OCDE Manual**. 2. ed. Paris, 2009.
- OKISHIO, N. Technical Change and the Rate of Profit. **Kobe University Economic Review**, Kobe, n. 7, p. 85-99, 1961.
- ONU, Organização das Nações Unidas. **System of National Accounts**. Nova Iorque, 2009.
- OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37-86.
- OSPINA, H. **El terrorismo de Estado em Colombia**. Caracas: Fundacion Editorial, 2018.
- PALLUDETTO, A. **Crise e capitalismo contemporâneo**: uma revisão das interpretações marxistas da grande recessão (2007-2009). Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2012.
- PALMA, G. De-industrialisation, “premature” de-industrialisation and the dutch-disease. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 7-23, 2014.
- PALMA, G. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa**. *In*: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., 2005, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: FIESP, 2005.
- PIÑERA, S.; MELLER, P. **Un Análisis Cuantitativo Marxista del Sector Industrial Chileno**. Documento de Trabajo Universidad Catolica de Chile, 1972.
- PRADO, E. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 478-503, 2017.
- PRADO, E. **Oferta e Demanda: uma Crítica**. 2010. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-7.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2020.
- PINTO, H. A Evolução da Economia Peruana no Período 1950-2000: Meio Século de Transformações e a Procura de Relações Internacionais. **Cadernos PROLAM**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 79-109, 2003.
- POLANCO, D. **The Profit Rate in Chile: 1900-2010**. Working Paper of University of Massachusetts Amherst Economic Department, 2019.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIBEIRO, T. **Novo Padrão de Reprodução do Capital: O Padrão Exportador de Especialização Produtiva na América Latina.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ROBERTS, M. **A world rate of profit: a new approach.** Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2020/07/25/a-world-rate-of-profit-a-new-approach/>>, 2020. Acesso em: 28 de out. de 2020.

ROBERTS, M. **The Long Depression.** Chicago: Haymarket Books, 2016.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUVTE, Registro Unificado de Víctimas del Terrorismo de Estado. **Informe de investigación sobre íctimas de desaparición forzada y asesinato, por el acionar repressivo del Estado y centros landestinos de detención y otros lugares de reclusión clandestina,** 2015.

SANTETTI, M.; MARQUETTI, A.; MORRONE, H. Technical progress in GDP production and CO2 emissions in Brazil: 1970–2012. **CEPAL Review**, Santiago, n. 125, p. 119-132, 2018.

SERRANO, F. A mudança na tendência dos preços das commodities nos anos 2000: aspectos estruturais. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 168-198, 2013.

SHAIKH, A. **Valor, Acumulación y crisis.** Buenos Aires: RyR, 2006.

SHAIKH, A. **Capitalism: Competition, Conflict, Crises.** Oxford: Oxford University Press, 2016.

SHAIKH, A.; TONAK, E. Ahmet. **Measuring the wealth of nations: The political economy of national accounts.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SILVA, A. In médio virtus? O caso da Colômbia. In: BIELSCHUESKY, R. (org). **Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento.** São Paulo: Huicitec/Unicamp, 2000.

TAVARES, M. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

THEODOSIO, B. **Determinantes da Acumulação de Capital no Brasil entre 2000 e 2016: lucratividade, distribuição, tecnologia e financeirização.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

VILLAR, L.; ESGUERRA, P. El comercio exterior colombiano em el siglo XX. Borradores de Economía, **Banco de la Republica de Colombia**, n. 358, 2005.

WEISSKOPF, T. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar U.S. economy. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 3, n. 4, p. 341–378, 1979.

WILLIAMSON, J. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, J. (org). **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?**. Washington: Institute for International Economics, 1990, p. 7-20.